



PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL E DIRETRIZES POLÍTICAS PARA SUA PROMOÇÃO

Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP
em Regiões Metropolitanas Brasileiras

**DOCUMENTO REFERENCIAL GERAL
Versão Final**

**Alain Santandreu (IPES/RUAF)
Ivana Cristina Lovo (REDE – IPES/RUAF)**

**Belo Horizonte
Junho de 2007**

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome



**Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN
Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados – DPSD**

CRÉDITOS

Identificação e Caracterização de Iniciativas de agricultura urbana e periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras

Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Coordenadora Geral
Rua Planura, 33 – Bairro Santa Inês – CEP 31.080-100
Belo Horizonte – Minas Gerais
Telefone/Fax (31) 3481 9080
daniadil@rede-mg.org.br

IPES – Promoção do Desenvolvimento Sostenible

Jorge Luis Price Masalías, Presidente Ejecutivo
Calle Audiencia 194
San Isidro, Lima 27, Peru
Telefax: (511) 440 6099
jorge@ipes.org.pe
www.ipes.org

Gunther Merthal
Coordinador Regional del Programa de Agricultura Urbana
IPES/RUAF
gunther@ipes.org.pe
www.ipes.org/au

Elaboração do documento

Alain Santandreu, IPES/RUAF
alain_santandreu@yahoo.com
alain@ipes.org

Ivana Cristina Lovo, REDE – IPES/RUAF
iclovo@uai.com.br

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA E CONCEITOS	9
3. EXPERIÊNCIAS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA IDENTIFICADAS NAS REGIÕES ESTUDADAS.....	13
4. PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERI URBANA NAS REGIOES METROPOLITANAS DO BRASIL.....	16
5. OS ATORES E SUAS PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERI URBANA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL.....	52
6. DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA PROMOVER A AUP NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL.....	64
7. DIRETRIZES PARA FORMULAR A POLITICA NACIONAL DE AUP	73
8. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NAS PESQUISAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS E NO RELATÓRIO FINAL	79

AGRADECIMENTOS

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo, de um sonho conjunto, só possível graças ao trabalho de muitas e muitos companheiros de luta. Este trabalho envolveu grupo de investigadores e investigadoras dispersos por todo o Brasil que aportaram sua experiência profissional e sua habilidade humana de forma permanente.

Nosso sincero reconhecimento a todas e todos que fizeram possível este trabalho de investigação-ação que permitiu por sua vez, construir novo conhecimento e que poderá contribuir para mudar a realidade de tantos brasileiros que lutam diariamente para alcançar um futuro melhor. Os encontros e debates originados em torno da agricultura urbana e da segurança alimentar e nutricional nos animam a pensar que outro mundo é possível, um mundo mais justo, solidário e sustentável.

Este trabalho apresenta um panorama da agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, aportando algo de luz ao tema tão apaixonante e novo que congrega agricultoras e agricultores urbanos, investigadores universitários, técnicos y promotores sociais e representantes do poder público. A todas e todos nosso mais sincero reconhecimento já que sem sua valiosa e desinteressada colaboração este trabalho não teria sido possível.

Um agradecimento especial a Crispim Moreira e sua equipe no Ministério de Desenvolvimento Social, por ter impulsionado esta idéia conscientes da necessidade e importância de saber mais sobre a agricultura urbana para poder promovê-la melhor. Seu apoio à execução de projetos concretos e seus aportes na elaboração das diretrizes que aqui se apresentam, mostram o compromisso do governo federal com o combate a fome e a pobreza. Também queremos agradecer, de forma muito especial, a Gunther Merzthal (IPES/RUAF) por seus aportes a discussão geral do texto e à formulação das diretrizes.

Por fim, prestamos uma homenagem especial ao saudoso Joao Domingos Fassarella que, crente dos potenciais da AUP desde sua época como prefeito da cidade de Governador Valadares/Minas Gerais, facilitou a interlocução entre a REDE, IPES e o MDS. Essa homenagem é também para prestar reconhecimento ao compromisso do Fassarella, enquanto gestor público, parlamentar e mesmo cidadão, com o enfrentamento de situações provocadoras de injustiças socio-ambientais. Essa postura fez com que ele em vida apostasse em novas idéias e novas práticas, enquanto muitos são eternamente temerosos em se envolver com novas situações ou diferente realidades.

Agradecemos ainda os profissionais que contribuíram com o relato de experiências que estão destacadas nos quadros específicos no contexto desse relatório, nos dando a oportunidade de melhor compreender a realidade da AUP encontra nas diferentes regiões metropolitanas estudadas e enriquecendo em muito este documento. Assim, destacamos Marlete Aparecida Coelho, representando os movimentos sociais, Edson Rivelino Pereira, representando experiência do poder público, Sergio Brazão e Silva, representando a universidade, Flaviane de Carvalho Canavesi e Denis Monteiro representando as assessorias das Ongs e Lucila Pizani Gonçalves nos brindando com sua experiência legislativa quando vereadora de São Paulo.

Todos os acertos que aqui se apresentam são resultado dos aportes da pesquisa e, os desacertos, são de inteira responsabilidade dos autores.

Alain Santandreu e Ivana Cristina Lovo

RESUMO

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é um conceito multi dimensional que inclui a produção, o agro extrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

Partindo deste enfoque, a AUP contribui para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional. A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais. A pratica da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente, e pode ser realizada em espaços públicos e privada dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município.

As 11 Regiões Metropolitanas pesquisadas (Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF) e Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA)) desenvolvem uma intensa e muito variada atividade de AUP. Uma lista inicial foi elaborada identificando mais de 600 iniciativas, maiormente de produção com destino tanto ao ato consumo como a comercialização. Destas, 160 experiências desenvolvidas em 52 municípios das regiões metropolitanas foram aprofundadas, incluindo tanto metrópoles (com mais de 2 milhões de habitantes), municípios medianos e pequenos (com população entre 10.000 e 30.000 habitantes); com taxas de urbanização próximas dos 100% (apesar de haver municípios com taxas por volta dos 35%); e com níveis de pobreza relativamente altos (que, em alguns casos, chegam a 30%).

Isto demonstra que a AUP se pratica em **todas nas Regiões do Brasil** sendo uma realidade que abarca uma grande diversidade de contextos, apresentando uma ampla capacidade de expansão e muitas possibilidades de consolidar-se como uma atividade permanente e multi funcional na escala local, melhoradora da SAN e produtora de trabalho, emprego e renda.

Na pesquisa identificou-se uma baixa presença de marcos legais nas regiões, (incluindo a legislação de relevância casual, setorial e específica da AUP) e de marcos institucionais e uma grande ausência de políticas de AUP. Portanto, resulta chave melhorar tanto os marcos legais como os institucionais para promover, mais ativamente, as atividades de AUP orientadas à Segurança Alimentar Nutricional. E também avançar mais firmemente no fortalecimento de políticas ativas que promovam a atividade em um sentido amplo.

Das experiências focadas observou-se que 75% localizam-se nas capitais das regiões metropolitanas o que representa uma característica importante da AUP no Brasil, devido as capitais concentrarem importantes contingentes de população, assim como falta do solo e porcentagens elevados de urbanização. Entre as

experiências focadas se incluem iniciativas financiadas pelo governo federal (através do MDS e outros ministérios e agências), iniciativas promovidas e financiadas pelos governos locais e estaduais e pela sociedade civil, pela academia e pelo setor privado.

Em termos gerais identifica-se uma diferenciação muito clara entre os participantes dos programas governamentais (especialmente os vinculados ao Fome Zero), iniciativas dos governos locais e outras iniciativas promovidas por algumas organizações da sociedade civil, como pastorais, ou algumas Ongs voltadas para a SAN e que só comercializam o excedente e que desenvolvam atividades em espaços intra urbanos; os movimentos sociais e as cooperativas voltados para SAN e comercialização que desenvolvem suas atividades tanto em espaços intra como periurbanos; e os agricultores já inseridos no mercado que desenvolvam suas atividades na área periurbana.

A diversidade e a multiplicidade de atividades é a principal característica das experiências focadas. 72% das experiências incluem, como uma de suas atividades, a produção e 49% a comercialização. A transformação, ou seja, a possibilidade de incorporar valor ao produto final, é a atividade com menor representatividade entre as experiências focadas. Somente 16% das experiências (na sua maioria promovida pela sociedade civil) transformam seus produtos de forma semi industrial ou artesanal. E um total de 44% prestam algum tipo de serviços, como capacitação, pesquisa ou micro crédito. O agroextrativismo e a coleta, uma atividades pouco identificada nos estudos clássicos de AUP, e muito importante, sobretudo na região Norte e Nordeste. As trocas e doações é um destino muito freqüente da produção de AUP, ainda que a maior parte das vezes, não vinculadas a experiências de economia solidária.

A multiplicidade de atividade é uma constante, 53% das experiências focadas desenvolvem mais de um tipo de atividade, combinando a produção com a comercialização, a transformação e/ou a oferta de serviços. Destas, 41% produzem e comercializam, mas somente 2% produzem, transformam e comercializam o que indica um baixo nível de integração na cadeia produtiva.

A produção orgânica ou agroecológica inclui a metade (50%) das experiências produtiva na Região Sul e Sudeste é 60% no Norte e Nordeste, sendo muito estendida entre as experiências promovidas pela sociedade civil no âmbito intra urbano. Se bem, em forma majoritária, essas atividades tem sido auto definidas como "orgânicas" ou "agro ecológicas", é provável que a maior parte não incorpore os preceitos agros ecológicos de forma sistemática e com rigor. Em contraste, 85% das experiências produtivas identificadas na Região Centro - Oeste utilizam métodos tradicionais.

Em termos gerais, entre as experiências focadas, as promovidas pela sociedade civil são mais antigas que aquelas promovidas pelos governos (seja local o estadual), inclusive algumas com mais de 10 anos de atividade.

O governo federal por intermédio de diversos ministérios e agências é um financiador ativo de experiências de AUP, promovidas tanto pelas prefeituras como pela sociedade civil. Os próprios governos locais e estaduais também financiam uma grande diversidade de experiências, em especial onde existem atividades de AUP consolidadas. As Ongs e as universidades destinam recursos próprios e formulam projetos específicos para apoiar os agricultores urbanos. A presença de movimentos sociais (urbanos e rurais) desenvolvendo AUP é uma característica da realidade brasileira. As empresas podem ser consideradas um ator emergente no apoio financeiro na AUP, em especial em projetos com agricultores de escassos recursos. Mas, os próprios agricultores urbanos, parece ser uma das principais

fontes de recursos para a promoção da atividade, financiando suas próprias experiências, principalmente aqueles já consolidados no mercado. A economia solidária, ainda permanece marginal na dinâmica da AUP e a cooperação internacional é o grande ausente.

Algumas experiências estão diretamente ligadas às associações o que facilita sua organização. Alguns produtores de hortas estão organizados em grupos o que facilita a comercialização, enquanto que outros vendem cada um por si para atravessadores por preços abaixo dos vendidos diretamente aos consumidores. De modo geral, constata-se a falta de articulação entre as experiências, e não há uma organização para que os insumos sejam buscados de outras experiências de economia solidária ou até mesmo de outras experiências de AUP.

Considerando que todos os desafios apontados se tornam fonte de inspiração para os trabalhos quando comparados com as potencialidades da AUP, bastando compromisso político para mudar a realidade, já que é crescente o interesse e o envolvimento de diferentes atores com a temática da AUP e, respaldados pelo resultado da pesquisa nas onze regiões metropolitanas, apresentamos princípios e diretrizes para orientar as ações futuras da AUP no Brasil.

Entendemos então que a AUP no Brasil deve estar orientada à: Promoção da Agroecologia, do Consumo de Hábitos Saudáveis, da Construção de Conhecimentos Respeitando o Diálogo de Saberes, ao Respeito à Diversidade Étnica, Racial e Cultural, Promoção da Equidade de Gênero, Justiça Sócio-ambiental e a Solidariedade, Promoção da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar Nutricional, Promoção da Economia Justa, Solidária e Familiar e o Consumo Responsável, e a Promover a Participação, Empoderamento e Autonomia do/as Agricultores Urbanos e Periurbanos.

Dessa forma, a implementação de ações estratégicas para fomentar a AUP na esfera política Nacional, Estadual e Local, deveriam estar englobadas nas seguintes diretrizes: Fortalecer a consciência cidadã em torno dos benefícios da AUP; Desenvolver capacidades técnicas e de gestão dos e das agricultoras urbanas e periurbanas; Fortalecer cadeias produtivas locais e regionais, fomentando a produção, comercialização e o consumo; Facilitar o financiamento para atividades de AUP; Promover a intersetorialidade e a gestão descentralizada e participativa e; Fortalecer a institucionalização para o desenvolvimento da AUP.

Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras

Alain Santandreu (IPES/RUAF)
Ivana Cristina Lovo (REDE, IPES/RUAF)

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório Referencial Geral que tem por objetivo apresentar as conclusões da pesquisa **Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras**, fruto da carta de acordo entre REDE e FAO assinada em outubro de 2006, promovido pelo MDS. A pesquisa foi implementada pela REDE com a ativa participação de IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible (Lima, Perú).

Este documento está organizado em cinco partes. Primeira, uma apresentação geral de conceitos e a metodologia seguida na pesquisa. Segundo, uma análise rápida das iniciativas listadas para todas as regiões estudadas. Terceiro, uma caracterização e análise de iniciativas e parcerias focadas, lembrando que agrupamos para a pesquisa os municípios em três grandes regiões especificados abaixo. Quarto, uma análise das conclusões gerais considerando os desafios e potenciais para fomentar a AUP e a relação da AUP com a Lei de Segurança Alimentar Nutricional e, por fim, as Diretrizes para nortear uma política nacional de AUP no Brasil.

Estamos seguros que ter mais clareza sobre o “estado de arte” na situação da agricultura urbana e periurbana no Brasil contribuirá a orientar as intervenções que melhorem a qualidade de vida de muitas e muitos brasileiros; e que os resultados e as conclusões servirão para muitas e muitos outros na América Latina e o Caribe.

O estudo foi realizado em 11 aglomerados metropolitanos organizados em 5 regiões, que para a pesquisa foram organizadas em três regiões, como detalhado abaixo (Ver mapa 1):

- **Regiões Sul e Sudeste:** Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).
- **Região Centro-Oeste:** Brasília (DF) e Goiânia (GO).
- **Regiões Norte e Nordeste:** Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA).



Fonte: Elaboração própria (2007).

2. METODOLOGIA E CONCEITOS

2.1 Metodologia da pesquisa

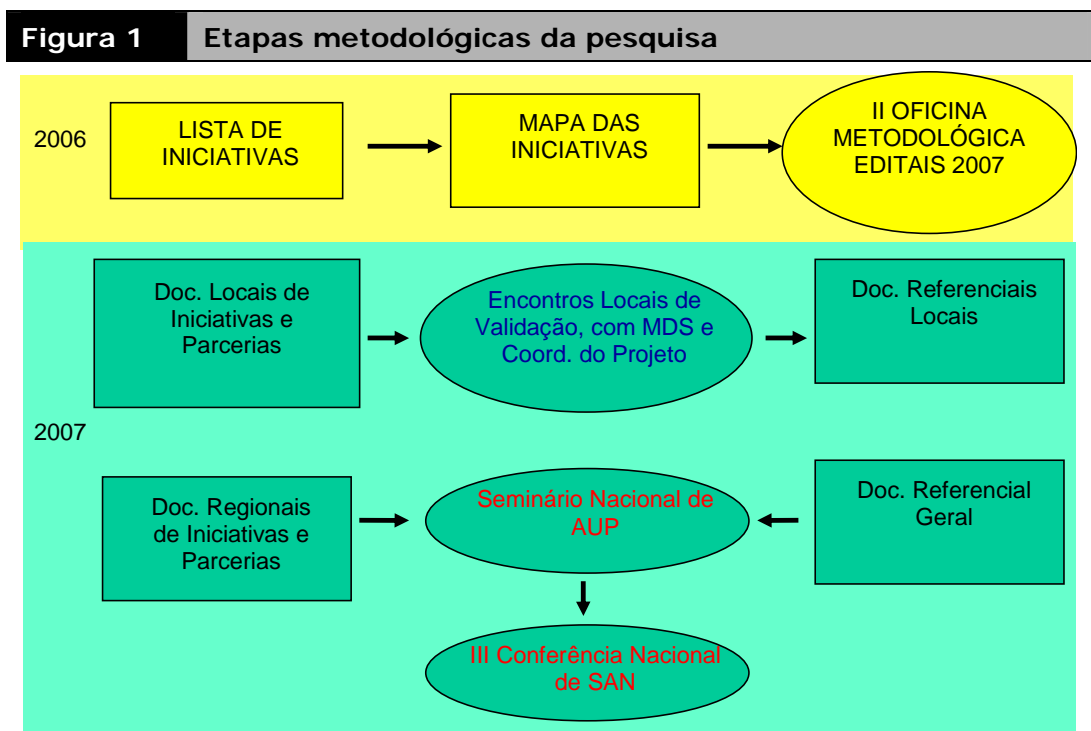
As atividades desenvolvidas no projeto contemplaram:

- A **identificação e caracterização das iniciativas** de agricultura urbana e periurbana promovidas pelas organizações governamentais (governos locais, estadual e federal) e da sociedade civil (ONG, universidades, organizações de agricultores, movimentos sociais, etc.), permitiu elaborar uma lista para cada região estudada. A partir dessa lista inicial, e com critérios definidos pelo conjunto dos pesquisadores, uma seleção das iniciativas foi feita com o objetivo de aprofundar os estudos da realidade de AUP, gerando um relatório local referencial por região.
- Com base na informação construída em escala local foram elaborados três **Relatórios Regionais de Iniciativas**, uno para cada Região, identificando e caracterizando as iniciativas em curso.
- A **identificação e caracterização das alianças** existentes de agricultura urbana e periurbana elaborando um Mapa de parcerias identificou as principais alianças estabelecidas em cada município para a promoção das atividades.
- Com base na informação construída em escala local foram elaborados três **Relatórios Regionais de Parcerias**, uno para cada Região, identificando e caracterizando as principais parcerias existentes em escala regional.
- Todos os relatórios foram validados em **encontros locais**, aos quais compareceram diversos atores comprometidos com o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana na escala local e nesse momento iniciou-se uma discussão sobre os potenciais, desafios e diretrizes para uma política nacional de AUP.

- Com base aos aportes elaborados em cada uma das regiões metropolitanas, se elaboraram e validaram, em forma participativa, **Diretrizes políticas para a promoção da agricultura urbana e periurbana no Brasil** que foram debatidas no seminário nacional de AUP (Brasília, 31 de maio e 1 de junho de 2007).
- O resultado final da pesquisa deverá ainda ser apresentado em **oficina de trabalho** a ser realizada durante a **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional** que ocorrerá nos dias 03, 04 e 05 de Julho de 2007 em Fortaleza.

A metodologia para a pesquisa, desenhada inicialmente no documento Guia Metodológico, foi revisada e ajustada em duas oficinas metodológicas. A primeira, realizada nos dias 16 e 17 de novembro de 2006 em Belo Horizonte, possibilitou nivelar e gerar um consenso sobre os conceitos comuns; acordar a estrutura comum dos instrumentos metodológicos e possibilitou construir critérios orientadores para a pesquisa. A segunda, realizada nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006 em Brasília, possibilitou a análise das listas preliminares de iniciativas de AUP elaboradas pelos parceiros locais, ajustar os critérios para selecionar as iniciativas a serem focadas e, ainda, fazer um ajuste final no instrumento metodológico para entrevista das iniciativas focadas.

As duas oficinas metodológicas contaram com a participação da coordenação da pesquisa, representação dos parceiros locais e do MDS (ver lista dos parceiros locais no final do documento). A Figura 1 mostra as etapas acordadas para a pesquisa.



Fonte: Elaboração própria com base Nota Metodológica (2006).

2.2 Conceitos comuns da pesquisa

Por não existir uma nomenclatura universalmente acordada para definir a AUP, foi necessário acordar um conjunto de conceitos comuns para facilitar o trabalho de campo e a análise dos resultados obtidos. Em relação ao conceito de SAN foi

adotado o conceito da Lei N° 11.346 de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

De acordo com a lei brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)

Que é a AUP?

A AUP é um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **auto consumo, trocas e doações** ou **comercialização, (re) aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos** e **insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Essas atividades devem pautar-se pelo **respeito aos saberes** e **conhecimentos locais**, pela **promoção da equidade de gênero** através do **uso de tecnologias apropriadas** e **processos participativos** promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

De esta forma, se partiu do conceito de **multi funcionalidade** da AUP considerando seu potencial para promover **cidades produtivas** e **ecológicas**, que **respeitam a diversidade social e cultural** e que **promove a segurança alimentar e nutricional**.

Com a **cidade produtiva** estamos nos referindo à promoção de um desenvolvimento econômico local, voltado para o combate à pobreza, com a implantação de políticas de geração de trabalho e melhoria de rendas complementares, desde uma perspectiva de Economia Popular Solidária e comércio justo.

Com a **cidade ecológica** estamos nos referindo à possibilidade de potencializar, com as atividades de AUP, a gestão territorial e ambiental das cidades, integrando a AUP com as políticas de gestão territorial, de uso social do espaço, de gestão de resíduos sólidos, de uso de águas residuais tratadas e de chuva, buscando a diminuição da impermeabilização do solo, e com as políticas de enverdecimento da cidade, entre outras, a partir de uma perspectiva de diminuição dos desequilíbrios ecológicos.

Com a **cidade que respeita a diversidade social e cultural** estamos nos referindo ao potencial que as atividades de AUP têm para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e sócio-culturais e também de atenção a grupos considerados de condição vulnerável como mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre outros, partindo de uma perspectiva de respeito à diversidade social, equidade e promoção da governabilidade participativa.

E, por fim, com a **cidade que promove a segurança alimentar e nutricional** há o vínculo direto das iniciativas de AUP com as políticas de combate à fome e de complementos alimentares e nutricionais, com relação direta ao acesso e disponibilidade dos alimentos e à forma de produção dos mesmos, a partir de uma perspectiva de combate à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Em síntese, a multi funcionalidade da AUP gera orientações para a promoção de políticas e ações voltadas para a:

1. Melhorar da gestão ambiental.
2. Melhorar a gestão territorial.
3. Promover a equidade de gênero e respeito às condições étnicas e sócio-culturais.
4. Combater à pobreza.
5. Promover a Segurança Alimentar e Nutricional e combate à fome.
6. Promover a inclusão social e a governabilidade participativa.

Atividades de AUP

Para melhor entender a definição AUP optamos por desmembrar as atividades relacionadas em cinco categorias:

- **Produção** incluindo:
 - **Agrícola e pecuária** de hortaliças, plantas aromáticas e medicinais, frutíferas, plantas ornamentais, pequenos, médios e grandes animais, peixes, agro extrativismo, etc.;
 - **De insumos** como sementes, mudas, composto, húmus, etc. e **reuso** de água e reaproveitamento de resíduos sólidos;
- **Transformação** de pelo menos um produto da AUP, de forma artesanal, em pequena agroindústria familiar e ou comunitária, promovida pela sociedade civil ou poder público;
- **Comercialização** na forma de um comércio justo, de produtos *in natura* ou transformados, na cadeia de produção urbana e em mercados institucionais (tradicionais ao orgânicos) formais e informais;
- **Auto-consumo, trocas e doações** a espaços institucionais o a população da comunidade.
- **Prestação de Serviços** em pesquisa, capacitação, geração de tecnologias, assessorias, créditos locais e outros.

Quem pratica AUP?

A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessário para sua prática à disposição individual, coletiva e a viabilização das condições necessárias para tanto. A pratica da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente.

Destacamos o envolvimento de grupos vulneráveis como: mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças jovens e idosos, produtores periurbanos, comunidades tradicionais entre outros.

Onde se pratica AUP?

A AUP pode ser realizada em espaços públicos e privada dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município. Dessa forma, adotamos uma tipologia que consegue caracterizar a diversidade de espaços possíveis de serem utilizados para AUP, apresentada na Tabela 1.

Tabela 1		Tipologias possíveis para atividades de AUP	
Tipologia	Espaços característicos		
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas peri urbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.		
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:		
Verdes Urbanos	Praças e Parques.		
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.		
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).		
Unidades De Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades		
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.		

Fonte: Terrile. 2006

A definição dos limites entre o urbano e periurbano e entre este e o rural sempre é fruto de intensos debates e até hoje não se tem uma definição que consiga abranger a diversidade de contextos encontrados. Essa dificuldade refletiu também na dificuldade de definir a abrangência do espaço periurbano a ser tratado na pesquisa, se optou pela delimitação do periurbano não por sua abrangência territorial, mas pelo vínculo da experiência de AUP com a dinâmica urbana. Exemplificando: coleta de plantas medicinais em áreas verdes feita por mulheres para comercializá-las em feiras urbanas, ou ainda a produção de hortaliças em ambientes periurbanos para abastecer mercados da cidade.

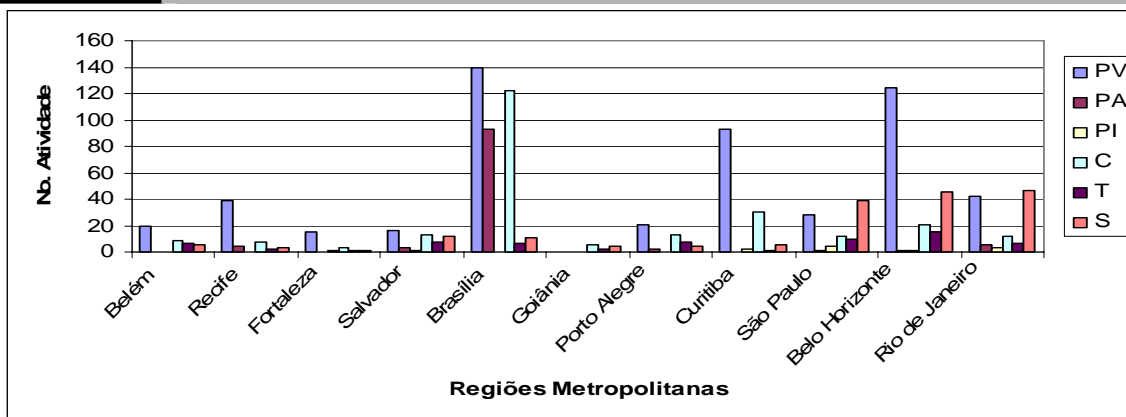
3. EXPERIÊNCIAS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA IDENTIFICADAS NAS REGIÕES ESTUDADAS

Na primeira etapa da pesquisa foram registradas 635 iniciativas de AUP nas três regiões estudadas. Entre elas 537 tem como uma de suas atividades a produção, coleta ou extrativismo vegetal, 109 a produção animal, 12 a produção de insumos, 248 as atividades de comercialização (a maior parte combinada com auto consumo), 66 a transformação e 175 atividades de serviços. Como a maior parte das iniciativas listadas combina mais de um tipo de atividade, o número total de iniciativas não confere com a soma do número de iniciativas por tipo de atividade.

A produção vegetal é a atividade mais freqüente, estando orientada tanto ao auto consumo (e eventualmente para troca e doação) como para a comercialização o que parece indicar que um importante número de iniciativas combina a geração de

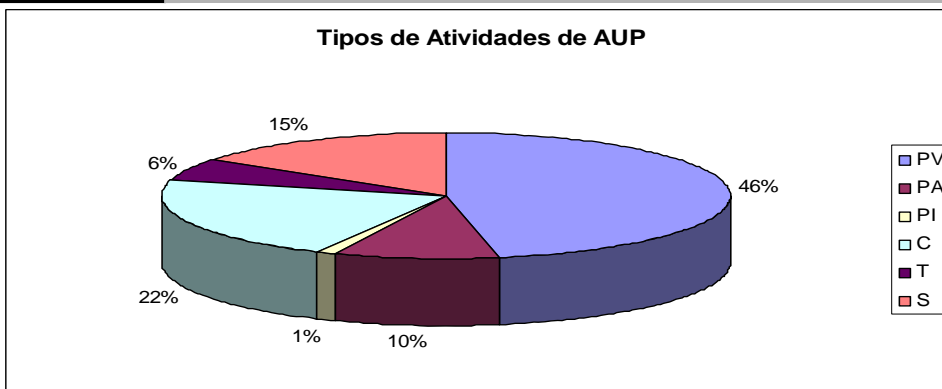
ingresso e renda como atividade principal ou complementar com a segurança alimentar e nutricional. Por sua parte, a transformação, ou seja, a possibilidade de agregar valor a produção, é uma atividade quase marginal identificando-se, em termos gerais, baixos níveis de integração com a cadeia produtiva. Apesar de ser uma porcentagem relativamente baixa, resulta interessante constatar que numerosas experiências tem como atividade principal a prestação de serviços especialmente no que se refere à capacitação, produção de insumos e crédito orientado para a AUP.

Gráfico 1 Quantidade de Iniciativas por tipo de atividade de AUP desenvolvida nas 11 Regiões Metropolitanas Estudadas



Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).
 PV=Produção Vegetal; PA=Produção Animal; PI=Produção de Insumos; C=Comercialização; T=Transformação; S=Serviços.

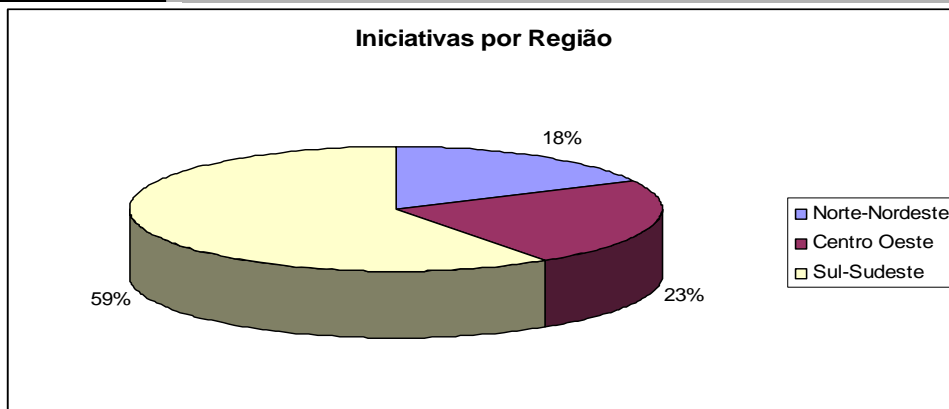
Gráfico 2 Porcentagem total das Iniciativas por tipo de atividade de AUP identificadas nas Regiões Metropolitanas Estudadas



Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).
 PV=Produção Vegetal; PA=Produção Animal; PI=Produção de Insumos; C=Comercialização; T=Transformação; S=Serviços.

O Gráfico 3 destaca a porcentagem de iniciativas por Região estudada. A Região Sul-Sudeste se destaca com o maior número de iniciativas. Mas o importante é que foi verificado a presença de atividades de AUP em todas as Regiões estudadas, mostrando que a AUP é uma realidade no Brasil.

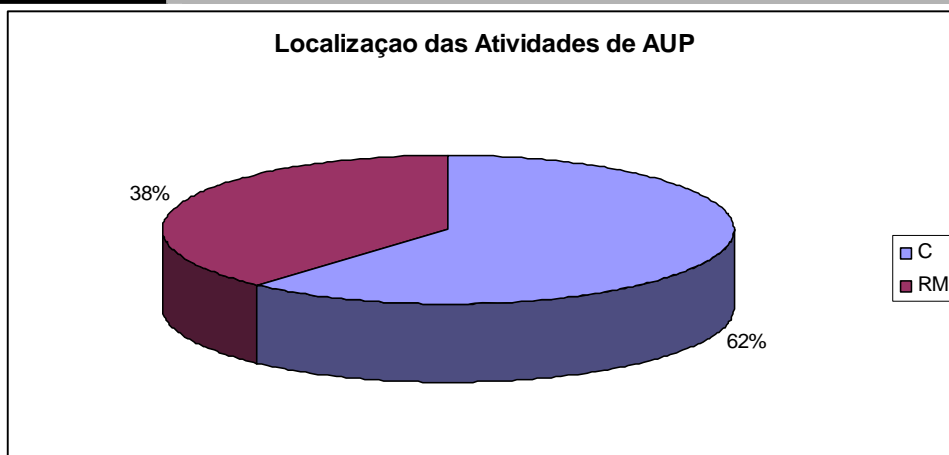
Gráfico 3 Porcentagem total das Iniciativas por Região Estudada



Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

No Gráfico 4 está caracterizado, com o percentual, a localização das iniciativas. Para as 635 atividades de AUP, 396 foram identificadas como ocorrendo no município centro das Regiões Metropolitanas e 247 citadas como ocorrendo em outros municípios da Região Metropolitana. Destacando aqui Belém e Brasília por terem identificadas um maior número de iniciativas nas regiões metropolitanas do que no município centro (capital).

Gráfico 4 Porcentagem total das Iniciativas por localização: Centro (C) ou outras cidades da Região Metropolitana (RM)



Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

Em relação à maior porcentagem das atividades de AUP estarem localizadas no município centro das Regiões Metropolitanas estudadas, não pode ser entendido como a realidade da localização das atividades de AUP, isso pois por condições e tempo para a realização desta pesquisa, priorizamos os municípios centrais. Portanto, provavelmente com mais tempo estaríamos identificando porcentagens equilibradas de atividades de AUP em todos os municípios das respectivas Regiões Metropolitanas.

Em termos gerais as atividades AUP são promovidas por uma grande diversidade de instituições e organizações entre as que se destacam:

- **Governo Federal:** incluindo iniciativas financiadas por o MDS (convênios para promover cozinhas comunitárias, compra direta, comedores populares, etc.), as iniciativas de incubadoras e projetos apoiados por outros órgãos de instância federal como outros ministérios, EMBRAPA, etc. em parceria com os governos locais, ONG, OSB, universidades, etc.
- **Prefeituras e Estado:** incluindo iniciativas promovidas, apoiadas e financiadas pelas prefeituras (com uma grande diversidade de Secretarias e outras instancias municipais) e pelo governo estadual, como ações da EMATER, ou mesmo sozinhos ou em parceria com universidades, ONG, OSB, etc.
- **Sociedade civil, academia e setor privado:** incluindo iniciativas promovidas, apoiadas e financiadas por ONG, OSB, movimentos sociais, grupos de produtores e agricultores urbanos, universidades e pelo setor privado, na maior parte das vezes sozinhos mas em algumas situações também em parceria com o poder público.

4. PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERI URBANA NAS REGIOES METROPOLITANAS DO BRASIL

Com base a lista inicial de experiências identificadas (635) se aprofundou 160 iniciativas desenvolvidas em 52 municípios que reaperentam 25% do total dos municípios das três Regiões focadas, com uma população de 35.539.640 de pessoas. O trabalho permitiu caracterizar e analisar o tipo de atividades e o destino da produção, as tecnologias utilizadas para a produção e transformação, a diversidade de formas de comercialização, o perfil dos agricultores e as principais parcerias feitas para a promoção da AUP (identificando os promotores, financiadores e apoiadores das experiências focadas).

Das experiências focadas, 75% localizam-se nas capitais das regiões metropolitanas o que representa uma característica importante da AUP no Brasil, isso por as capitais concentrarem importantes contingentes da população, assim como a falta de solo e porcentagens elevados de urbanização.

As experiências focadas foram identificadas com base ao conjunto de critérios entre os quais se destacam:

- a) Que representassem atividades de produção (animal, vegetal e insumos), transformação, comercialização, consumo e serviços.
- b) Fossem desenvolvidas em espaços intra-urbanos e periurbanos das áreas metropolitanas ou vinculadas à dinâmica das áreas metropolitanas.
- c) Articuladas com a gestão territorial e ambiental.
- d) Orientadas para a Segurança Alimentar Nutricional e Economia Popular Solidária/ Comércio Justo e Solidário.
- e) Que fossem sujeitos de ações de AUP existentes.
- f) Que respeitassem as particularidades das distintas regiões.

A Tabela 2 lista as experiências focadas nas regiões metropolitanas analisadas e organizadas por tipo de ator que as promove, apóia e/ou financia.

Tabela 2

Listado das experiências focadas nas três Regiões Metropolitanas por tipo de ator que as promove, apóia e/o financia

Ator que promove ou financia	Regiões Sul e Sudeste					Região Centro - Oeste		Regiões Norte e Nordeste			
	São Paulo	Rio de Janeiro e Niterói	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Brasília	Goiânia	Recife	Salvador	Belém	Fortaleza
Governo Federal	Programa de Hortas Comunitárias de Santo André	Projeto de Hortas urbanas comunitárias de Niterói	Programa de Hortas e Pomares Comunitários de Porto Alegre		Horta Comunitária Borges			Horta Comunitária Lar Fabiano de Cristo	Projeto Kaitumba	Assentamento Mártires de Abril	Compra Antecipada Especial da Agricultura Urbana
	Projeto de Hortas Comunitárias de Juquitiba	Projeto de Hortas Comunitárias / Escola Carioca de Agricultura Familiar	Programa de Horta do Núcleo Fome Zero Timbaúva		Horta Comunitária Ana Lúcia			Horta CEMPO – Centro de Medicina Popular		Associação de Moradores e Produtores Quilombolas de Abacatal	
	Programa de Hortas Comunitárias de Diadema		Programa de Horta comunitária Jardim Gordo		Horta Comunitária Castanheiras						
	Padaria Solidária		Programa de Horta Quilombo dos Alpes		Assentamento Pastorinhas						
	Lanche Ecológico				Assentamento Ho Chi Min						
					Compra Direta Local da Agricultura Familiar						
					Incubadora de empreendimentos solidários						
					Banco de Alimentos						
					Restaurante Popular						
ST	5	2	4	-	9	-	-	2	1	2	1
Governo Municipal	PROAURP	Programa de Agricultura Urbana de RJ	Programa de Horto Comunitário de Gravataí	Câmbio verde (troca de lixo x alimentos)	Horta comunitária Barreiro				Projeto Maria das Cabras	Centro de Agricultura Urbana	Projeto Hortas Escolares
	Programa de	Produção de	Programa de	Direto da	Programa				Horta	Produção	Projeto Hortas

Tabela 2

Listado das experiências focadas nas três Regiões Metropolitanas por tipo de ator que as promove, apóia e/o financia

Ator que promove ou financia	Regiões Sul e Sudeste				Região Centro - Oeste		Regiões Norte e Nordeste				
	São Paulo	Rio de Janeiro e Niterói	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Brasília	Goiânia	Recife	Salvador	Belém	Fortaleza
	Assentamento São Roque (MST)	adubo "Fertilurb" e compostagem – Usina do Caju	Hortas Comunitárias de Cachoeirinha	Roça (Venda direta do produtor ao consumidor)	Espaço Jovem Lagoa Santa				Comunitária Viver Vila Verde – V3	plantas ornamentais e aromáticas (Bosque sensorial)	nas Escolas
	Quintal que não foi para frente			Nosso Quintal					Hortas Compartilhadas	Produção de plantas medicinais Transformação de remédios caseiros	Projeto Centro de Referência em Agricultura Urbana Sustentável
	Inserção de Hortifruti Orgânico na merenda			Horta comunitária da Associação de Moradores da Ordem						Extrativismo de açaí na região das ilhas de Belém	Projeto de Produção de Mudanças Ornamentais, Frutíferas e Medicinais
				Lavoura						Horti fruti granjeiros na área da Cohab no Bairro Curuçambá	Projeto Centro de Produção e Preparação de Alimentos
				Ervas Medicinais						Áreas e quintais no Bairro do Tapanã	Projeto Casca de Côco Verde
				Feiras orgânicas						Projeto Espaço de Práticas Sustentáveis Jardim Canarinho	Projeto Meu Quintal Produtivo
										Agricultura de Quintal	Projeto Hortaliças I
										Beneficiamento da Polpa do Açaí	Projeto Hortaliças II
										Produção de Plantas	Farmácia Medicinal

Tabela 2

Listado das experiências focadas nas três Regiões Metropolitanas por tipo de ator que as promove, apóia e/o financia

Ator que promove ou financia	Regiões Sul e Sudeste					Região Centro - Oeste		Regiões Norte e Nordeste			
	São Paulo	Rio de Janeiro e Niterói	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Brasília	Goiânia	Recife	Salvador	Belém	Fortaleza
										Ornamentais	
										Projeto AUP nos canais da Macro drenagem	Projeto Mandala
										Beneficiamento da casca do coco verde no Bairro da Terra Firme	Hortaliças Orgânicas
										Produção de horti fruti granjeiros no Assentamento da Ilha de Mosqueiro	
ST	4	2	2	7	2	-	-	-	3	13	12
Sociedade civil, academia e setor privado	Alimentação Sustentável e Hortas Comunitárias Perenes	Agricultura em quintais urbanos nas comunidades Jardim Guaratiba e Praia da Brisa	Associação dos Agricultores Ecologistas da Zona Sul de Porto Alegre	Comercialização de Hortifrutigranjeiros	Grupo CAUSA de agricultura urbana e segurança alimentar	Associação Assistencial e Habitacional nas Áreas Urbana, Rural, Comercial e Entorno (AAHCE)	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em Goiás (ADAO)	Produção animal – Iniciativa autônoma – ZEIS Caranguejo e Campo (A)	Associação Beneficente Sra. Santana de Cordoaria	Colônia de Pescadores de Icoaraci	Projeto Aldeias
	Fórum Metropolitano de AUP	Agricultura em quintais urbanos no Loteamento Ana Gonzaga	Horta Comunitária União dos Operários	Logística e distribuição de produtos da Agricultura Familiar	Horta do COMUPRA	Associação de Agricultura Ecológica (AGE)	Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA)	Produção animal – Iniciativa autônoma – ZEIS Caranguejo e Campo (B)	Projeto Horta Escola	Associação Erveiras Do Ver-O-Peso	Laboratório de Agricultura Urbana
	Loja MST	Rede de Bancos de Sementes Caseiros e Coletivos	Grupo de Mulheres Pão da Terra	Certificação participativa produção, consumo e organização	CADEB – Centro de auto desenvolvimento de Betim	Associação dos Produtores do Alagado e Santa Maria	Associação da Feira do Pequeno Produtor.	Sítio São João	Ervateiras do Outeiro	Grupo Informal De 8 Açaizeiros	Projeto Horta Comunitária I
	Hortas Comunitárias		Grupo de Arroz	Feira Ecológica	VIVA/horta Viver Bem	Associação dos	Associação dos Produtores de	Centro de saúde Popular	Projeto de Capacitação	Movimento das Mulheres	Projeto Horta Comunitária II

Tabela 2

Listado das experiências focadas nas três Regiões Metropolitanas por tipo de ator que as promove, apóia e/o financia

Ator que promove ou financia	Regiões Sul e Sudeste				Região Centro - Oeste		Regiões Norte e Nordeste				
	São Paulo	Rio de Janeiro e Niterói	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Brasília	Goiânia	Recife	Salvador	Belém	Fortaleza
			Ecológico do MST			Produtores Rurais de Alexandre Gusmão	Hortifrutigranjeiros do Estado de Goiás	Raízes da Terra - CESPRATE	em Alternativas Alimentares e Agricultura Orgânica	Das Ilhas De Belém	
Feira de Orgânicos			Loja MST	Serviços de crédito solidário	Horta Saúde e Vida - Palmares	Associação dos Moradores Organizados para Habitação Urbana e Rural do DF e Entorno (AMOR-DF)		Produção e comercialização abaixo das linhas de transmissão (A)	Olho na Terra e outro no Mar	Projeto Mata Fome	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana – NEPAU
Sítio Pedra Grande			Centro de Estudos Ambientais	Produção e comercialização	Grupo SEMEAR de plantas medicinais	Associação dos Produtores Rurais do Núcleo Rural Tabatinga (APRONTAG)		Produção e comercialização abaixo das linhas de transmissão (B)			
Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno			Lauro Bernar	Produção e distribuição de produtos da Agricultura Familiar	NUC – grupo comunitário Negros Unidade Consciente	Associação dos Produtores Rurais Hortiflorifrutícolas da Colônia Agrícola do Núcleo Bandeirante 1 (ASCOAGRI-NB)		Agricultura familiar – autônoma (A)			
Programa de Jovens da Reserva da Biosfera			Feira dos Agricultores Ecologistas	Produção e comercialização de produtos da agricultura familiar	Fazendinha - Instituto Metodista Izabela Hendrix	Associação dos Produtores Rurais do Núcleo Rural Boa Esperança		Agricultura familiar – autônoma (B)			
Clube de Compras			Feira Ecológica Bom Fim	Horta familiar	Coletivo TERRAS	Associação dos Produtores Rurais da		Agricultura familiar – autônoma (C)			

Tabela 2

Listado das experiências focadas nas três Regiões Metropolitanas por tipo de ator que as promove, apóia e/o financia

Ator que promove ou financia	Regiões Sul e Sudeste				Região Centro - Oeste		Regiões Norte e Nordeste				
	São Paulo	Rio de Janeiro e Niterói	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Brasília	Goiânia	Recife	Salvador	Belém	Fortaleza
						Colônia Agrícola Veredas Samambaia					
Aliança Social						Associação dos Produtores Rurais do Núcleo Rural Córrego das Corujas		Agricultura familiar – autônoma (D)			
						Associação das Donas de Casa da Chapadinha					
						Associação dos Excluídos do Projeto Zumbi					
						Associação dos Produtores Rurais do Núcleo Rural Guariroba					
						Associação do Grupo de Moradores do INCRA 9					
						Associação dos Produtores do INCRA 7					
						Associação dos Produtores Rurais do Núcleo Rural Lajes da Jibóia					
						Associação dos Participantes do Mercado de Produtos					

Tabela 2**Listado das experiências focadas nas três Regiões Metropolitanas por tipo de ator que as promove, apóia e/o financia**

Ator que promove ou financia	Regiões Sul e Sudeste					Região Centro - Oeste		Regiões Norte e Nordeste			
	São Paulo	Rio de Janeiro e Niterói	Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Brasília	Goânia	Recife	Salvador	Belém	Fortaleza
						Orgânicos de Brasília					
						- Associação dos Produtores Rurais Novo Horizonte-Betinho (ASPRONTE)					
						Associação dos Moradores e Produtores Rurais Palmas e Rodeador					
						Associação dos Produtores Rurais da Reserva A					
ST	10	3	9	9	9	20	4	10	5	5	5
T	19	7	15	16	20	20	4	12	9	20	18

Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

4.1 Localização e contextos em que se desenvolvem as experiências focadas

A presença de hortas em fundo de quintal, de hortas escolares e comunitárias, de espaços de comercialização como lojas e feiras, de farmácias naturais e outros espaços de transformação não é uma novidade nos municípios das áreas metropolitanas das Regiões estudadas. As pessoas desenvolvem este tipo de atividade em experiências promovidas pelos municípios e outros atores sociais como as Ongs ou movimentos sociais, ou ainda auto organizados pelos próprios produtores familiares e as/os vizinhos de numerosos bairros populares.

As experiências focadas envolveram 15% dos municípios das **Regiões Sul e Sudeste**, 42% dos municípios da **Região Centro - Oeste**¹ e 36% dos municípios das **Regiões Norte e Nordeste**; incluindo tanto metrópoles, com mais de 2 milhões de habitantes, municípios medianos e pequenos, com população entre 10.000 e 30.000 habitantes; realidades com taxas de urbanização próximas dos 100% (apesar de haver municípios com taxas por volta dos 35%); e com níveis de pobreza relativamente altos (que, em alguns casos, chegam a 30%).

Tabela 3 % dos Municípios abrangidos e N° das experiências focadas nas Regiões Metropolitanas			
Regiões Metropolitanas	N° dos Municípios focados	% dos Municípios focados	N° de experiências por Região
Sul e Sudeste	21	15	77
Centro – Oeste	16	42	24
Norte e Nordeste	15	36	59
Total	52	-	160

Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

Isto demonstra que a AUP se pratica em **todas nas Regiões do Brasil** e é uma realidade que abarca uma grande diversidade de contextos, apresentando uma ampla capacidade de expansão e muitas possibilidades de consolidar-se como uma atividade permanente e multi funcional na escala local.

As tabelas 4, 5 e 6, apresentam um olhar sob os contextos locais em que se focaram as experiências analisadas.

Tabela 4 Contexto em que se desenvolvem as experiências nas Regiões Sul e Sudeste						
Região Metropolitana	Municípios	N°. total de habitantes	População urbana (%)	Mulheres (%)	Pobreza (%)	Analfab. (%)
São Paulo	Diadema	357.064	100	50,95	16,24	6,80
	Franco da Rocha	108.122	93	48,22	20,93	9,59
	Juquitiba	26.459	65	49,69	28,54	13,72
	Osasco	652.593	100	51,33	12,84	5,77

¹ Para efeitos de análise, vale a pena destacar que o **Distrito Federal** está dividido em 29 "Regiões Administrativas". Originalmente não havia divisões, mas em 1964 foi dividido em 8 Regiões Administrativas. Em 1989 quatro novas regiões foram criadas, levando o número total a 12. De 1992 a 1994 mais sete divisões resultaram num total de 19 RA's, número que permaneceu de 1994 a 2003. De 2003 a 2005 dez novas regiões foram criadas, chegando ao número atual de 29. O fato de a "RA-I" ser chamada de "Brasília" causa alguma confusão. Alguns defendem que a cidade de Brasília se limitaria à área da RA-I, e consideram as outras regiões como sendo, cada uma, uma cidade. Outros defendem que a cidade de Brasília inclui as áreas urbanas de todas as 29 Regiões Administrativas. Por esse motivo, os dados demográficos oficiais são concentrados no "município" de Brasília.

Tabela 4		Contexto em que se desenvolvem as experiências nas Regiões Sul e Sudeste				
Região Metropolitana	Municípios	Nº. total de habitantes	População urbana (%)	Mulheres (%)	Pobreza (%)	Analfab. (%)
Sub total	Santo André	649.331	100	51,67	10,34	4,45
	São Paulo	10.434.252	94	52,34	12,06	4,89
	6	12.227.821				
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5.857.904	100	53,0	23,60	4,2
Niteroi	Niteroi	459.451	100	53,4	-	3,4
Sub total	2	6.317.355				
Porto Alegre	Canoas	306.093	100	51,3	15,66	4,35
	Gravataí	232.629	91	50,6	16,18	5,1
	Porto Alegre	1.360.590	97	53,2	11,33	3,46
	Eldorado do Sul	27.268	70	49,8	22,92	7,42
	Cachoeirinha	107.564	100	51,2	13,38	4,51
Sub total	5	2.034.144				
Curitiba	Curitiba	1.727.010	100	52,5	8,60	-
Sub total	1	1.727.010				
Belo Horizonte	Belo Horizonte	2.238.526	100	52,7	14,17	4,63
	Betim	306.675	97,3	50,1	29,31	8,55
	Brumadinho	26.614	72,8	49,8	24,09	10,09
	Contagem	538.017	95,6	51,0	18,75	5,62
	Lagoa Santa	37.872	93,5	50,4	19,32	7,86
	Nova União	5.427	25	49,2	46,43	17,48
	Sabará	115.352	97,8	51,2	26,15	8
Sub total	7	3.268.483				
Total	21	25.574.813				

Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007). Informação refere-se ao ano 2000.

Tabela 5		Contexto no qual se desenvolvem as experiências na Região Centro – Oeste				
Região Metropolitana	Municípios	Nº. total de habitantes (milhões)	População urbana (%)	Mulheres (%)	Pobreza (%)	Analfab. (%)
Brasília	Ceilândia	344.039	N/d	51,5	-	-
	Samambaia	164.319	98	54,6	-	-
	Brazilândia	52.698	76	50,8	-	-
	Núcleo Bandeirante	36.472	100	52,3	-	-
	Gama	130.580	93	52,5	-	-
	Taguatinga	243.575	99	53,1	-	-
Sub total	6	971.683				
Goiânia	Anápolis	318.808	-	-	-	-
	Bela Vista	22.043	-	-	-	-
	Brasabrantés	3.096	-	-	-	-
	Campo Limpo	5.277	-	-	-	-
	Caturai	4.475	-	-	-	-
	Goianópolis	13.212	-	-	-	-
	Hidrolândia	15.179	-	-	-	-
	Nerópolis	22.710	-	-	-	-
Arizona	13.508	-	-	-	-	

Tabela 5		Contexto no qual se desenvolvem as experiências na Região Centro – Oeste				
Região Metropolitana	Municípios	Nº. total de habitantes (milhões)	População urbana (%)	Mulheres (%)	Pobreza (%)	Analfab. (%)
	Terezópolis de Goiás	6.266	-	-	-	-
Sub total	10	420.546				
Total	16	1.392.229				

Fonte: Relatórios locais (2007). A informação refere-se ao ano 2000.

Tabela 6		Contexto em que se desenvolvem as experiências nas Regiões Norte e Nordeste				
Região Metropolitana	Municípios	Nº. total de habitantes	População urbana (%)	Mulheres (%)	Pobreza (%)	Analfab. (%)
Recife	Recife	1.422.905	100	53,47	-	-
	Cabo de Santo Agostinho	152.977	88	50,81	-	-
	Abreu e Lima	89.039	87	51,59	-	-
	Sub total	3	1.664.923			
Salvador	Salvador	2.443.107	99	52,91	30,70	6,28
	Camaçari	161.727	95	49,93	46,17	12,35
	Simões Filho	94.066	82	50,32	47,50	11,56
	Vera Cruz	29.750	94	49,39	58,64	16,08
Sub total	4	2.701.870				
Belém	Belém	1.280.614	99	52,5	-	-
	Ananindeua	393.569	99	51,4	-	-
	Benevides	36.546	57	48,5	-	-
	Marituba	74.429	87	50,55	-	-
	Santa Bárbara	11.378	35	-	-	-
Sub total	5	1.796.536				
Fortaleza	Fortaleza	2.141.402	-	-	-	-
	Maranguape	88.135	-	-	-	-
	Maracanaú	179.732	-	-	-	-
Sub total	3	2.409.269				
Total	15	8.572.598				

Fonte: Relatórios locais (2007). Informação refere-se ao ano 2000.

A maior parte das regiões metropolitanas analisadas apresenta severos problemas urbanos (saneamento, lixo, mobilidade urbana, acesso a serviços de saúde e educação, etc.), derivados do crescimento acelerado e desordenado que coloca milhares de pessoas em situações de exclusão espacial, econômica e social. A segregação social, a violência urbana e familiar, e os problemas de nutrição e segurança alimentar afetam muitos brasileiros, especialmente mulheres e crianças, de todas as regiões.

Neste contexto, a agricultura urbana e periurbana aparecem como uma oportunidade de saída, democrática, participativa e construtora da cidadania, que necessita ser promovida e apoiada tanto pelo poder público como pelas organizações da sociedade civil preocupadas por um futuro melhor para o Brasil.

4.2 Caracterização das atividades da AUP

A diversidade e a multiplicidade de atividades é a principal característica das experiências focadas. 72% incluem como uma de suas atividades a produção e 49% a comercialização. A transformação, ou seja, a possibilidade de incorporar valor ao produto final, é a atividade com menor representatividade entre as experiências focadas. Somente 16% das experiências (na sua maioria promovida pela sociedade civil) transformam seus produtos de forma semi industrial ou artesanal. E, 44% prestam algum tipo de serviços, como capacitação, pesquisa ou microcrédito.

A multiplicidade de atividade é uma constante, 53% das experiências focadas desenvolvem mais de um tipo de atividade combinando a produção com a comercialização, a transformação e/ou a oferta de serviços. Dessa forma, 41% produzem e comercializam, mas somente 2% produzem, transformam e comercializam o que indica um baixo nível de integração a cadeia produtiva.

Quadro 1 Agricultura urbana e a vida comunitária no Rio de Janeiro (RJ)



A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) foi a organização responsável pela realização da pesquisa nacional de agricultura urbana e periurbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram inicialmente identificadas cerca de 70 iniciativas de agricultura urbana e periurbana, boa parte delas localizadas em comunidades que vivenciam situações de pobreza e miséria. A grande maioria das iniciativas tem relação com a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas. Entretanto, constatou-se também que a agricultura urbana e periurbana cumpre uma série

de outras funções, sejam elas educativas, ambientais, de melhoria das condições de saúde, de resgate cultural e de promoção de sociabilidades positivas na cidade.

A região metropolitana do Rio de Janeiro possui uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes, apresentando os diversos problemas relacionados ao crescimento e urbanização desordenados, à imigração proveniente do êxodo rural de outros estados e do interior do estado do Rio de Janeiro. Pobreza, miséria, desemprego, falta de serviços públicos básicos, fome, violência, insegurança alimentar e de moradia são alguns dos problemas muito frequentes nas comunidades urbanas da região. Nesse contexto, as famílias estão acudadas, desmobilizadas, e as pessoas encontram-se com uma baixíssima auto-estima. Muitos programas e ações de governo, de políticos locais e de algumas organizações comunitárias são assistencialistas, clientelistas e eleitoreiras, contribuindo para a inércia e desmobilização das pessoas. Há ainda na região a trágica realidade do tráfico de drogas e de grupos de extermínio, que geram medo, insegurança e desmobilização. É comum também a opressão às mulheres, que são muitas vezes impedidas ou desmotivadas a participar pelos seus esposos, ou estão sobrecarregadas com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Nesse contexto, ações de promoção de novas sociabilidades devem partir de resgatar a auto-estima dos/as moradores/as e promover a participação ativa e o diálogo, rompendo com a lógica assistencialista e clientelista e com o isolamento social presentes na região.

Ainda que vivendo numa situação de exclusão social, muitas famílias mantêm hábitos e práticas culturais relacionadas ao meio rural de origem. A prática da agricultura para essas famílias faz parte de suas histórias de vida, mantendo-se assim hábitos antigos das suas famílias. Cultivo de plantas medicinais, preparo de remédios caseiros, cultivo de plantas características de suas regiões de origem - por exemplo, o coentro para os nordestinos, o jambú para os nortistas, a couve e a ora-pro-nóbis para os mineiros – são práticas encontradas nos quintais das casas, em vasos, latas e espaços coletivos das comunidades urbanas do Rio de Janeiro.

A promoção e o incentivo a esses tipos de práticas vêm contribuindo também para o resgate de laços de sociabilidade que estavam deixados de lado. Falar sobre agricultura mexe com a cultura das pessoas e mexe com histórias de vida. Motiva, anima, tira da inércia, para contar as suas histórias, suas receitas, trocar suas plantas, melhorar o quintal. Há pessoas que se motivam a participar de dinâmicas comunitárias diversas, como pastorais sociais, associações de moradores, grupos culturais etc., a partir das dinâmicas de agricultura urbana presentes nas comunidades. Há pessoas e grupos que se mobilizam para resolver outros problemas em suas comunidades, como por exemplo, o saneamento básico, a partir do envolvimento comunitário relacionado inicialmente à agricultura urbana.

O lócus privilegiado da prática de agricultura urbana são os quintais domésticos. É nesse espaço onde as famílias exercem a sua criatividade de experimentar, e têm o poder de escolher o que plantar e como organizar o espaço. Os desenhos dos sistemas produtivos dos quintais são elaborados pelas próprias famílias e não por agentes externos. A família é a detentora do poder de decidir o que fazer com os sagrados produtos colhidos nesse espaço – consumir, vender, doar, trocar. E é a partir deste local também, que as pessoas praticam as suas ações solidárias - doam e trocam mudas; oferecem uma planta para xarope quando o filho da vizinha está com tosse; abrem um coco ou fazem um suco da fruta do quintal para a visita que chega; enfeitam a parte externa dos muros com plantas de flores; colhem uma verdura nos tempos em que o dinheiro está difícil e não dá nem para o sacolão.

A promoção da agricultura urbana deve, portanto, valorizar as pessoas, suas experiências, seus conhecimentos e não impor lógicas externas. Deve incentivar as trocas solidárias e os espaços de interação social, resgatando as sociabilidades perdidas. Políticas de incentivo à agricultura urbana devem considerar essas diferentes funções que a agricultura nas cidades permite, não se restringindo a um olhar meramente produtivista, muito comum a projetos de maximização da produção em hortas comunitárias planejadas em gabinetes. Políticas públicas baseadas em projetos prontos, de contratação de pessoal das comunidades, de imposição de modelos de sistemas produtivos, de determinação de um cardápio de plantas a serem cultivadas, atrapalham as dinâmicas sociais relacionadas à agricultura urbana. Fomentar a agricultura na cidade significa valorizar as experiências existentes, promover o diálogo de saberes, romper com o isolamento social e estimular as criatividade das pessoas e a organização comunitária.

Marcio Mattos de Mendonça, AS-PTA

Flaviane de Carvalho Canavesi, consultora AS-PTA e agricultora urbana

Denis Monteiro, consultor AS-PTA e militante do MST

Texto elaborado a partir de reflexões do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, em especial por ocasião da realização da pesquisa nacional de agricultura urbana e periurbana, no Rio de Janeiro.

A lista inclui atividades de produção, transformação, comercialização, serviços e outras.

Produção

- Programas e projetos municipais de hortas e pomares comunitários.
- Hortas comunitárias promovidas por associações e grupos de produtores.
- Assentamentos da reforma agrária.
- Quintais e pátios localizados em bairros e/ou comunidades.
- Hortas (comunitárias e individuais) promovidas por ONG, universidades e outras organizações sociais.
- Atividades de extrativismo e coleta de peixes, camarão, frutíferas e ervas medicinais.
- Produção animal, incluindo suínos, peixes e camarão.
- Produção de hortas abaixo das linhas de transmissão elétrica.
- Produção de insumos (adubos e sementes).
- Outras experiências produtivas como padarias, lanches, etc.
- Incubadoras de empreendimentos sociais.

Comercialização

- Feiras orgânicas e ecológicas.
- Feiras e mercados urbanos tradicionais e feiras livres..
- Feiras de comercialização direta da agricultura familiar e banco de alimentos.
- Lojas e venda direta pelos produtores.
- Clubes de compra.
- Venda direta nas próprias áreas de produção.
- Supermercados.
- Trocas e doações a projetos sociais e na própria comunidade.

Transformação

- Cozinhas comunitárias, restaurantes populares, farmácias caseiras e populares.
- Beneficiamento de produtos tradicionais e regionais (coco, açaí, beijos) na escala comunitária.
- Transformação artesanal de remédios caseiros em laboratórios próprios.

Serviços

- Serviços de crédito, certificação orgânica, banco de sementes, adubação orgânica, etc.
- Serviços de assessoria técnica agroecológica, educação, capacitação, extensão e pesquisa, formação em AUP, SAN e EPS, etc.
- Serviços como logística para a comercialização, compra coletiva de insumos e turismo rural.

Outros

- Experiências de segurança alimentar e nutricional, como lanches ecológicos e saudáveis, bancos de alimentos, etc.
- Experiências educativas com jovens e idosos, de investigação, conservação da biodiversidade, incubadoras de empreendimentos solidários, etc.
- Espaços multitorais para a promoção da AUP como Fóruns e Articulações das organizações da sociedade civil.

Foto 1

Programa Cambio Verde em Curitiba (PR)



O Programa Cambio Verde articula aos catadores de lixo e aos produtores, promovendo a troca de lixo por alimentos da agricultura urbana e peri urbana.

A capacidade de desenvolver ações sociais e políticas que transcendem os temas da AUP, é uma característica de muitas organizações que realizam a agricultura urbana. Em especial nas organizações e associações de moradores que tem uma “agenda urbana” que incluem reivindicações sociais visando à logragem melhoras nas condições de vida de seus associados como a auto organização para a melhoria de condições da infra-estrutura (energia, água, esgoto, moradia, entre outras), ações contra a violência, segurança comunitária. Em outros casos os movimentos sociais que a promovem incluem reivindicações políticas como o acesso ao solo e a terra ou a promoção de agricultura orgânica, entre outras.

Nas **Regiões Sul e Sudeste**, 68% das experiências apresentam como uma de suas atividades a produção (maiormente vegetal), 58% tem como destino a comercialização e 42% prestam algum tipo de serviços.

- Em **Curitiba** a maior parte das experiências inclui atividades de produção e comercialização. Isto é muito importante para as experiências promovidas pela Prefeitura, que incluem duas experiências (Nosso Quintal e Lavoura) que realizam todas as atividades (produção, comercialização, transformação) incluindo a oferta de serviços.
- Em **São Paulo**, as produções mais diversificadas são a de Suinocultores e do Assentamento do MST, (vegetal, animal e insumos, para comercialização e autoconsumo). Boa parte da produção vegetal está associada à produção de insumos (pelo menos o composto orgânico) visto que são de base agroecológica. Destaque para o biodigestor dos suinocultores, que no entanto tem servido mais como um agente para evitar maior poluição do que efetivamente como insumo (a Associação poderia usar o biofertilizante, ou mesmo vendê-lo, mas não tem área para isso e também poderia converter em energia para o seu consumo, mas falta recursos financeiro).

Quadro 2 Principais atividades de produção, agroextrativismo e coleta

A AUP demonstra ter uma grande diversidade de atividades de produção, agroextrativismo e coleta estão presentes em todas as regiões metropolitanas analisadas, incluindo uma grande variedade de hortaliças, frutas e as ervas medicinais (incluídas as variedades regionais), os pequenos animais (galinhas, cabras, etc.), porcos, abelhas, peixes e camarão.

Região Sul e Sudeste	Região Centro Oeste	Região Norte e Nordeste
Hortaliças	Hortaliças	Hortaliças
Plantas medicinais	Frutas	Plantas medicinais
Frutas	Gado	Frutas
Ervas aromáticas	Pequenos animais	Ornamentais
Gado		Pequenos animais
Pequenos animais		Suinocultura
Suinocultura		Piscicultura
		Meliponicultura e Apicultura

Algumas espécies são a mandioca, macaxeira, cupuaçu, açaí, acerola, frutas da estação, plantas ornamentais e criação de pequenos animais (Belém); abelhas, camarão e peixes (Recife); couve, alface, tomates, pimentão, cebola, arroz orgânico, tubérculos, milho e cana (Porto Alegre), frango, codornas, caprinos, grãos e olerícolas, porcos (São Paulo), cultivo de olerícolas e grãos, gado bobino (carne bovina e leite), feijão, milho (Brasília), (Recife), etc.

Entre as atividades de comercialização, destacam-se uma grande diversidade de opções que incluem feiras orgânicas e tradicionais, lojas, venda direta e inclusive a venda de cestas de produtos em domicílio (*delivery*). Mesmo sem selo, muitos

agricultores urbanos adotam as estratégias de comercialização direta próprias dos produtores orgânicos.

- Em **São Paulo, Curitiba e Porto Alegre** destacam-se as lojas do MST e as feiras orgânicas ou ecológicas são muito valorizadas pelos consumidores.
- Em **Belo Horizonte**, se identificam, ao menos, oito diferentes sistemas de comercialização, entre os que destacam a venda direta na horta, venda para atravessadores, venda ambulante, a compradores institucionais, em cestas entregadas a domicilio, a restaurantes na cidade e restaurantes populares, a serviços de *bufette* e em feiras.

56% das experiências têm como uma de suas atividades o auto-consumo (incluindo pequenas porcentagens de trocas e doações) e 18% têm como único destino de sua produção o auto consumo, as doações ou a troca.

- Isto é especialmente significativo no **Rio de Janeiro e Belo Horizonte**, onde a maior parte das experiências identificadas na pesquisa têm como destino o auto-consumo, e muitas as trocas e as doações tanto para comunidades como a programas sociais (Ver Quadro 1).

A capacitação, a investigação e outras atividades como o micro crédito ou a produção de adubo orgânico são serviços brindados por muitas das experiências enfocadas.

- Em **Curitiba e no Rio de Janeiro** se desenvolvem experiências de produção de adubo orgânico tanto com destino para comercialização como a doação a outros agricultores urbanos.
- Em **Curitiba** algumas experiências oferecem serviços de micro créditos para a AUP, logísticos e distribuição de produtos da agricultura familiar e inclusive de certificação participativa para os produtos orgânicos.



Cria de camarão na ZEIS - Zona Especial de Interesse Social Caranguejo e Campo Tabaiaras.

Sheila Becerra

Uma experiência particular, que demonstra outros desafios na relação entre governos e sociedade civil é representada pelas Incubadoras de Empreendimentos Solidários, de cuja gestão dos recursos participam instituições de nível superior proporcionando o ensino e a pesquisa. As incubadoras têm como público alvo beneficiários da Bolsa Família.

- Na **Região Metropolitana de Belo Horizonte**, percebe-se que a experiência da Incubadora sofreu muitos atrasos em virtude de desacertos (metodológicos, de concepção e de atribuições) entre a equipe gestora do projeto formada por pessoas da PUC-MG e da Secretaria de Políticas Sociais. Uma crítica recorrente a projetos de 1 ano de duração que envolvem mobilização e consolidação de novos grupos de produção aponta para insuficiência desse período para a consolidação dos grupos.

A Tabela 7 mostra um resumo das atividades identificadas por tipo de ator.

Tabela 7		Regiões Sul e Sudeste							
Promotor / Financiador	Total	Produção				Comercialização	Transformação	Serviços	Auto-consumo, troca e doações
		Veg.	Ani.	Ins.	Extr.				
Governo Federal	20	14	5	7	-	10	4	9	15
Prefeitura / Gov. Estadual	17	12	2	4	-	11	2	4	13
Sociedade civil e setor privado	40	26	3	7	1	24	9	19	15
Total	77	52	10	18	1	45	15	32	43

Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

A **Região Centro – Oeste**, por tratar-se de experiências promovidas pela sociedade civil, na totalidade tem a produção e a comercialização como parte de suas atividades principais.

- Em **Brasília** 95% das experiências focadas têm como principal atividade a produção para auto consumo e venda de excedentes, geralmente na Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF) apesar de que alguns agricultores comercializam diretamente ao público ou no comércio local. Somente uma experiência se dedica como principal atividade à comercialização a través de uma feira.
- Em **Goiânia** a maior parte das experiências teve como uma de suas atividades a comercialização (feiras e venda direta), sendo a segunda atividade identificada a oferta de serviços, em especial a investigação, a capacitação e a logística para a comercialização.

A prestação de serviços também é uma atividade presente nas experiências focadas nos municípios desta região.

- Em **Brasília**, entre as experiências que brindam serviços destacam-se a capacitação (p.e. cursos de tratoristas ou na área de educação ambiental, fortalecimento da agricultura familiar, sistema de venda integrado) e incluso o turismo rural.

Quadro 3

Porque falta apoio para a Verticalização da Produção Familiar?



Iniciamos nosso trabalho em Brasília e em Goiânia, analisando mais de 160 associações de pequenos produtores. Para a pesquisa, selecionamos 20 em Brasília e seis em Goiânia. A maioria das 160 apresentavam queixas sobre a falta de apoio governamental, sobretudo quanto à verticalização da pequena produção.

A pergunta que sempre fazíamos era: por que certas políticas, comprovadamente bem-sucedidas (agroindústria familiar, compra direta do produtor, agroecologia etc) do ponto de vista da geração de renda e da criação de empregos, são tão timidamente apoiadas pelos governos municipais, estaduais e federal?

Embora de maneira sucinta, e à guisa de contribuição para suscitar opiniões concordantes ou não, cabe fazer uma pequena análise do momento por que passa o setor produtivo agrícola familiar. Essa falta de apoio ao setor, cada vez mais notada, acontece por causa de um novo modelo que organiza a economia e determina a organização da produção na agricultura.

Passados os modelos agroexportador (1500-1900) e de industrialização dependente (1900-1980), surge hoje um novo modelo que não incentiva as políticas públicas de apoio à produção familiar. No modelo agroexportador, existia monocultura para exportação produzida em latifúndios, com mão-de-obra escrava. No modelo de industrialização dependente, a agricultura precisava continuar produzindo divisas, mas também produzir alimentos para o mercado interno, de forma a baratear o custo da mão-de-obra industrial. Surge o campesinato, com apoio e simpatia governamental, mas entra em crise na década de 1980.

O modelo atual vem em função de um grande processo de acumulação de riqueza em todo o mundo. Tudo isso se concentra nos bancos, que passam a gerir essas vultuosas somas de capital. Aplicam-nas com o intuito de concentrar empresas de um mesmo setor. Essas empresas passam a atuar internacionalmente, controlando preços, o mercado consumidor, as tecnologias de produção agrícola, a padronização de alimentos em todo o mundo e os meios de comunicação de massa. Para completar sua ação no setor, essas empresas transnacionais "se casam" com os grandes fazendeiros capitalistas, e dessa "união" surge o novo modelo de organização da produção na agricultura, que hoje chamamos de "agronegócio". Assim se afirma o novo modelo, de maneira cada vez mais técnica, cada vez mais poupadora de mão de obra. Portanto, sem necessidade de conviver com os camponeses. Não precisam mais deles.

Esta análise, já discutida mais profundamente por outras pessoas e em diversos fóruns, nos ajuda a entender a falta de incentivo dos governos para a agricultura familiar urbana, peri-urbana e rural de uma forma geral, mas mais especificamente para verticalização da pequena produção que necessita de um apoio em todos os pontos da cadeia alimentar.

Sim embargo, vale a pena lembrar que durante o Governo do Distrito Federal de 1995-98 se implemento o PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar. Esse programa foi dirigido a produtores urbanos, peri-urbanos cuja renda per capta familiar não fosse superior a 50 reais. O programa consistia em viabilizar a agregação de valor à produção, em pequenas agroindústrias (30 a 50 m²), de maneira que o produto final chegasse às gôndulas dos melhores supermercados de Brasília com alta competitividade. Foram instaladas 132 pequenas agroindústrias no Distrito Federal. Após alguns meses de funcionamento as agroindústrias elevaram o rendimento per capta para 200 reais, com uma ocupação média de 6 pessoas por agroindústria. A valorização pessoal e profissional, a autonomia financeira e a ocupação da mão-de-obra familiar foram apontados como os aspectos mais positivos do PROVE pelos próprios beneficiários.

A verticalização da produção –p.e. nos moldes do PROVE- seria uma peça fundamental para viabilizar a agricultura urbana e peri urbana. Ela despontaria, certamente, como uma atividade geradora de renda e ocupação de mão de obra. Entretanto, para se obter êxito, o poder público, municipal, estadual, e federal (tal qual foi feito no DF-1995-98) têm que dar apoio com a sua capacidade instalada (serviço de assistência técnica e extensão rural, serviço de inspeção de produtos de origem vegetal e animal etc.) em todos os pontos, sem exceção, que consideramos difícil para o produtor vencer, a saber: motivação das instituições públicas, motivação dos pequenos produtores, crédito bancário, modificação das legislações sanitária e fiscal, construção da agroindústria, capacitação e treinamento, disponibilidade de insumos de forma acessível, marketing para os produtos, ajuda na comercialização, fiscalização e acompanhamento sistematizado da atividade.

João Luís Homem de Carvalho, APROVE

A Tabela 8 mostra um resumo das atividades identificadas por tipo de ator.

Tabela 8	Região Centro - Oeste								
	Promotor / Financiador	Total	Produção				Comercialização	Transformação	Serviços
Veg.			Ani.	Ins.	Extr.				
Gov Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prefeitura / Gov Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade civil e setor privado	24	22	4	2	-	21	-	8	19
Total	24	22	4	2		21	-	8	19

Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

Nas **Regiões Norte e Nordeste**, 81% das experiências focadas incluem como uma de suas atividades a produção, 64% a comercialização e 22% a transformação (a maior porcentagem das três regiões analisadas). Uma particularidade da região é o extrativismo e a coleta que exclui coleta seletiva de casca do coco verde, coleta de sementes e de ervas medicinais, extrativismo de açaí, etc. (ver Quadro 5).

- Em **Recife** destaca-se a produção vegetal e animal combinada, em **Salvador** predomina a produção de hortaliças, enquanto que em **Belém**, a produção de frutos e hortaliças tradicionais soma-se a produção de plantas ornamentais.
- Em **Recife, Salvador, Fortaleza e Belém**, a produção e coleta de plantas medicinais é uma atividade importante, senão a principal, associada tanto a venda direta como a transformação em laboratórios próprios. Experiências como a Farmácia Viva em Fortaleza, a Associação Erveiras Do Ver-O-Peso em Belém, o Centro de saúde Popular raízes da terra – CESPRATE no Recife, o as Ervateiras do Outeiro em Salvador mostram a importância que esta atividades têm para a Região.
- Em **Belém**, a maior parte das atividades de comercialização são realizadas em mercados locais e, em **Salvador**, em feiras ou diretamente na vizinhança.
- As atividades de transformação incluem o beneficiamento e a produção artesanal de alimentos (biscoitos, doces, sucos, geléias, cocadas e multimistura) e a transformação de ervas medicinais em **Salvador**, a transformação de casca do coco verde e o beneficiamento da polpa do açaí na área insular de **Belém**, e a produção de remédios caseiros e sabonetes em **Fortaleza**.

Nesta região, 23% das experiências focadas prestam serviços como parte de suas atividades.

- Em **Belém** o Centro de Agricultura Urbana, uma parceria entre Prefeitura Municipal de Belém e Universidade Federal Rural da Amazônia, presta serviços de educação, capacitação, pesquisa e extensão (Ver Quadro 4).
- Em **Recife**, o Centro Nordestino de Medicina Popular oferece diversos serviços de capacitação, assessoria e investigação sobre tudo para a produção e transformação de ervas medicinais.

Foto 3 Centro de Agricultura Urbana em Belém (PA)



Local de atendimento do Centro de Agricultura Urbana na Universidade Federal Rural da Amazônia.

Sérgio Brazão e Silva

O autoconsumo, as trocas e as doações são atividades muito importantes na região.

- Quase a totalidade (90%) das experiências de **Salvador** e **Recife** e 60% das de **Belém** têm o autoconsumo como uma de suas atividades.
- Em **Salvador** muitos trabalhadores participam sem remuneração nos mutirões, por ser uma ação comunitária da cultura local, que beneficia à coletividade; em geral são pessoas de baixa renda (sem renda fixa), moradoras da periferia e cuja cor/raça, em geral, também se classifica entre os negros. A maioria possui baixa escolaridade com apenas o ensino fundamental incompleto e ou analfabetos (as).

A Tabela 9 mostra um resumo das atividades identificadas por tipo de ator.

Promotor / Financiador	Regiões Norte e Nordeste								
	Total	Produção				Comercialização	Transformação	Serviços	Auto-consumo, troca e doações
		Veg.	Ani.	Ins.	Extr.				
Gov Federal	6	5	-	-	-	5	3	2	5
Prefeitura / Gov Estadual	28	23	1	2	2	17	4	6	21
Sociedade civil e setor privado	25	20	5	3	1	16	6	6	19
Total	59	48	6	5	3	38	13	14	45

Fonte: Elaboração própria com base aos relatórios locais (2007).

Quadro 4**A Experiência do Centro de Agricultura Urbana em Belém (PA)**

Belém é um grande centro urbano situado no norte do Brasil com população da de 1.272.354 habitantes urbanos e 8.260 habitantes rurais na capital, do total de 1.754.786 habitantes urbanos e 40.750 habitantes rurais da região metropolitana (IBGE/SIDRA 2000). Em avaliação da magnitude das atividades agrícola, extrativista e pesqueira no âmbito urbano e periurbano, se observa que a capital tem mais da metade de sua área nas ilhas, onde a grande maioria dos residentes são os chamados ribeirinhos, que trabalham no agroextrativismo incluindo a pesca. Na área continental, em estudo realizado com amostras aleatoriamente selecionadas nos bairros de baixa renda, se observou que 55% das famílias utilizavam

seus quintais para atividades agrícolas e sucessivamente, nas áreas periurbanas dos outros municípios da área metropolitana, com aumento da produção agrícola. Portanto, a significância da agricultura em quintais e, sobretudo, do agroextrativismo, nesta região metropolitana adquire importância para políticas específicas.

Os agricultores urbanos são muitos dos que foram expropriados e expulsos de suas terras e seu lugar social: indígenas destribalizados, quilombolas, migrantes nortistas e nordestinos e seus descendentes. São os que tentam, nos vãos e brechas de terras urbanas e periurbanas, reconstruir seu modo de vida baseado na força de trabalho livre, da “vida sem patrão”, como registrado nas entrevistas feitas. Infelizmente, quer seja nas ilhas, aonde ribeirinhos vêm secularmente defendendo seus territórios, quer seja nos bairros da região continental, as políticas públicas não lhes são favoráveis. As cidades da região metropolitana não possuem Secretaria específica para atendimento da agricultura, existindo na Secretaria Municipal de Economia - SECON uma Divisão de Atividades Rurais - DAR. A SECON por sua vez possui diversas outras políticas à desenvolver como forma prioritária tornando a agricultura em atividade secundária em uma divisão sem equipe, equipamentos e instrumentos de forma a promover o desenvolvimento de agricultura urbana e periurbana na cidade.

Após diagnósticos da quantidade de agricultores urbanos e de terrenos na cidade assim como das atividades desenvolvidas nas ilhas foi apresentado em 2001 ao Prefeito de Belém e ao Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA o projeto “Centro de Agricultura Urbana - CAU” para a realização da união de esforços e baixo investimento financeiro de forma a proporcionar atendimento contínuo à população que pratica a agricultura urbana. Inaugurado em março de 2003 o CAU trouxe à antiga DAR da SECON o status que necessitava. A UFRA cedeu o terreno em que foi edificada a unidade de atendimento, permitindo por parte dos quatro técnicos da Prefeitura o acesso ao restaurante universitário, biblioteca, salas de aula para realização de treinamentos, auditórios para reuniões com a comunidade e laboratórios, além do apoio técnico de professores e da assistência e força de trabalho de estudantes que passaram a contar com o CAU para realização de estágio.

Neste período o CAU realizou diversos projetos de grande porte, como o projeto Extrativismo sustentado e manejo ecológico do açazeiro em Belém do Pará, o Projeto Casulo: Projeto de Assentamento para a ilha de Mosqueiro, o projeto Agricultura de quintais e outros. Incrementando a atividade, o Banco Municipal do Povo que realizava operações de microcrédito urbano, lançou a linha de financiamento para a agricultura urbana permitindo assim viabilizar investimento a ser realizado individualmente em pequenas propriedades.

Os problemas surgiram com a troca de governo na prefeitura e com a falta de interesse na continuidade dos projetos. A SECON apesar de possuir pessoal interessado na atividade, enfrenta a constante troca de secretário, estando no quarto do mesmo governo da atual gestão, impedindo a aceleração das atividades. Desta forma a equipe da Prefeitura se ausenta do campus da universidade, criando um intervalo no atendimento, do qual a população se incomoda como foi explicado em eventos recentes.

A experiência do Centro de Agricultura Urbana confirma que é extremamente interessante

proporcionar atendimento contínuo à população que necessita de assistência técnica e extensão “rural” da Agricultura Urbana assim como da realização de parcerias para concretizar este atendimento. Neste caso a Universidade Federal Rural da Amazônia ofertou sua estrutura para proporcionar o atendimento ao mesmo tempo em que criou oportunidade de trabalho para estudantes de Ciências Agrárias. Caso a experiência seja repetida por alguma entidade será interessante tornar permanente todos os instrumentos de parcerias para que não sejam descontinuados pelas trocas políticas que ocorrem na alternância do poder.

Sérgio Brazão e Silva, UFRA
Vanda Seixas, SECTAM

Sistemas de produção

A produção orgânica ou agroecológica inclui a metade (50%) das experiências produtiva na **Região Sul e Sudeste** e 60% no **Norte e Nordeste**, sendo muito freqüente entre as experiências promovidas pela sociedade civil. Se bem que, de forma majoritária as atividades tem sido auto definidas como “orgânicas” ou “agroecológicas”, é provável que a maior parte não incorporem os preceitos agros ecológicos de forma sistemática e com rigor. Em termos gerais as iniciativas encorpam uma ou outra técnica relacionada à agroecologia. , mas não têm uma base agroecológica que assegure sua procedência (Ver Quadro 6).

Salvo casos isolados (Belém, São Paulo e Porto Alegre), a maior parte das iniciativas não são certificadas dentro dos padrões orgânicos. Sob o total das experiências que se auto identificaram como orgânicas só 0.05% parece ter certificação.

- Em **Belém** a iniciativa do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém, com sua horta orgânica, visando a certificação pelo IDB, tem caráter pioneiro, em sua especificidade de gênero, de localização insular e de coletivo ribeirinho.
- E em **São Paulo** o Sabor da Fazenda comercializa produtos certificados na Feira da Associação de Agricultores Orgânicos - AAO.

Destaca-se um número pequeno porem significativo de experiências que declaram estar em processo de reconversão da produção convencional para produção orgânica em especial em **Belo Horizonte, Curitiba e Goiânia**.

Em **São Paulo** estão incluídos outros sistemas produtivos como a hidroponia e a permacultura. Também destaca-se a presença de uma atividades denominada “agro extrativista tradicional orgânico” presente em vários casos em Belém (Ver Quadro 5).

Quadro 5 O agroextrativismo em comunidades tradicionais

Um caso particular são as atividades de **agroextrativismo orgânico em comunidades tradicionais**, um tipo de agricultura periurbana pouco estudada e ignorada nos *foruns* mais amplos. Construída pelas comunidades tradicionais, o agroextrativismo combina atividades e insumos agrícolas com os extrativistas. Esse conhecimento tradicional que permite a expansão de populações de palmeira açaí, sua reprodução com insumos provenientes das chamadas lançantes e integração com outras espécies têm recebido pouco apoio. Com o modismo do consumo de açaí no mercado globalizado, os agroextrativistas encontram-se despreparados para os impactos sócio ambientais decorrentes. Da mesma forma, a pesca artesanal vem sofrendo fortes pressões com a poluição e diminuição de estoque pesqueiro provocados pela pesca industrial ilegal (p.e em Belém e Recife).

Neste sentido, o **agroextrativismo urbano amazônico** luta não apenas por sua existência, mas por uma visão diferenciada de agroecologia. O conhecimento tradicional dos agroextrativistas periurbanos, quilombolas ou ribeirinhos, expressa uma visão de atividade agrícola que prescinde o domínio e controle dos elementos da natureza. Ao contrário, as

marés, as vazantes, a seleção natural das sementes espalhadas pelos rios e igarapés, são incorporados nas atividades humanas de forma integrada, pois a lógica econômica nem sempre são ditadas pelas regras de mercado.

Noemi Porro, (Belém, PA)

Por sua parte, entre nas experiências promovidas pelo poder público (geralmente nas prefeituras e os governos estaduais) parece predominar as práticas convencionais relação as orgânicas. Exemplos são **Belo Horizonte** e **Belém**, onde a EMATER promove apenas a incorporação de algumas práticas isoladas de uso de insumos orgânicos.

E, 85% das experiências produtivas identificadas na **Região Centro - Oeste** utilizam métodos tradicionais. Duas das experiências promovidas pela Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em Goiás têm como objetivo a capacitação dos produtores em agroecologia e apoio à conversão do sistema tradicional de agricultura para o sistema agroecológico.

Quadro 6 **Conceitos e definições**

Segundo a IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica), a **agricultura orgânica o ecológica** incluye " *todos los sistemas agrícolas que promovem a produção saudável e segura de alimentos e fibras textéis do ponto de vista ambiental, social e econômico. Estes sistemas partem da fertilidade do solo como base para uma boa produção. Respeitando as exigências e capacidades naturais das plantas, os animais e a paisagem, busca otimizar a qualidade da agricultura e o meio ambiente em todos seus aspectos. A agricultura orgânica reduz consideravelmente as necessidades de aportes externos ao não utilizar adubos químicos nem praguicidas ou outros produtos sintéticos. Em seu lugar permite que sejam as poderosas leis da natureza as que incrementem tanto os rendimentos como a resistencia dos cultivos*" (<http://www.ifoam.org/>).

A União Europeia define a **agricultura ecológica** como uma prática agrícola que " *favorece o emprego de recursos renováveis e os reciclados na medida em que restitue ao solo os nutrientes presentes nos produtos residuais. Aplicada a criação de animais, regula a produção de carne e aves de confinadas, prestando particular atenção ao bem estar dos animais e a utilização de alimentos naturais. A agricultura ecológica respeta os próprios mecanismos da natureza para o controle das pragas e enfermidades nos cultivos e na criação de animais, e evita a utilização de praguicidas, herbicidas, adubos químicos, hormônios de crescimento e antibióticos, assim como a manipulação genética. Como alternativa, os produtores recorrem a uma série de técnicas que contribuem para manter os ecossistemas e reduzir a contaminação*".

A **agricultura biológica** é um sistema de produção holístico, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo. Privilegia o uso de boas práticas de gestão da exploração agrícola, em lugar do recurso a fatores de produção externos, tendo em conta que os sistemas de produção devem ser adaptados às condições regionais. Isto é conseguido, sempre que possível, através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos.

A agricultura biológica, também conhecida como "agricultura orgânica" (Brasil e países de língua inglesa e espanhola), "agricultura ecológica" (Espanha, Dinamarca) ou "agricultura natural" (Japão). Para os mais burocráticos, uma agricultura é biológica quando segue o REGULAMENTO (CEE) n.º 2092/91 DO CONSELHO de 24 de Junho de 1991 que regula o modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos gêneros alimentícios.

Segundo a Altieri (1986) **agroecologia** é " *o estudo das relações ecológicas que ocorrem em ecossistemas construídos pela prática agrícola. Porém, na prática, a agroecologia é aquela agricultura que não enfoca apenas a produção, mas os aspectos ambientais e sociais em toda sua profundidade e extensão, em termos da sustentabilidade ecológica dos sistemas de*

produção". Se baseia em um conjunto de princípios que incluem:

- Baixa dependência de insumos comerciais.
- Uso de recursos renováveis localmente acessíveis.
- Utilização de impactos benéficos do ambiente local.
- Aceitação e/ou tolerância das condições locais.
- Manutenção da capacidade produtiva ao longo prazo.
- Preservação da diversidade biológica e cultural.
- Utilização do conhecimento e da cultura da população local.

Superfície dedicada e volume de produção

A informação disponível é insuficiente para que se tire conclusões sobre este aspecto, embora seja possível identificar uma grande diversidade de tamanhos das áreas dedicadas à AUP. As experiências dos assentados despedem de grandes superfícies (algumas de mais de 900 ha.), uma situação similar à de muitas experiências periurbanas. No outro extremo, algumas hortas comunitárias de **Porto Alegre** e **Curitiba** não superam os 100 m². Mesmo em **Belo Horizonte**, muitas hortas são desenvolvidas em quintais de, no máximo, 50 m².

Quase a totalidade das experiências analisadas não apresentou o volume de sua produção. Três padrões podem ser identificados em relação ao volume produzido. De um lado os produtores que já operam no mercado e têm uma contabilidade mais clara do volume produzido e comercializado. Os assentados, os agricultores familiares e cooperativas que atuam nas feiras, possuem algum grau de controle sobre o volume produzido. E as experiências de agricultores intra urbanos orientados ao autoconsumo, trocas e doações (e que só comercializam o excedente) não tem nenhum sistema de registro e controle dos volumes da produção e tampouco dos ingressos derivados da atividade.

Tempo de existência e alcance das experiências focadas

Em termos gerais, entre as experiências focadas, as promovidas pela sociedade civil são, em geral, mais antigas que aquelas promovidas pelos governos (seja local o estadual), incluso algumas com más de 10 anos de atividade.

- Um bom exemplo é constituído por algumas experiências de **Porto Alegre** como a Horta Comunitária União dos Operários com mais de 23 anos de funcionamento ou a Feira dos Agricultores Ecologistas com 18 anos.
- Uma situação similar se encontra em **São Paulo**, onde a iniciativa do Núcleo de Guaianazes Capital existe há mais de 20 anos, a Feira do produtor orgânico foi fundada há 16 anos e a Associação de Agricultura Orgânica tem mais de 18 anos de vida.
- Em **Belo Horizonte**, a iniciativa mais antiga, de 13 anos, é o restaurante popular, uma iniciativa do governo federal executado pela prefeitura. Entretanto, esse não é um padrão observado para as outras experiências governamentais. As iniciativas da sociedade civil se caracterizam como mais longevas também na RMBH.
- Em **Salvador** algumas experiências promovidas pela sociedade civil têm mais de 30 anos, como a Ervateiras do Outeiro.
- Em **Recife**, o CESPRATE há mais de 10 anos vem estimulando famílias a formar seus próprios quintais de fitoterápicos.

A maior parte das experiências financiadas pelo governo federal (em especial pelo MDS) tem menos de 2 anos de vida e as promovidas e financiadas –total ou parcialmente- pelos governos municipais menos de 4 (ainda que, aqui, não haja uma diferença marcante). Isto parece indicar que, em termos gerais, o apoio dos governos (federal e municipal) a este tipo de atividades é recente se comparado ao tempo de existência de experiências de AUP desenvolvidas pela sociedade civil.

- Ao contrário desse padrão, **Curitiba** conta com experiências promovidas pela Prefeitura com mais de 20 anos de existência, indicando seu caráter pioneiro na promoção da AUP no Brasil (Ver Quadro 12).

Em relação ao alcance das experiências, pouco mais do 60% das experiências focadas –principalmente as promovidas pela sociedade civil e a academia- são projetos ou atividades permanentes e o restante são programas que podem ou não fazer parte de políticas institucionais. Em nenhum caso se identificaram políticas de AUP.

As associações de agricultores e as organizações comunitárias de base desenvolvam principalmente atividades permanentes de produção (hortas, atividades de extrativismo, etc.) e de comercialização (em especial feiras sejam ou não). Eles não identificam suas atividades como “projetos” (inclusive aquelas experiências com muitos anos de vida), isso pode ser devido, a maior parte não ter recebido, até a data da pesquisa, demasiados apoios externos.

- Um exemplo é **Brasília**, onde a maior parte das associações analisadas declararão não receber nenhum tipo de apoio da prefeitura, Ong ou o governo federal.

Uma situação diferente são as experiências promovidas pelos movimentos sociais como o MST – Movimento dos Sem Terra e o MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados, ou inclusive as experiências desenvolvidas pelas organizações de catadores de lixo, mais acostumadas a receber apoios externos (não somente do Brasil) e a formular projetos de cooperação.

- Tal é o caso das experiências do MST desenvolvidas nas regiões metropolitanas de **Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte** que contam com diversos apoios tanto para as atividades de produção como de comercialização.

As ONGs e as universidades promovem projetos tanto de produção e comercialização como de transformação (que demandam maior infra-estrutura e recursos) destacando-se as atividades dos laboratórios para a transformação de ervas e plantas medicinais em chás, pomadas, xaropes, etc. Finalmente, os governos municipais parecem promover programas, mais voltados à produção (vegetal).

Investimentos

No que diz respeito aos investimentos, observa-se uma importante mobilização de recursos provenientes dos governos (federal, estadual e local), embora a sociedade civil concentre a maior parte do investimento realizado, financiando suas próprias iniciativas. A maioria das experiências analisadas não informou o montante de investimento (em alguns casos por não ter clareza dos valores). Em alguns casos, observa-se também que há mais investimentos em entidades prestadoras de serviços para financiarem projetos de AUP do que diretamente para os produtores.

Foto 4

Pequenos produtores em agricultura de subsistência em Salvador (BA)



Família numa comunidade quilombola de pequenos produtores em agricultura de subsistência, onde se produz para o auto-consumo e se comercializa o excedente na feira do município de Camaçari (Região metropolitana de Salvador). Salvador (BA)
Davaci Santiago

4.3 Características dos agricultores urbanos e periurbanos

Numero de agricultores urbanos

Com a informação disponível ficou difícil calcular o número de pessoas vinculadas diretamente as atividades de AUP nas distintas experiências focadas. Mesmo assim, se calcula que milhares de pessoas praticam diretamente esta atividade, tanto em forma organizada (em ações, projetos ou programas) como em forma individual e/ou familiar. A amplitude de variação é muito amplo incluindo desde projetos com menos de 10 agricultores urbanos até experiências que envolvem milhares de pessoas.

- Um exemplo é **Belém**, onde o Centro de Agricultura Urbana presta serviços a cerca de 40.000 famílias que desenvolvem algum tipo de atividade da AUP, e pelo menos uns 8.000 homens vivem do agroextrativismo nas ilhas de Belém.
- Outro caso é **Curitiba** onde as ações promovidas pela Prefeitura envolvem mais de 30 mil pessoas.

Perfil dos agricultores urbanos e periurbanos

Em termos gerais identifica-se uma diferenciação muito clara entre os participantes dos programas governamentais (especialmente os vinculados ao programa Fome Zero), a iniciativas dos governos locais e a outras iniciativas promovidas por algumas organizações da sociedade civil como a pastoral da criança ou algumas ONGs (que desenvolvem atividades em espaços intra urbanos) e os agricultores já inseridos no mercado (que desenvolvem suas atividades na área periurbana).

Nos dois primeiros grupos predominam as mulheres de baixa renda e baixo nível de escolaridade e entre os agricultores periurbanos é o homem de renda média e alta, ainda que em alguns casos possa ser baixa (p.e. entre os que trabalham em assentamentos, quem pratica o extrativismo ou quem desenvolve atividades tradicionais como a pesca). Uma outra diferença marcada são os participantes de experiências promovidas pelos movimentos sociais urbanos e rurais, formados por mulheres e homens com renda baixa e média, nível educacional baixo e médio, mais com uma importante formação e capacidade de mobilização social e política. A presença de negros é muito forte no norte e nordeste, muitos deles identificados com as experiências dos quilombos.

Nas **Regiões Sul e Sudeste** os agricultores urbanos apresentam uma grande diversidade de perfis dependendo tanto de sua origem e do tipo de atividade desenvolvida.

- Em **Porto Alegre** entre os grupos ligados ao Programa Fome Zero nitidamente predominam as mulheres com renda muito baixa (salário mínimo ou menos) e escolaridade também baixa (geralmente ensino fundamental incompleto). Entre os agricultores ecologistas das feiras e cooperativas o quadro é mais equilibrado, com alguns casos de predomínio masculino é uma renda mais alta, ainda que apresente variações significativas, e a escolaridade via de regra também é mais alta. Já entre os assentados e os produtores familiares temos predominância de homens com uma renda muito baixa (também declaram quase sempre por volta de um salário mínimo), mas a tendência já é de uma escolaridade um pouco mais alta que a dos grupos do Fome Zero.
- Em **Curitiba** a maioria dos projetos (tanto os promovidos pela Prefeitura como a sociedade civil) tem uma participação mais intensa por parte das mulheres e dos trabalhadores de baixa renda, que buscam melhorar a alimentação familiar.
- No **Rio de Janeiro**, observa-se que as pessoas envolvidas são geralmente pessoas excluídas do mercado de trabalho muitos de origem rural. Por isto, nas experiências da sociedade civil, que envolvem um grande número de mulheres (aproximadamente 85%), é priorizado o resgate do conhecimento acumulado em experiências anteriores no meio rural. Adicionalmente, alguns projetos incluem pessoas da rede de assistência social atendidas pela Prefeitura.
- Em **Curitiba** e **Rio de Janeiro** também se destacam experiências promovidas por catadores de lixo, compostas por pessoas excluídas do mercado de trabalho como mulheres, jovens e idosos com primeiro grau incompleto.
- Em **São Paulo** e **Belo Horizonte**, a maior parte das experiências enfocadas inclui uma presença importante de negros e pardos, mulheres, jovens e adultos, de baixa renda, e com escolaridade baixa (primária completa ou incompleta), em especial aquelas apoiadas pelo Fome Zero.
- Em **Belo Horizonte** na AUP também se vincula a desempregados e aposentados / pensionistas, provavelmente em busca de alternativas de renda.

Na **Região Centro - Oeste** a maior parte das experiências contemplam agricultores periurbanos jovens e adultos com renda baixa e média.

- Em **Brasília** 50% das experiências focadas incluem agricultores com renda baixa e média, 30% com renda baixa e só 20% com renda entre média e alta.
- Em **Goiânia** quase a totalidade das experiências inclui produtores ou comerciantes de renda baixa e média.

Quadro 7**Olhares sobre o ambiente: Agricultura Urbana e Periurbana em Salvador (BA)**

Salvador, quarta maior cidade brasileira em termos populacionais, tem grande relevância histórico-cultural para o povo brasileiro. O município possui 2.754.950 habitantes, representando 79,47% da população da região metropolitana, sendo 2.442.102 habitantes na zona urbana (88,64%). Sua fundação data de 1549, com a ocupação do território que hoje chamamos Brasil por colonizadores portugueses. A economia centrada no comércio, com engenhos instalados por todo o Recôncavo, abrigou uma concentração de europeus, índios, negros e mestiços o que deixou marcas

profundas na sociedade baiana. O cenário atual se assemelha a uma colcha de retalhos, com as mais variadas expressões culturais, grande diversidade étnico-racial e rara beleza estético-paisagística. Com área de 706,8 km², representando 24,91% da área da região metropolitana, sua densidade demográfica é de 7.521,08 habitantes por km² e o IDH é de 0,805 (www.muninet.org.br).

O processo de urbanização da cidade teve seu início na década de 40, principalmente em função do crescimento demográfico decorrente de grande fluxo migratório oriundo das regiões rurais onde consolidava-se uma crise agrícola iniciada no final do século XIX. É a partir da década de 50, com a implantação dos centros industriais (final da década de 60 até a década de 80) que Salvador sofre profundas modificações na sua estrutura econômica, social, cultural e espacial.

O surgimento das ocupações espontâneas deixam expostos os vários problemas trazidos pelo "desenvolvimento" industrial e urbano. Passamos a identificar mais claramente a segregação, estratificação social através das localidades de moradia das várias populações. A complexidade fomentada pelas interações entre as culturas negra, indígena e branca se reflete nas condições econômicas e sociais, afetando diretamente a interação entre a população e o meio ambiente.

Como vemos nas iniciativas identificadas na pesquisa desta região metropolitana, os índices revelam que a maioria dos trabalhadores em AUP são categorizados como negros, com baixo nível de renda, que foram expulsos de suas terras e seus lugares sociais. São migrantes quilombolas e seus descendentes, que usam a agricultura como ferramenta para reconstruir seus modos de vida e inserção no espaço urbano. Para estas atividades, usam seus quintais ou terrenos baldios, onde produzem hortaliças e legumes para o auto-consumo e comercialização. Os danos ambientais e sociais vivenciados por esta população revelam a ausência de políticas públicas que reconheçam a agricultura urbana como estratégia de ocupação do espaço urbano e da produção de alimentos. É necessário que se criem políticas públicas de valorização e estímulo a esta atividade, que muito contribuirá para a melhoria da segurança alimentar da população e fomento da economia familiar.

Dalvací A. P. Santiago, Instituto de Permacultura da Bahia

Nas **Regiões Norte e Nordeste** o perfil das/os agricultores que fazem parte das experiências focadas inclui jovens, adultos e idosos, com uma forte presença de pardos, negros e indígenas. Destaca-se a presença de migrantes internos (nordestinos e paraenses) e públicos da inclusão social (desempregados; subempregados; ambulantes; domésticas). A presença de mulheres é muito marcante, especialmente nas atividades intra urbanas. De maneira geral, a renda é baixa e a escolaridade média oscila entre ensino fundamental e médio incompleto.

- Em **Belém**, os produtores das ilhas, que praticam o agroextrativismo, com especial enfoque na pesca de camarões e peixes e na coleta de açaí, identificam-se como ribeirinhos e/ou quilombolas. Tem sua origem na interação entre povos indígenas que foram destribalizados desde tempos coloniais, descendentes de africanos escravizados para o trabalho forçado nas fazendas e imigrantes expulsos pelos latifúndios no nordeste. Os

produtores nos bairros periféricos de Belém e região metropolitana são em sua maioria imigrantes do interior do Para e de outros Estados, principalmente Maranhão, que foram expulsos de suas áreas pela concentração de terras e riquezas baseadas na pecuarização e ação madeireira. Através de ocupações e expansão de antigos bairros rurais de baixa renda, esses produtores foram conquistando terrenos e quintais, que utilizam para horticultura e fruticultura familiar.

- Em **Maracanaú** uma parcela do trabalho de AUP está direcionada para uma ação junto ao Povo Indígena Potiguar.

Em alguns casos, envolvem-se pessoas com diferentes capacidades, por exemplo em **Belém**, onde um projeto (Bosque sensorial) trabalha com crianças e jovens portadores de deficiência visual.

Foto 5 As Ervateiras do Outeiro em Salvador (BA)



"As Ervateiras do Outeiro" é uma iniciativa de extrativismo de plantas medicinais e sagradas, realizada principalmente por mulheres, pobres e negras, seguindo um velho costume desde o tempo das suas avós.

Davaci Santiago

Como já se identificou, a presença de mulheres é muito importante em praticamente todas as experiências focadas e merece algumas considerações especiais originadas por sua condição de subordinação e desvalorização. Em muitos casos, a presença de homens só está presente nas experiências de mutirão quando há necessidade de limpar as áreas de mato das roças, córregos e se necessita de mão-de-obra com mais força física.

- Um exemplo é **Recife** e **Salvador** onde se identificou uma marcada divisão sexual do trabalho: nas atividades de produção agrícola, as mulheres, embora participem da produção, estão mais presentes na transformação / beneficiamento; na produção de camarões elas participam da seleção e limpeza. Mas em geral, o lugar das mulheres é definido como o da "ajuda", embora elas estejam presentes em grande parte das atividades e sejam maioria dos sujeitos que desenvolvem a experiência. Finalmente nas experiências lideradas pelas mulheres, via regra, não contam com apoio público e são as menos desenvolvidas.

- Em **Fortaleza**, ressalta-se a presença de projetos específicos de mulheres, como é o caso dos grupos que produzem plantas medicinais.

Quadro 9 Perfil dos beneficiários das atividades de AUP

O perfil dos beneficiários das ações, projetos e programas de AUP que foram focadas é muito variado incluindo desde o público em geral que visita as feiras, lojas, supermercados, etc. até os beneficiários de programas sociais governamentais que recebem os diversos produtos das hortas como doações. Sendo o perfil dos atores participantes, um perfil heterogêneo.

Muitos dos projetos tem como público alvo beneficiários do Bolsa Família (p.e. as Incubadora de Empreendimentos Solidários) e outros (como o Banco de Alimentos) que destinam sua produção àquelas instituições não agraciadas por outros programas e projetos de doação de alimentos. Um exemplo é **Sabará** (RMBH), onde as hortas comunitárias fomentadas pelo programa Hortas Urbanas/MDS atende ao público de baixa renda, independente do seu vínculo com o Bolsa Família.

A análise da composição social dos beneficiários indica que a AU possui impactos amplos que não se limitam à segurança alimentar de grupos vulneráveis e à geração de trabalho e renda para os participantes, mas também incide sobre a qualidade de vida e a soberania alimentar de um grande contingente de cidadãos que consomem os produtos da Agricultura Urbana. Portanto, sua contribuição vai desde a Segurança Alimentar e Nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social até setores urbanos de renda média e alta e nível to educativo superior que formam o público consumidor de produtos agroecológicos.

4.4 Marcos legais, institucionais e políticas públicas para a promoção da AUP nas Regiões estudadas

A pesquisa identificou os marcos legais presentes nas regiões incluindo a legislação de relevância casual, setorial e específica da AUP; os marcos institucionais e a presença de políticas de AUP. Na maior parte dos municípios pesquisados não se identificaram marcos legais nem institucionais específicos e em nenhum caso se identificaram políticas de AUP. Portanto, resulta chave melhorar tanto os marcos legais como os institucionais para promover, mais ativamente, as atividades de AUP orientadas à SAN. E também avançar mais firmemente no fortalecimento de políticas ativas que promovam a atividade.

Marcos legais para a promoção da AUP

Os **marcos legais ou a legislação** incluem o conjunto de leis (ou normas) pelas quais se governa, e que permitem governar um Estado, abrangendo diversas escalas (federal, estadual e local), e temas específicos (p.e. a AUP).

De maneira geral, é possível distinguir três tipos de marcos legais:

- A **legislação de relevância casual para a AUP**, que inclui as leis que regulamentam o uso do solo e o planejamento municipal – p.e. os planos diretores, estratégicos, o zoneamento do solo municipal, com fins cadastrais e tributários, etc. Respondem a uma visão de desenvolvimento municipal anterior ao atual desenvolvimento teórico e prático da AUP. Podem, inclusive, incluir definições favoráveis à AUP (geralmente em planos de elaboração mais recentes), este tipo de legislação pode ser restritiva para o desenvolvimento da agricultura intra urbana entendida como uma atividade permanente e multifuncional.
- A **legislação setorial relacionada à AUP**, que inclui um conjunto de leis que promovem temas como a segurança alimentar e nutricional, a promoção da agricultura, os sistemas de abastecimento de alimentos ou serviços

públicos de saúde. Apesar dessas leis não terem sido criadas especificamente para promover a AUP, elas contêm orientações que facilitam seu desenvolvimento como atividade permanente (e multifuncional) em áreas intra e periurbanas.

- A **legislação específica de AUP** inclui leis que criam programas de AUP, promovem espaços multiatorais, outorgam incentivos fiscais para o desenvolvimento da atividade, estabelecem critérios específicos para o uso do solo ou água para a AUP, etc. Esta legislação é bastante recente e orienta-se a promover a atividade de forma específica.

Apesar das atividades da agricultura no solo urbano não serem novidade em nenhuma das regiões metropolitanas analisadas, somente nos inícios dos anos 2000, e graças a intervenções de diversos programas internacionais e à visão de alguns governos municipais, a agricultura urbana e periurbana (AUP) passou a ser vista como uma atividade específica, multi funcional e sistêmica².

Por isso, a presença de **marcos legais** específicos para a promoção da AUP é um fenômeno recente e muito pouco encontrado nos municípios analisados. Os estudos locais se centraram em identificar a legislação específica de AUP pese a que em alguns casos se incluem referências a legislação casual e setorial. Os indícios identificados nesta pesquisa sugerem a necessidade de aprofundar em uma investigação que revela a verdadeira situação dos marcos legais que promovem ou limitam o desenvolvimento da AUP nas regiões metropolitanas do Brasil.

Nos municípios focados das **Regiões Sul e Sudeste**, foi onde se identificou o maior número de municípios com legislação específica de AUP aprovada ou em processo de aprovação.

- Em **São Paulo** existe uma legislação específica de AUP recentemente aprovada, que inclui a Lei Nº 13.727 (12 de Janeiro de 2004) que cria seu Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) e define suas diretrizes. A AUP também faz parte do Plano Diretor Estratégico (Seção X, Capítulo III), e conta com uma Lei que cria a Casa da Agricultura Ecológica no Distrito de Parelheiros destinada a fornecer assistência técnica agroecológica (Ver Quadro 10).
- Em **Santo André**, uma Lei que cria um Programa de Agricultura Urbana (PROAGRU) se encontra em processo de aprovação na Câmara Municipal;
- Em **Porto Alegre** há um Ante-Projeto de Lei Complementar que cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar que inclui a AUP como uma de suas atividades.

² Neste sentido destaca-se o trabalho desenvolvido por algumas agências do sistema das Nações Unidas (PNUD, PGU-ALC, FAO) e outras instituições de promoção e cooperação de alcance regional como o IDRC (Canadá), a Fundação RUAFA (Holanda) e o IPES (Peru).

Quadro 10**A conquista do marco legal de AUP: a experiência de São Paulo (SP)**

A conquista do marco legal que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP (Lei N. 13.727, de 12 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto N. 45.665, de 29 de dezembro de 2004) no município de São Paulo é o principal destaque e diferencial em relação às demais regiões metropolitanas pesquisadas no âmbito do presente projeto promovido pelo MDS. Esse instrumento de política pública é considerado como um alicerce importante, mas o desafio tem sido conseguir que ele não se transforme em uma política de governo, mas sim que seja uma política de estado, assumida como parte de um programa de desenvolvimento

sustentável de longo prazo. Esse parece ser um grande desafio da maior metrópole brasileira, com mais de 10 milhões de habitantes, em que as prioridades econômicas se concentram nos setores secundário e terciário.

Em São Paulo, a mobilização em prol da instituição do PROAURP iniciou-se através do legislativo municipal, que conseguiu que o Plano Diretor Estratégico de 2003 do Município previsse a implementação de um Programa de AUP. Através da realização de vários eventos promovidos pelo legislativo, foi criado o Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo (em 2002) que contou com a participação de diversas instituições públicas e da sociedade civil organizada. A formulação do projeto de lei que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município se deu no âmbito do Fórum, de forma participativa, através de diversos encontros das instituições partícipes. Após a criação da lei e de sua regulamentação, o passo seguinte que o Fórum considerava importante era a criação do Conselho de AUP, que chegou a ser votado pela Câmara de Vereadores em 2004, mas não foi sancionado pela prefeitura na época. Posteriormente, o governo que assumiu a prefeitura vetou a criação. A proposta era que o Conselho tivesse poder deliberativo e administrasse o fundo de AUP previsto em orçamento para o PROAURP. Nesse contexto, ocorreram diversas mudanças que afetaram a participação de importantes lideranças nesse processo, tanto no legislativo como no executivo, o que contribuiu para desacelerar as atividades do Fórum após o veto à criação do Conselho.

A proposta de atuação do Fórum era que ele fosse um fomentador, articulador e mobilizador de pessoas e instituições em prol da AUP. Foi proposta a criação de grupos de estudos sobre 5 frentes: projeto, legislação, comunicação, formação e comercialização. Da mesma maneira, a sustentação das atividades do Fórum necessitava de uma estrutura, não podendo mais contar com o suporte obtido até então do legislativo. Diante disso, buscou-se também o apoio de instituições da Sociedade Civil Organizada, que para dar continuidade e suporte às atividades do Fórum (na articulação para continuar mostrando a importância do PROAURP) necessitariam de recursos que nem sempre são previstos em linhas de financiamento de projetos. Apesar das dificuldades o Fórum continuou a se articular. A iniciativa do levantamento promovido pelo MDS propiciou um novo impulso, demonstrando um importante panorama da AUP em São Paulo, que muito poderá ser potencializado pelo PROAURP.

Concordamos com Van Veenhuizen (2006 p. 1) quando aponta que uma "política é frequentemente entendida como uma série de leis e regulamentações apenas, mas uma política é mais que isso". As leis são parte importante, tendo que ser vistas como um dos instrumentos de uma política. Segundo esse autor, "uma política pode ser descrita como medidas adotadas por governos para induzir certas mudanças nas decisões e comportamentos dos atores da sociedade visando atender algumas metas". Para De Zeeuw (2006) na formulação efetiva de uma política de AUP, experiências demonstram que é preciso incluir, associados ao marco legal, instrumentos econômicos, de comunicação/ educação e de adequação ao desenho urbano, ou seja, à maneira como os atores locais atuam.

Nessa perspectiva, acredita-se ser de fundamental importância que o Fórum de AUP da

Região Metropolitana se fortaleça, para mostrar a viabilidade e a sustentabilidade das práticas de AUP, e retome a discussão da necessidade do Conselho na gestão do PROAURP. No âmbito nacional também seria importante que se desse o respaldo político nesse processo com a Criação do Fórum Nacional de AUP e do Conselho Nacional de AUP para a defesa efetiva e a motivação dos diversos atores na valorização da AUP de modo a viabilizar a Segurança Alimentar e Nutricional. Acredita-se que para a AUP ser assumida como estratégica para a sustentabilidade do desenvolvimento sócio-ambiental e econômico será necessário, além do papel dos Fóruns e Conselhos na articulação e de estudos e propostas de políticas públicas, que se proponha nacionalmente um centro de estudos de fomento da AUP. Este centro poderia realizar, por exemplo, a análise da valoração econômica dos investimentos de AUP, suas conseqüências e os efeitos positivos para o desenvolvimento local sustentável. De Zeeuw (2006) também propõem que após a conquista de um marco legal, e como alternativa para se conseguir a adesão efetiva dos atores envolvidos (agricultores urbanos e periurbanos) às suas propostas, que se busque a participação dos mesmos na formulação e assinatura de um contrato em que a adesão voluntária às normas e regulamentações por parte dos agricultores tenha como contrapartida dos governos o compromisso com algumas ações de suporte. Portanto, esse desafio é também de ordem cultural, sendo necessário um trabalho de mobilização e reeducação ambiental, para mostrar que é possível se ocupar a cidade de forma mais sustentável.

Ana Flávia Borges Badue, Instituto Kairós

Lucila Pizani Gonçalves, Ex-vereadora/PT de São Paulo

Entre os municípios focados da **Região Centro – Oeste** se identificou legislação específica somente em **Brasília** que conta com a legislação aprovada em 2004, promove o desenvolvimento de ações no sentido de incentivar as diversas formas de cultivo do solo para produção de alimentos na zona urbana. Inclui diversos sub-programas de agricultura urbana como: hortas familiares; hortas comunitárias; hortas escolares e hortas condominiais. Promove a agricultura orgânica (em uma região na qual atualmente predomina a produção convencional). Finalmente estabelece que o Poder Público defina espaços urbanos nos quais será permitida a implementação da agricultura urbana e autorizará o seu uso mediante solicitação da comunidade e avaliação de projeto técnico elaborado por profissional competente.

Foto 6

Hortas Comunitárias em São Paulo (SP)



A ONG Cidades Sem Fome desenvolve projetos de hortas comunitárias em favelas

Cabe destacar que no Governo do Distrito Federal no período de 1995-98 foi criada uma lei de apoio às atividades de produção, verticalização e comercialização da produção agrícola urbana. A Lei do PROVE que instituiu o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal – PROVE, criava incentivos e estabelecia normas relativas ao tratamento diferenciado e simplificado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial - UFPA. Essa lei que tinha o número 1825 de 13 de janeiro de 1998 foi revogada e no seu lugar foi criada a lei - [Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999](#), que muda o foco da primeira sendo mais dirigida ao apoio do agro negócio, sem as proteções naturais, que a primeira dava aos produtores familiares pobres (Ver Quadro 3).

Entre os municípios focados nas **Regiões Norte e Nordeste** só se identificou legislação específica em **Maracanau** onde o município estabeleceu em dezembro de 2006 uma legislação para o desenvolvimento da AUP no município.

Uma análise geral dos **marcos legais casuais e setoriais**, identifica alguns temas que deverão ser revisados, vinculados tanto ao uso do solo e a promoção da agricultura como a articulação com a segurança alimentar e nutricional. No que se refere as leis de uso do solo e os planos de ordenamento territorial se identifica tanto a falta de articulação com a AUP como restrições para algumas das atividades desenvolvidas (p.e. para atividades pecuárias e as frutíferas). Essa situação pode determinar uma baixa inversão de renda para os agricultores que pode estar associado aos problemas de propriedade segura da terra. No que se refere a relação com a SAN, é desarticulada e nem sempre potencializa as atividades de AUP.

- Um exemplo é **Curitiba** onde, apesar do grande número de atividades de AUP promovidas pelo município, as mesmas têm uma baixa articulação com as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, todavia, estão iniciando num processo de aproximação e co-responsabilidade entre as secretarias municipais. Neste sentido a Lei nº 11.832, de 04 de julho de 2006, alterou a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e criou o Fundo Municipal de Segurança Alimentar Nutricional - FUMSAN. A referida lei amplia a participação social e gera uma fonte de recursos para a segurança alimentar possibilitando ser aproveitada pelos agricultores urbanos.
- Outro exemplo, em **Goiânia**, onde existem leis que apoiam a produção agrícola de uma forma geral, seja ela integrada ao ambiente urbano ou não. Mas todavia, vale notar que essas leis em sua maioria foram criadas para dar, prioritariamente, incentivo ao agro negócio ou às chamadas "*factory farm*" e não para promover as atividades de AUP como se as concebe neste trabalho.

Marcos institucionais para a promoção da AUP

Os **marcos institucionais** referem-se às estruturas e espaços de suporte que permitem a implementação das políticas públicas e a aplicação da legislação vigente.

A situação é muito diversa, mais predominam as ações desenvolvidas de forma isolada e superpostas executadas através de uma grande diversidade de Secretarias municipais entre as que se destacam as de Segurança Alimentar, de Meio Ambiente, de Trabalho, de Desenvolvimento e Inclusão Social e as de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. No panorama geral foram identificadas três grandes grupos de municípios. Um primeiro grupo, formado por muito poucos municípios, que contam com espaços específicos para a gestão da AUP através de

coordenações ou gerencias específicas. Esta opção não é muito compreendida e ainda enfrenta problemas de orçamento e logística no interior das prefeituras.

- Nas **Regiões Sul e Sudeste** o município de **São Paulo** dispõe de um Grupo Executivo para a implantação e o gerenciamento do Programa de AUP formado pelas Secretarias do Verde e do Meio Ambiente, do Trabalho, de Coordenação das Subprefeituras e de Serviços.
- Outro exemplo é o **Rio de Janeiro**, que apesar de contar com uma Gerência de Agricultura Urbana ligada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade (SMAC), não conta com equipe técnica e orçamento próprio; também, há a promoção de hortas pela Secretaria Municipal de Saúde (Hortas Fitoterápicas para abastecer suas farmácias de manipulação), pela Fundação de Parques e Jardins e pela Secretaria de Ação Social (em ambos os casos, incluindo capacitação e hortas comunitárias).

Um segundo grupo desenvolve ações de AUP a partir de uma outra secretaria ou coordenadoria existente na Prefeitura, identificando uma grande diversidade de situações. Neste caso as ações são desenvolvidas a partir de uma área específica da Prefeitura e depende da prioridade política que ela dá ao tema.

- Em **Recife** a Prefeitura desenvolve o projeto das Hortas Comunitárias por meio da Diretoria de Abastecimento e Segurança Alimentar através da sua Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento.
- Nas **Regiões Sul e Sudeste**, em **Cachoeirinha** o programa é gerido pela Secretaria de Segurança Alimentar, em **Contagem** a AUP é desenvolvida pela Coordenadoria de Segurança Alimentar Nutricional e Abastecimento, ligada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, e em **Sabará**, na AUP está vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Um caso particular é **Curitiba** que conta com uma das experiências mais importantes de AUP com mais de 20 anos, onde não existe um espaço específico para a promoção da atividade, mas a Prefeitura articula todas as ações a partir da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) (Ver Quadro 12).

Um terceiro grupo, formado por a maior parte dos municípios focados, desenvolvem ações de AUP de forma fragmentada, desarticulada e, em muitos casos, superposta através de várias secretarias municipais, desconsiderando-se uma visão sistêmica e multi funcional da AUP.

- Nas **Regiões Sul e Sudeste**, mais especificamente nos municípios pesquisados na Região Metropolitana de São Paulo, a AUP é desenvolvida por mais de uma secretaria que não coordenam ações entre si. Em **Diadema** existem programas nas Secretarias de Abastecimento e de Assistência Social e Cidadania, em **Franco da Rocha** existem programas nas Diretorias de Ação Social e Desenvolvimento Econômico, em **Juquitiba** existem Programa de Horta Comunitária dentro da Diretoria de Agricultura e da Secretaria de Ação Social, e em **Osasco** existem programas e projetos nas Secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento, e de Trabalho e Inclusão.
- Em **Belo Horizonte** as atividades de agricultura urbana são desenvolvidas por três secretarias municipais, de forma desarticulada. Os CEVAE's – Centro de Vivência Agro ecológica, são atualmente coordenados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pela Fundação de Parques; a Secretaria Municipal de Abastecimento conduz os Programas PROHORTA e PROPOMAR, de assistência técnica a hortas e pomares urbanos comunitários. Mais recentemente, a Secretaria de Políticas Sociais desenvolve o programa de Incubadora de Empreendimentos Solidários, financiado pelo MDS, tendo a AUP como atividade geradora de renda.

A presença de diversos espaços municipais promovendo a AUP não é, por si mesmo, prejudicial ao desenvolvimento da AUP, mas indica as múltiplas “portas de entrada” que cada município identifica para a atividade reforçando o caráter multi dimensional da AUP. Mas por sua vez, a falta de coordenação interna pode prejudicar a sustentabilidade da atividade e, sobre tudo, o impacto dos apoios recebidos tanto do poder público (municipais, estaduais e federais) como da sociedade civil e setor privado.

Foto 7 Grupo CAUSA em Belo Horizonte (MG)



Agricultora urbana do Grupo CAUSA, de Belo Horizonte, que desenvolve cultivo vegetal em quintais e áreas comunitárias, beneficiamento de alimentos na forma de pães, bolos, patês, geléias e sucos, comercializando-os ou fornecendo lanches para eventos, produz remédios caseiros, e presta assessoria a grupos de AU tanto para a formação de cultivos quanto para o beneficiamento da produção, utilizando-se de metodologias participativas, com enfoque de gênero, agroecologia e EPS.

Marcelo Almeida

Adicionalmente, em algumas áreas metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte e Belém) funcionam *Fóruns* de AUP integrados por diversas organizações preocupadas e envolvidas com o desenvolvimento da atividade.

- Em **Belo Horizonte** a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU congrega grupos produtivos e de apoio à AUP, com o intuito de fomentar a troca de experiências entre as iniciativas, em encontros periódicos, buscando fortalecer o enfoque agro ecológico na AUP e buscar a inserção política do tema da AU. A AMAU busca também relacionar a AUP com as políticas de SAN e EPS (ver Quadro 11).
- Em **São Paulo** o Fórum de AUP desenvolve ações em 6 áreas: elaboração de projetos de AUP; elaboração da legislação de AUP; formação e capacitação/seminários, oficinas, pesquisas; comercialização e agregação de valor; comunicação e agro ecologia.

O papel dos espaços multi atorais é chave para promover políticas ativas de promoção da atividade que potencialize os recursos e as capacidades disponíveis (que são insuficientes, mas não poucas).

Quadro 11**A articulação Metropolitana de agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)**

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU é um coletivo de agricultores e agricultoras urbanas e peri-urbanas, organizações não governamentais e público universitário que busca fortalecer e qualificar a discussão sobre a Agricultura Urbana – AU, de base agro ecológica, com segurança alimentar e nutricional, geração de renda, melhoria da qualidade de vida, biodiversidade, resgate da cultura tradicional das comunidades urbanas e gestão do espaço urbano.

A origem da AMAU remonta a 2001, quando o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – FMSANS realizou um levantamento de iniciativas de AUP na região metropolitana de Belo Horizonte, e que culminou com a Caravana Dignidade e Vida, em 2004, itinerante, que visitou várias iniciativas de AUP. O impacto positivo dessa caravana consolidou a AMAU que, desde 2005, já congregou mais de 130 grupos familiares e comunitários dos mais diversos perfis, produzindo em quintais, em espaços públicos, para consumo e ou comercialização, com beneficiamento da produção (alimentos e remédios caseiros), em assentamentos de reforma agrária, além de associações, prestadores de serviço (formação/capacitação, organização da produção, gestão e comunicação), grupos de pesquisa (agro ecologia, plantas medicinais, saúde e nutrição).

O espaço da AMAU foi decisivo para ampliar a percepção dos atores sociais envolvidos sobre a necessidade de inserir-se nos espaços de discussão política para avançar na discussão e na consolidação da AUP e, especialmente nesse processo, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas tem sido fundamental.

No momento, dois grandes desafios se impõem à AMAU: a) necessidade de ter um espaço referência para si, para realização de encontros, oficinas e experimentos coletivos e b) definição de suas bandeiras e metas, de forma a contribuir para o desenho de uma política de AUP que reflita a realidade dos seus principais atores. Em implantação desde 2006 em Belo Horizonte, o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro - CCF aponta possibilidades concretas de avanço no diálogo entre sociedade civil e poder público, e a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana é chamada a assumir seu protagonismo.

Angela Christina Ferreira Lara, REDE

Marlete Aparecida Coelho, agricultora urbana, CAUSA

Instituições vinculadas à Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

Políticas públicas de AUP

As **políticas públicas** referem-se ao conjunto de orientações e diretrizes que promovem e garantem os direitos dos cidadãos, ou seja, tudo que os governos fazem (ou deixam de fazer) para melhorar sua atuação, tanto na área geográfica como sobre tema específico (p.e. a AUP).

Em termos gerais, não existe no Brasil uma política de AUP. Na maior parte dos casos existem as chamadas “hortas escolares” “hortas em quintais” ou “hortas comunitárias” que desenvolvem atividades de forma isoladas. Mais recentemente, com a implementação do Programa Fome Zero, muitas hortas vincularam-se às políticas de segurança alimentar e nutricional e muitos dos agricultores urbanos passaram a ser grupos alvos de programas como a Bolsa Família. Mas, a agricultura praticada por eles não sempre são efetivamente apoiadas. O Brasil conta com políticas de combate à pobreza e fome, mas estas políticas não têm potencializado a agricultura urbana como solução ou “porta de saída” para a condição de pobreza e fome.

Em **todas as Regiões** analisadas, a formulação de políticas públicas de AUP encontra-se muito pouco desenvolvida e não existem políticas públicas específicas nem muita articulação com outras políticas existentes. Esta é uma situação que deve mudar.

- Destacam-se os municípios de **Porto Alegre, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha** e **Viamão** que entre 2003 e 2004 promoveram a implementação de uma política de AUP vinculada o Fome Zero. Dentro deste contexto, foi firmado um convênio entre os cinco municípios voltado para uma ação institucional conjunta. As ações previstas pelo Consórcio de Agricultura Urbana sofreram uma descontinuidade em virtude da mudança política decorrente das eleições municipais de 2004, o que dificultou ainda mais o desenvolvimento das políticas e programas previstos.
- Atualmente, em **Belo Horizonte**, a prefeitura municipal e a sociedade civil estão envolvidas na condução do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro, que tem como meta central a formulação de uma política municipal de AUP construída participativamente.

5. OS ATORES E SUAS PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERI URBANA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Entre as experiências focadas se incluem iniciativas financiadas pelo governo federal (através do MDS e outros ministérios e agências), iniciativas promovidas e financiadas pelos governos locais e estaduais e pela sociedade civil, a academia e o setor privado.

Entre as 26 experiências financiadas pelo governo federal destacam as hortas (geralmente comunitárias), alguns assentamentos do movimento dos sem terra e, em menor número, outros empreendimentos como as incubadoras, padarias solidárias, lanches e os programas do Fome Zero (cozinhas comunitárias, restaurantes populares, etc.). Entre as regiões de Brasília, Goiânia e Curitiba não foram registradas experiências apoiadas pelo governo federal.

Entre as 45 experiências promovidas, apoiadas e/ou financiadas (total ou parcialmente) pelos governos locais e estaduais destacam-se as que contam com apoio das prefeituras através de programas e projetos de hortas, feiras e outros espaços de comercialização, e em menor medida atividades voltadas a prestação de serviços (principalmente capacitação). Os governos estaduais só apoiam fortemente em algumas regiões metropolitanas (Fortaleza, Minas Gerais).

Entre as 89 experiências promovidas, apoiadas e/ou financiadas pela sociedade civil, a academia e o setor privado, destacam-se tanto as atividades de produção em hortas e quintais comunitários, perto das ruas e abaixo das linhas de transmissão elétrica, como as atividades de comercialização (com uma grande diversidade de espaços como feiras, lojas, venda direta, etc.) e serviços. É interessante notar que a maior parte das atividades tenham como um de seus fins o auto consumo reforçando a necessidade de melhora da nutrição familiar. Uma característica muito interessante é a presença de trocas e doações a programas sociais, incluindo experiências promovidas por setores sociais de baixa renda, o que identifica um alto grau de solidariedade presente nas comunidades.

Tabela 10		Numero de experiências focadas por Regiões e atores que apóiam, promovam ou financiam		
Regiões Metropolitanas	Governo Federal	Governo Local / Estadual	Sociedade civil, academia e setor privado	Nº de experiências por Região
Sul e Sudeste	20	17	40	77
Centro – Oeste	-	-	24	24
Norte e Nordeste	6	28	25	59
Nº de experiências por tipo de ator	26	45	89	160

Fonte: Elaboração própria. 2007

O Governo Federal através de diversos ministérios e secretarias financiam experiências. Os governos locais / estaduais e a sociedade civil, a academia e o setor privado, promovem, apóiam e financiam experiências.

A pesquisa identificou três níveis de parcerias entre as experiências focadas:

- Atores que financiam as experiências (ver Investimento).
- Atores que promovem e coordenam.
- Atores que apóiam.

Atores que financiam as iniciativas

O **governo federal** através de diversos ministérios e agências é um financiador ativo de experiências de AUP, promovidas tanto pelas prefeituras como pela sociedade civil. Os próprios **governos locais e estaduais** também financiam uma grande diversidade de experiências, em especial onde existem atividades de AUP consolidadas. As **ONG**, alguns **movimentos sociais** e as **universidades** destinam recursos e formulam projetos específicos para apoiar aos os agricultores urbanos. As **empresas** e os **bancos**, podem ser consideradas um ator emergente no apoio financeiro na AUP, em especial em projetos com agricultores de escassos recursos. E finalmente, os próprios agricultores urbanos parece ser uma das principais fontes de recursos para a promoção da atividade. A **economia solidária**, ainda permanece de forma marginal na dinâmica da AUP e a **cooperação internacional** é o grande ausente.

Uma análise mais detalhada sobre a **origem dos fundos** mostra, para as **Regiões Sul e Sudeste**, que a maior parte das experiências promovidas pelos governos demonstra ter uma melhor capacidade que as promovidas pela sociedade civil para mobilizar recursos de nível local e federal, ainda que em muitos casos se incluam outros fundos de nível estadual e até da sociedade civil.

- Tal é o caso do Programa de Assentamento São Roque/Comuna da Terra Dom Tomás Balduino promovido pelo Instituto de Terras do Estado de **São Paulo** junto ao MST que tem alcançado êxito na mobilização de fundos próprios, de ONG, do ICRA e da Caixa Econômica Federal (*Crédito de Habitação*). Outro exemplo é Projeto Inserção de Hortifruti Orgânico na merenda, que conta com recursos do CNPq, da Faculdade de Saúde Pública, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Associação de Agricultura Orgânica (AAO).
- Também é o caso da cooperação entre o MDS e o MDA que, **na RM Belo Horizonte**, promovem as experiências dos Assentamentos Pastorinhas e Ho Chi Min (este último do MST). O Governo do Estado, a través do Programa Minas sem Fome, também apóia diversas experiências.

A maior parte das experiências enfocadas na **Região Centro – Oeste** não informou sobre atores financiadores. Entre as que informaram, uma análise mais detalhada sobre a **origem dos fundos**, indica a presença de fontes diversas que incluem Petrobrás, CNPq, a Secretaria de Indústria e Comércio, CEASA-GO (todos em Goiânia) e os próprios agricultores (sobre tudo em Brasília).

Por sua parte, a maioria das experiências nas **Regiões Norte e Nordeste** demonstram ter menor capacidade para mobilizar recursos de diversas fontes. A cooperação internacional é a grande ausente, registrando-se somente um caso (em Belém) em que agências do sistema de NNUU (PNUMA) co-financiam uma experiência. Isso é especialmente relevante em uma Região que têm êxito em mobilizar importantes recursos internacionais para diversos temas de desenvolvimento, ambiente e combate à pobreza.

- Em **Belém**, as prefeituras são as principais fontes de recursos, para a maior parte das experiências, independente do executor. O apoio do governo federal é muito diversificado (MDS, Ministério de Integração Nacional, Ministério de Educação e Cultura).
- Em **Salvador**, o governo do Estado apóia diversas iniciativas.
- Em **Recife**, uma boa parte das experiências de hortas familiares não tem nenhum financiador, salvo os próprios agricultores.

Além disso, em todas as regiões, algumas experiências promovidas pela sociedade civil também tem conseguido captar diversas fontes de cooperação para financiar os empreendimentos.

- Em **Curitiba** o projeto de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar tem sabido captar o apoio da Prefeitura, AOPA, ACOPA, da Prefeitura de Morretes, do Governo do Estado e do Governo Federal através do MDA.
- Em **Porto Alegre** a Horta Comunitária União dos Operários conta com apoio da Igreja Católica, da iniciativa privada, da Prefeitura e do Ministério do Trabalho.
- Em **Belo Horizonte**, o Grupo CAUSA captou recursos do Governo do Estado, assim como a Horta Viver Bem, que também tem parceria financeira com o Fundo Cristão; e a Horta do COMUPRA tem parceria financeira com o Correio.
- Em **Maracanaú**, as iniciativas de AUP têm parcerias com instituições particulares (indústrias) e públicas (EMBRAPA e EMATERCE) o que favorece o desenvolvimento das experiências já implantadas no município e amplia a possibilidade de novas experiências.

A **dependência de apoio externo** (tanto do poder público como das ONG ou universidade) é um aspecto chave ao se ter em conta o momento de direcionar os recursos para a promoção da atividade, sobre tudo pensando na sustentabilidade das experiências.

- Tal é o caso de algumas experiências de **Fortaleza** como o projeto Farmácia Viva que apesar de estar em funcionamento, ainda não consegue gerar renda para as mulheres envolvidas, e não há uma iniciativa do grupo para a busca de outros pontos de comercialização. Também o Projeto Horta nas Escolas depende dos recursos da prefeitura para o seu funcionamento.
- O mesmo acontece em **Maranguape** onde a falta do fornecimento das sementes e de acompanhamento técnico pela prefeitura levou à redução das variedades cultivadas nas hortas orgânicas. Neste caso, ademais, a comunidade não se apropriou ainda do projeto.

Em outros casos, o **estabelecimento de alianças** duradouras lhes permite financiar diversas experiências.

- Um exemplo em **Rio de Janeiro**, e a aliança entre AS-PTA e a Pastoral da Criança, que co-financiam diversas hortas urbanas (agricultura em quintais urbanos nas comunidades Jardim Guaratiba e Praia da Brisa) e a Rede de Bancos de Sementes Caseiros e Coletivos.

Em todas as regiões, muitas experiências que não conseguem captar recursos externos, são **auto financiadas com recursos dos próprios agricultores** urbanos e periurbanos. Isto demonstra que os agricultores constituem um motor importante para o desenvolvimento da atividade, mas também evidencia a falta de políticas públicas de apoio a certo tipo de atores e atividades de AUP (p.e. as agro extrativistas o as desenvolvidas por setores de suma pobreza).

- Em **Curitiba** os agricultores familiares auto financiam seu projeto de certificação participativa.
- Em **Porto Alegre** um importante grupo de experiências se auto financia, entre as quais destacam-se o Grupo de Mulheres Pão da Terra, as feiras ecológicas e orgânicas e a Associação dos Agricultores Ecologistas da Zona Sul de Porto Alegre.
- Em **Belo Horizonte**, grupos de AU buscam a sustentabilidade financeira através da comercialização da sua produção e também como prestadores de serviço. A Articulação Metropolitana de AU não conta com apoio financeiro e suas reuniões, itinerantes, são organizadas e apoiadas pelos próprios grupos participantes.
- Em **São Paulo** o Fórum Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana e em **Belo Horizonte** a Articulação Metropolitana de AU não contam com apoio financeiro.
- Em **Belém**, na Colônia de Pescadores de Icoaraci e na Associação Erveiras Do Ver-O-Peso só despenem do recursos dos associados. Uma situação similar a das Ervateiras do Outeiro de **Salvador**.

Foto 8

**Agricultura urbana nos canais da
macro drenagem de Belém (PA)**



Canal São Joaquim, o projeto foi abandonado e a população começou a plantar espécies que podem provocar erosão e assorear os canais.

Vanda Seixas

Em todas as regiões, as empresas (públicas e privadas) e os bancos também parecem ser boas fontes de financiamento para as atividades de AUP.

- Em **Porto Alegre** a Horta Quilombo dos Alpes encontrou apoio em um projeto da Companhia de Geração Termo Elétrica (CGTEE), estatal do grupo Eletrobrás, a partir da compreensão da importância do resgate de um grupo social específico. Em **Curitiba** Eletrosul também apóia o Programa Nosso Quintal.

- Em **São Paulo** a Fundação Banco do Brasil (FBB), a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás financiam a implementação de hortas comunitárias e atividades de consumo sustentável.
- Em **Salvador** a Petrobras em parceria com outras instituições apóia as Hortas Compartilhadas.
- Em **Belo Horizonte**, a Fundação Banco do Brasil financiou a Horta Comunitária do Barreiro, que contou com contrapartida da Prefeitura e apoio da Polícia Civil.
- Em **Belém** no Banco da Amazônia financia uma experiência de Produção de plantas medicinais para a transformação de remédios caseiros.
- Em **Recife** a Caixa de Pecúlio dos Militares financia a Horta Comunitária Lar Fabiano de Cristo.

A articulação com a **economia solidária** não é, ainda, uma aliança forte, apesar do potencial que ela tem. Só em **Fortaleza**, um **banco da economia solidária** (o Banco Palmas) financia o Laboratório de AUP em parceria com a Associação comunitária do conjunto Palmeiras.

Finalmente destaca a ausência da **cooperação internacional** no financiamento das experiências de AUP.

Atores que promovem as iniciativas

Nos municípios focados identificam-se tanto experiências promovidas pelos governos como pela sociedade civil. Algumas experiências estão diretamente ligadas às associações, o que facilita sua organização. Alguns produtores de hortas estão organizados em grupos, o que facilita a comercialização, enquanto que outros vendem cada um por si para atravessadores por preços abaixo dos vendidos diretamente aos consumidores. De modo geral, constata-se a falta de articulação entre as experiências. Em termos gerais, não há uma organização para que os insumos sejam buscados de outras experiências de economia solidária ou até mesmo de outras experiências de AUP.

Atividades de AUP promovidas pelos governos

O papel do MDS e do Governo Federal na promoção da AUP. O MDS desempenha um papel chave, financiando experiências na maior parte dos municípios analisados, principalmente vinculadas às cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos, com forte vinculação dessas atividades às atividades de SAN (ainda que não políticas). Boa parte das atividades promovidas por iniciativa governamental, tanto no nível estadual como municipal, tem como objetivo assegurar a segurança alimentar e nutricional (SAN), incluindo a formação de Conselhos Municipais de SAN. O grande número de experiências que tem o autoconsumo como uma de suas atividades o demonstra.

- Em **Juquitiba** o Projeto de Hortas Comunitárias promove a formação de conselhos em SAN e em **São Paulo** o Fórum Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana se articula aos movimentos de SAN e Economia Solidária.

Em geral, os participantes dos programas promovidos pelas prefeituras e os governos estaduais são beneficiários de o Programa Bolsa Família. Em alguns casos, apóia-se experiências anteriores, enquanto que em outros formam-se novos grupos a partir do apoio federal.

- As hortas comunitárias municipais de **Porto Alegre** têm como participantes os beneficiários do Bolsa Família, enquanto que em **Cachoeirinha** participam aqueles que não podem acessar o referido programa apesar de

estarem registrados como beneficiários. Em **Gravataí** a produção se distribui entre as entidades vinculadas o Fome Zero.

- Em **Belo Horizonte**, a Incubadora de Empreendimentos Solidários tem como público alvo beneficiários do Bolsa Família. O Banco de Alimentos destina sua produção àquelas instituições não agraciadas por outros programas e projetos de doação de alimentos.
- Em **Sabará** (RMBH), as hortas comunitárias fomentadas pelo programa Hortas Urbanas com apoio do MDS atende ao público de baixa renda, independente do seu vínculo com o Bolsa Família.
- Em **Diadema** as hortas municipais também têm como público alvo os beneficiários do Programa Bolsa Família, e incluem a formação e conscientização do público com relação à melhoria dos hábitos alimentares e um Restaurante Popular (futura aquisição dos alimentos produzidos).

Em menor medida, outros ministérios têm promovido algumas experiências desenvolvidas em áreas periurbanas brindando apoio a empreendimentos em diversos municípios (MDA, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério de Cultura, etc.).

- Em **Osasco** o Projeto Padaria Solidária promove a participação da sociedade civil organizada e sua inserção no processo de CTI (Ciência, tecnologia e inovação social no Brasil) não mencionou entre seus parceiros o governo federal.
- Para os municípios focados nas Regiões Norte e Nordeste, o governo (federal, estadual e local) é um dos principais promotores de atividades de AUP.

Um problema significativo é a falta de capacidade de gestão dos governos municipais que se traduz em atrasos e falhas na implantação de ações, o que gera descompasso, desmobilização e desconfiança entre os agricultores urbanos. Dessa forma transparece a falta de capacitação das equipes do governo municipal encarregado de trabalhar com as comunidades em seu fortalecimento organizacional.

- Em **Porto Alegre**, 21 cozinhas comunitárias financiadas pelo MDS em 2005 ainda não foram implantadas.

Uma experiência particular, que demonstra outros desafios na relação entre governos e sociedade civil é representada pelas iniciativas das Incubadoras de Empreendimentos Solidários (com apoio do MDS), de cuja gestão dos recursos participa instituições de nível superior de ensino e pesquisa.

- Em **Belo Horizonte**, percebe-se que a experiência da Incubadora sofreu muitos atrasos em virtude de desacertos (metodológicos, de concepção e de atribuições) entre a equipe gestora do projeto formada por pessoas da PUC-MG e da Secretaria de Políticas Sociais. Tais questões acabam por consumir boa parte do tempo previsto para a execução do projeto. Uma crítica recorrente a projetos de 1 ano de duração que envolvem mobilização e consolidação de novos grupos de produção aponta a insuficiência desse período para a consolidação dos grupos. Alega-se que o trabalho coletivo demanda um período de construção de identidade e reflexão que frequentemente fica comprometido pelos processos de acertos institucionais iniciais.

As iniciativas promovidas pelas Prefeituras. Além das ações desenvolvidas em conjunto com o governo federal, muitas Prefeituras promovem atividades de AUP vinculadas a uma grande diversidade de temas que incluem desde a saúde até à gestão ambiental urbana.

- No **Rio de Janeiro** e em **Curitiba** existem hortas municipais destinadas à produção de hortaliças e plantas medicinais.

- No **Rio de Janeiro**, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) promove o programa Produção de adubo “Fertilurb” e compostagem na Usina do Cajá que articula diversos atores entre os quais encontra-se uma Cooperativa de Catadores de Lixo. Uma experiência similar se desenvolve em **Curitiba** com o programa Câmbio Verde (troca de lixo por alimentos) que inclui a Associação de Produtores Rurais do Paraná e Associação dos Catadores de Curitiba.
- Em **Belo Horizonte**, a Secretaria de Abastecimento apóia e incentiva hortas comunitárias em centros comunitários, escolas e postos de saúde. A Superintendência de Limpeza Urbana – SLU desenvolve o Programa Alimenta que recolhe produtos hortifrutí destinados ao descarte em feiras, sacolões e supermercados, realizando uma triagem e enviando ao banco de alimentos para avaliação e, quando inadequado ao consumo, destinando-o à compostagem do Aterro Sanitário de BH.
- Em **Contagem** (RMBH), a prefeitura municipal desenvolve programa de promoção da AUP voltado para a identificação de iniciativas e o apoio desses grupos já existentes, além da proposição de novas unidades produtivas em escolas e postos de saúde municipais. Em **Lagoa Santa** (RMBH) a prefeitura local está articulando com governo estadual e ONG local um programa de formação em AUP voltado para o público jovem.

Foto 9

Programa Nosso Quintal em Curitiba (PR)



O Programa Nosso Quintal trabalha com agricultoras/es urbanos sob redes de transmissão de energia de alta tensão.

Amador Joaquin Henrique Gatto

Em alguns municípios não foi possível encontrar ações articuladas entre governo federal e municipal, pois as experiências de iniciativa governamental têm sido promovidas exclusivamente pelas Prefeituras.

- Destaca-se **Curitiba**, onde não se registra qualquer cooperação em AUP entre o MDS e a Prefeitura.

Quadro 12**Agricultura urbana e periurbana na cidade de Curitiba (PR): a atuação do poder público municipal como garantia de continuidade e fortalecimento desta política**

Curitiba foi fundada em 1693, é a capital do Estado do Paraná, situa-se na Região Sul do Brasil e apresenta uma área total de 432,17 Km², considerada hoje totalmente urbana. Conta com uma população formada por colonizadores, onde se destacam os portugueses, italianos, poloneses, ucranianos, japoneses, sírios e libaneses.

Segundo estimativas do IBGE/2000, hoje Curitiba deve possuir aproximadamente 1.825.009 habitantes, com uma previsão em torno de 2.372.287 para o ano de 2020. Com relação à Região Metropolitana de Curitiba, esta deve possuir aproximadamente 3.354.634 habitantes, prevendo-se uma população de 4.921.976 habitantes para o

ano de 2020. Com relação à qualidade de vida da população curitibana, pode-se dizer que ela possui um IDH de 0,856, estando acima da média nacional, de 076. Esse índice a coloca na 19ª posição no ranking nacional.

A organização administrativa da cidade de Curitiba se estrutura em 75 (setenta e cinco) bairros e 09 (nove) Centros Regionais de Administração. Apesar do destacado planejamento urbano, Curitiba também exibe no seu entorno problemas comuns às grandes cidades do Brasil e do mundo. O município possui mais de 113 mil famílias com renda de até um salário mínimo e destas mais de 42 mil tem renda inferior a meio salário mínimo, estando, portanto, em situação de pobreza. Este número representa um percentual de 8,6% da população de Curitiba.

Seguindo a tradição da cidade de zelar pelo planejamento, Curitiba exibe entre as políticas públicas, aspectos peculiares, de uma cidade que planeja as ações que desenvolve. Assim, o acúmulo de necessidades da população mais pobre levou a administração de Curitiba a articular uma variedade de iniciativas voltadas à segurança alimentar e valorizar a organização social, os laços de convivência em espaços institucionais, como escolas, igrejas e associações de bairro, na proposição de políticas públicas mitigadoras das dificuldades enfrentadas pela população, que se refletem em uma política de Agricultura Urbana e Periurbana – AUP.

Inicialmente as políticas de produção e utilização de espaços urbanos vazios, próprios ou particulares, destinavam-se a promover o abastecimento de alimentos, associado à educação alimentar, visando melhoria do padrão nutricional da população de Curitiba, especialmente aquela em risco social. Hoje, constituem-se de um conjunto de atividades articuladas com outras políticas municipais, garantindo o sucesso das ações nos distintos campos de atuação, especialmente as relacionadas ao meio ambiente e a educação.

Programas como Nosso Quintal e Lavoura, criados na década de 1980, em vazios urbanos, espaços ociosos em residências, terrenos sob linhas de transmissão de energia de alta tensão, escolas e creches, mobilizam as associações de moradores e entidades sociais do município e têm transformado vazios urbanos em hortas coletivas, com objetivo de assegurar suplemento alimentar e de renda às famílias.

Os técnicos e agrônomos da SMAB – Secretaria Municipal de Abastecimento, coordenam as iniciativas, oferecendo treinamentos teóricos e práticos, apoiados num conjunto de equipamentos e insumos. Além disso, há visitas periódicas de monitoramento e orientações voltadas a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar. O número de beneficiários das hortas (adultos, jovens e crianças) supera a casa das 25.000 (vinte e cinco mil) pessoas.

Como estratégia de consolidação da AUP existe uma aposta no fortalecimento da relação entre poder público e comunidade, por isso o programa articula-se com os mais diversos

setores: poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais, sociedade civil organizada e instituições de ensino.

Entretanto, a administração municipal tem vontade de articular uma política específica de Agricultura Urbana e Periurbana e a gestão municipal tem caminhado neste sentido articulando diferentes programas e ações com os mais diversos setores da sociedade e da administração pública, envolvendo os poderes municipal, estadual e federal.

A experiência de Curitiba mostra com muita clareza que é possível articular a política de AUP com outras áreas da gestão pública, dando maior consistência e continuidade às ações desenvolvidas, e que o processo só se mantém se o poder público mobilizar e organizar a comunidade através de motivações, apoio, acompanhamento e avaliação dos resultados das ações.

Daniel Rubens Cenci, USINA

Edson Rivelino Pereira, SMAB, Prefeitura de Curitiba

Atividades de AUP promovidas por iniciativa da sociedade civil

Neste grupo encontram-se experiências promovidas por três grandes grupos de atores: a) os agricultores urbanos e periurbanos, b) as organizações comunitárias de base e os movimentos sociais, e c) as ONG. Este tipo de experiência permite um olhar sistemático sobre a AUP orientado à geração de trabalho e renda (geralmente articulada à cadeia produtiva).

Iniciativas promovidas pelos agricultores urbanos e periurbanos. Contemplam experiências organizadas e promovidas por particulares, com um enfoque orientado mais à produção e comercialização que a SAN (pese a que na maior parte das experiências incluem o auto consumo).

- Em **Curitiba** a Federação das Associações de Produtores Rurais do Paraná promove a Central de Comercialização de Produtos, uma experiência similar à desenvolvida pela Associação dos Produtores Rurais de Rio Branco do Sul.
- Também são consideradas as pequenas experiências de produtores familiares individuais como aquelas que se desenvolvem em **Porto Alegre** e **Curitiba** orientadas à produção e comercialização.
- Em **Goiânia** estas experiências fazem parte a Associação da Feira do Pequeno Produtor e em **Brasília** a Associação dos Participantes do Mercado de Produtos Orgânicos de Brasília.
- Em **Belém**, a Associação dos Produtores Rurais do Tapanã e a Associação dos moradores e amigos do Canarinho promovem e financiam suas próprias hortas.

Em **Belo Horizonte**, são várias as experiências de quintais produtivos voltadas para a segurança alimentar e nutricional e para a saúde, com enfoque no autoconsumo, mas também de experiências articuladas que se consolidaram como multiplicadoras, como é o caso dos grupos CAUSA e SEMEAR.

Iniciativas promovidas por organizações comunitárias de base e movimentos sociais. São representadas por experiências vinculadas a organizações com trabalho comunitário e de movimentos sociais, entre as quais destacam-se dois grandes grupos: a) as vinculadas ao movimento ambientalista que promovem a produção agroecológica, a certificação participativa e a comercialização em feiras orgânicas ou ecológicas, e b) as que se vinculam aos movimentos urbanos (como o Movimento de Trabalhadores Desempregados - MTD ou os classificadores de resíduos sólidos) e rurais (como o Movimento dos Sem Terra - MST) que promovem o desenvolvimento de espaços autogestados orientados à melhoria na renda (Ver Quadro 9).

Entre as **experiências comunais** destaca em **Canoas** a Horta Comunitária União dos Operários, surgida no processo de ocupação de uma área urbana no município por parte de um grupo de desempregados. No processo de regularização da ocupação uma das suas principais iniciativas foi a de determinar a dimensão dos lotes de cada família em um tamanho que fosse compatível com a sua utilização produtiva.

- Em **Belo Horizonte**, grupos de base apóiam o desenvolvimento de cultivos de hortaliças e plantas medicinais, visando tanto o autoconsumo quanto a geração de renda.
- Em **Brasília** figuram a Associação dos Moradores Organizados para Habitação Urbana e Rural do Distrito Federal e Entorno, a Associação do Grupo de Moradores do INCRA 9 e a Associação das Donas de Casa da Chapadinha.
- Em **Belém**, a Associação dos moradores e amigos do Canarinho e, em **Recife**, o Grupo de Mulheres da Comunidade do Outeiro promovem e financiam suas próprias hortas.

Entre as experiências vinculadas aos **movimentos ambientais** destacam em **Porto Alegre, São Paulo e Curitiba** as feiras de produtos orgânicos e agroecológicos.

- Em **Curitiba** a Associação de Agricultores Familiares Ecológicos da região metropolitana promove a certificação participativa, a produção, o consumo e organização dos agricultores.

Entre as experiências vinculadas aos **movimentos urbanos e rurais** destacam-se aquelas realizadas pelos grupos de catadores/classificadores de resíduos sólidos em **Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro** orientadas à produção de plantas medicinais, adubo orgânico e troca de hortaliças por resíduos.

- Em **Porto Alegre** o MTD trabalha com um conceito de "*assentamentos rurbanos*" que busca incorporar a AU como instrumento de geração de trabalho e renda.
- Em **São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba**, o MST desenvolve experiências de comercialização através de lojas e projetos produtivos com seus assentamentos com atividades que incluem a produção de adubo, sementes, hortas e criação de animais, padarias, entre outras.

Quadro 13

Os movimentos sociais e a agricultura urbana em Porto Alegre (RS): uma opção pela agroecologia



Durante nossa investigação sobre a Agricultura Urbana em Porto Alegre, pudemos verificar diversos exemplos onde a ação dos movimentos sociais incorpora práticas de AU no seu dia-a-dia. Isso nos leva a uma reflexão acerca do lugar da AU nas estratégias dos movimentos sociais. O movimento ecologista, muito ativo na cidade desde os anos 70, o movimento pela Reforma Agrária, os novos movimentos que lutam por emprego, os catadores de lixo e mesmo comunidades específicas, como indígenas ou afrodescendentes, todos de alguma maneira praticam AU.

No entanto ficou também evidente o fato de que estes movimentos poucas vezes refletem ou elaboram a respeito deste processo. Na realidade

percebe-se que o próprio conceito de Agricultura Urbana não é visualizado como tal. Em todos estes movimentos existe efetivamente uma perspectiva de apropriação do solo urbano (ou periurbano) para produção de alimentos ecologicamente saudáveis, produzidos de forma solidária do ponto de vista econômico, na perspectiva de construção de redes de produção e de consumo que se constituam para além do mercado capitalista monopolizado. No entanto isto não é visto numa perspectiva de Agricultura Urbana. Cada um destes movimentos tem

suas dinâmicas próprias, suas estratégias de ação e suas formas organizativas, e neste contexto de pluralidade muitas vezes não conseguem visualizar paradigmas comuns.

Temos em Porto Alegre uma importante presença do MST, que em sua luta pela Reforma Agrária estabeleceu importantes espaços produtivos nas áreas periurbanas da região metropolitana. E a produção destes assentamentos em quase sua totalidade se insere no mercado urbano da cidade, em distintos espaços de comercialização. Temos movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), uma articulação que se constituiu a partir de uma dinâmica específica, a de acesso ao trabalho, mas que, em função da sua experiência evoluiu na direção de um conceito de “assentamentos rururbanos”, que propõe a combinação do acesso à moradia e ao trabalho, na qual paralelamente à reivindicação de empregos, se busca estabelecer espaços de produção nos quais a produção e processamento de alimentos são parte da estratégia de geração de trabalho e renda.

O movimento ecologista, que a partir de uma crítica às formas produtivas tradicionais e predatórias do mercado gerou uma série de iniciativas de produção de alimentos que se articulam com feiras ecológicas que constituíram um mercado realmente sustentável para a produção de muitos agricultores periurbanos na cidade. Também os catadores de lixo (recicladores de resíduos sólidos), organizados ou não na Federação dos Recicladores, trabalham também na produção de composto e buscam articular suas atividades com hortas.

Temos por fim os movimentos de comunidades tradicionais, afro-descendentes e indígenas, que tem nos últimos anos obtido importantes conquistas em termos do reconhecimento dos seus direitos sobre a terra em áreas urbanas e periurbanas da cidade. E nestes espaços conquistados, sejam eles o chamado Quilombo dos Alpes, uma área ocupada historicamente por negros cuja posse foi reconhecida recentemente, seja nos assentamentos de comunidades Kaingang e Guaranis na Lomba do Pinheiro, no Morro do Osso, as práticas de agricultura são parte da estratégia de sobrevivência e desenvolvimento destes grupos.

Em todos os casos identificamos um traço comum, que é o de uma reapropriação do espaço urbano pelos movimentos sociais, e que têm na Agricultura Urbana um elemento concreto da sua estratégia. Sem embargo, cada ator social tem uma interlocução com esferas distintas da máquina pública e disputa isoladamente o apoio. O MST dialoga com o MDA, o INCRA e a CONAB, mas tem pouca relação com as prefeituras. Os produtores familiares e os núcleos Fome Zero, assim como as feiras e as cooperativas relacionam-se com as prefeituras. O MTD se relaciona com o governo estadual e as prefeituras. No entanto, no que diz respeito a esta dimensão comum de suas ações, a utilização produtiva dos espaços urbanos e periurbanos.

A disseminação de um conceito mais elaborado e sistemático de AU, um debate sobre estas práticas pode ser um momento importante no sentido de permitir uma articulação desta pluralidade de movimentos em uma estratégia mais global. Um intercâmbio que permita, a partir das lógicas próprias de cada movimento, a convergência de todos num processo que permita a associação das lutas por direitos sociais com a construção de alternativas de desenvolvimento local.

Tarson Nunes, USINA

Iniciativas promovidas por ONG e a academia. Englobam experiências de capacitação, oferta de serviços (p.e. micro crédito vinculado à economia solidária), apoio à produção e comercialização e o trabalho com setores sociais específicos como jovens, articuladas a outros temas como a economia solidária, SAN e a conservação ambiental. Também, mesmo que em menor medida, promovem espaços políticos e de articulação da AUP com a SAN e a ES.

- Em **Curitiba** a cooperativa CRESOL promove uma experiência de micro crédito para produtores periurbanos e rurais com interação solidária.
- Em **Curitiba, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro** as ONG promovem diversas iniciativas vinculadas à capacitação, produção em hortas comunitárias e comercialização.
- Em **São Paulo** o Programa Reserva da Biosfera promove o treinamento ecoprofissional e formação integral para adolescentes de 15 a 21 anos de idade, em situação socioeconômica desfavorável, habitantes de zonas urbanas e periurbanas do Cinturão Verde de São Paulo, com oficinas que

incluem a Produção e Manejo Agrícola e Florestal Sustentáveis, Turismo Sustentável, Agroindústria Artesanal e Consumo, Lixo e Arte.

- Em **Belo Horizonte**, o projeto de formação de agentes comunitários em SAN e AUP desenvolvido pela REDE-MG atuou junto a 60 famílias e propiciou a formação de grupos da AUP, voltados para a produção, beneficiamento e comercialização, e na atuação como multiplicadores e animadores comunitários em torno desses temas. Grupos como o CAUSA e o SEMEAR são fruto dessa atuação. O Coletivo TERRAS atua junto a assentamentos periurbanos enfocando a produção agroecológica e a busca pela saúde dos assentados. Em **Betim**, o CADEB – Centro de Autodesenvolvimento de Betim – apóia pequenos grupos informais no processo de entrada no mercado através da economia solidária.
- Em **Goiânia** destacam-se a Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente e a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em Goiás.
- Em **Belém**, a Universidade Federal Rural da Amazônia é um importante promotor de atividades de AUP, aportando diversos serviços e atividades de extensão.
- Em **Recife**, o Centro Sabiá e o Centro Nordestino de Medicina Popular promovem há muitos anos atividades de AUP, em especial com plantas medicinais.

Foto 10

Assentamento Mártires de Abril em Belém (PA)



O assentamento fica em a 10 km do centro do distrito de Mosqueiro no bairro Paraíso na região metropolitana a 80 km de Belém, é constituído por 95 famílias assentadas e aproximadamente 900 ha.

Vanda Seixas

Atores que apóiam as iniciativas

O grupo è amplia e inclui tanto experiências promovidas pelo poder público como pela sociedade civil. Os governos estaduais (mesmo que não atue igualmente em todas as regiões metropolitanas) são um ator relevante, apoiando diversas experiências promovidas tanto pelos governos municipais como pela sociedade civil.

- Este é o caso do Governo do Estado de Minas Gerais que, no marco da Lei Estadual de promoção da AUP e, principalmente, da Lei Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, apóia uma diversidade de experiências

desenvolvidas em diversos municípios da Região Metropolitana de **Belo Horizonte**.

Em outros casos, as autarquias (p.e. de saneamento) ou as empresas distribuidoras de energia elétrica do estado apóiam iniciativas.

- Em **Santo André** a empresa distribuidora de energia elétrica apóia o programa municipal de hortas comunitárias e em **Curitiba** promove a produção em áreas sob redes de transmissão de energia de alta tensão. Da mesma forma, em **Belo Horizonte**, há algumas experiências de permissão de uso de áreas sob linhas de transmissão para implantação de hortas. A companhia de distribuição de água e de saneamento também já concede isenção de taxa de água a iniciativas de AU.

A Pastoral da Criança e a própria igreja são atores importantes, especialmente nas experiências promovidas nas periferias ou em áreas periurbanas, onde se desenvolvem trabalhos de movimentos sociais como do MST.

- Em **São Paulo** a igreja junto com a universidade e diversas ONG apóiam as atividades dos assentados do MST.

Várias associações de moradores e organizações de agricultores periurbanos apóiam experiências de hortas em **Curitiba**, **Belo Horizonte** e **Rio de Janeiro**. Também algumas ONG como Cáritas, AS-PTA e REDE-MG apóiam hortas comunitárias, grupos produtivos e outras experiências de AUP, principalmente através de ações de formação, acompanhamento e apoio à organização dos grupos comunitários produtivos.

6. DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA PROMOVER A AUP NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Essa parte do documento foi elaborada com base na análise dos dados acima incluindo também as citações dos atores sobre os problemas, potencialidades e desafios para fazer AUP e ainda com as informações colhidas a partir dos relatórios dos encontros locais de validação, que possibilitaram a discussão e validação das informações além de já apontar diretrizes para uma política nacional. Por fim as diretrizes sistematizam ainda a discussão realizada no Seminário Nacional de AUP realizado em Brasília nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2007, que teve o objetivo de socializar e discutir o resultado da pesquisa com o conjunto de atores que participaram da pesquisa e outros considerados estratégicos pelo MDS.

Desafios para Promover a AUP

Entendendo a Agricultura Urbana e Periurbana como uma prática presente em todas as regiões estudadas, que se concretiza através de uma grande diversidade de atividades que respaldam as dimensões propostas no conceito utilizado para subsidiar a pesquisa, essa manifestação ora focada reforça que, mesmo no espaço urbano, é a relação com o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais uma das bases mais fundamentais e concretas sobre as quais as condições de vida e trabalho das populações são construídas.

Uma primeira constatação que se configura como desafiadora é que a maioria dos atores, agricultores e agricultoras urbanas, não se autodenomina como tal e, portanto, não reconhece esse grupo do qual tem características para pertencer. Uma importante relação pode haver entre isso e o fato de, mesmo as iniciativas de AUP promovidas pelo poder público local, na maioria dos casos, não são entendidas como agricultura urbana. Percebe-se, então que, mesmo sendo a prática da AUP uma realidade no contexto urbano, a construção desse conceito é bastante recente.

Superar a **pouca compreensão, principalmente por parte do setor público, sobre as amplas possibilidades e potencialidades da AUP**, principalmente quanto a viabilidade de interlocução com outras políticas é, portanto, um primeiro desafio. Nas quatro regiões estudadas se verificou alguma legislação específica para AU: São Paulo e Brasília e Maracanaú/Fortaleza com legislações específicas; Minas Gerais com uma lei estadual. Em Porto Alegre e Santo André tramitam projeto de lei. Por outro lado, do total das regiões que possuem iniciativas de AUP promovidas pelo poder público local, a maioria trata de projetos de hortas comunitária, e em apenas duas (Curitiba e São Paulo) encontramos um programa de AU mais estruturado. Em São Paulo, ainda assim, o programa apóia basicamente iniciativas de produção e apenas em Curitiba encontramos um programa que articula atividades de produção, transformação e comercialização.

A maior parte das **iniciativas identificadas são ações permanentes, projetos e programas**. As iniciativas promovidas pela sociedade civil mostram uma maior diversidade e estão na esfera de ações permanentes, englobando diferentes processos de uma cadeia produtiva, estabelecidos ao longo do tempo, estando aqui as iniciativas dos produtores que na maioria das vezes se auto financiam. As ações de ONGs e Universidades se enquadram em projetos, geralmente sendo de curto e médio prazo pois sempre dependem de financiamentos externos que precisam ser renovados. Por outro lado, aquelas iniciativas promovidas pelos governos locais se enquadram majoritariamente como projetos e programas. Da mesma forma, as iniciativas fomentadas pelo MDS não estão articuladas e compreendidas no local como sendo promotoras de AUP, ou como potencial de políticas em AUP, sendo vistas como um projeto de combate à fome ou geração de renda complementar.

Vale destacar ainda a grande **insegurança de continuidade das ações governamentais**, que ficam a mercê das vontades políticas dos grupos que estão no poder durante a vigência das gestões. Essa realidade é reforçada pela constatação da pesquisa sobre a **ausência de políticas de AUP**.

Neste contexto não é surpresa que muitos dos desafios apontados pelos agricultores e agricultoras urbanas e também por instituições promotoras ou parceiras de projetos de AUP, incluindo aqui também os promotores do poder público, sejam comuns e tenham sido citados nas onze regiões estudadas pelos diferentes atores entrevistados e em seus respectivos contextos. A seguir estaremos relacionando esses desafios.

Foto 11

SEMEAR em Belo Horizonte (MG)



Farmácia caseira do grupo SEMEAR, de Belo Horizonte, que, além de cultivar nos quintais dos seus membros, realiza extrativismo em áreas de remanescentes de vegetação nativa para obter a matéria-prima para sua produção. O SEMEAR realiza a comercialização a troca e a doação de remédios caseiros na sua comunidade.

Marina Utsch

A temática do **financiamento** se destaca. Mais recursos para AUP é uma reivindicação de todas as regiões. As demandas por recursos identificadas pelos atores da sociedade civil enfocam a necessidade de melhoria da infra-estrutura, disponibilização de insumos e apoio aos grupos nas diferentes etapas da cadeia produtiva, possibilitando ampliar e integrar as várias atividades de AUP, de fortalecer grupos locais e de integrar ações governamentais. Vale destacar aqui que os recursos já disponibilizados pelo programa Fome Zero, na forma de medidas de distribuição de alimentos ou na forma do programa Bolsa Família, não necessariamente se caracterizam como atividades de AUP.

Com relação ao financiamento, é citado, em todas as regiões, a **ausência ou dificuldade de acesso ao crédito**, como por exemplo o Pronaf, pelos agricultoras e agricultores urbanos e periurbanos.

Vinculada à temática do financiamento, destaca-se a necessidade de **apoio à infra-estrutura**. Programas públicos existentes para melhoria de vias de escoamento, armazenamento, plantas de processamento, vias de distribuição, não contemplam a especificidade e nem mesmo a potencialidade da AUP. Nesse contexto, também há necessidade de **logística para a comercialização** como transporte, armazenamento, locais apropriados de comercialização, entre outros. Algumas demandas que também partem dos produtores e produtoras já estruturados dizem respeito aos mecanismos de diferenciação dos produtos da AUP, a redução dos custos de certificação atualmente existente e a necessidade de simplificação dos procedimentos de fiscalização sanitária, como tentativa de se alcançar uma produção de qualidade comprovada e viável social, ambiental e economicamente.

Também são identificadas fragilidades em termos de **divulgação, propaganda e marketing**, e ainda a vinculação da AUP a campanhas de educação alimentar, que poderiam ampliar a penetração dos produtos urbanos e periurbanos no mercado e no consumo da população em geral. O desafio de ter uma ação mais firme em

termos de apoio à comercialização é unanimidade dentre os atores, que acreditam que o fortalecimento financeiro e econômico, aliado à busca pela autogestão, poderia levar várias iniciativas, como as hortas ligadas ao Programa Fome Zero e outras à superação do estágio inicial de produção basicamente para o auto-consumo, em que se encontram.

Em relação aos insumos necessários para a produção, a **disponibilidade de água de qualidade** é o grande desafio que aparece citado para todas as regiões. Aqui temos duas realidades que merecem destaque, uma que se refere ao **elevado custo da água tratada** que inviabiliza o seu uso em sistemas de produção não subsidiada pelo poder público, e a outra realidade, da grande **contaminação das fontes de água**, como rios, açudes, água subterrânea, e até mesmo da água do mar, devido à poluição por falta de saneamento básico, por acúmulo de lixo proveniente das atividades urbanas, ou mesmo pela falta de tratamento da água. Merece ressaltar aqui a situação das ilhas em Belém, que carecem de água limpa até para o consumo humano, uma vez que, inclusive lixo hospitalar é encontrado em suas praias, trazido da cidade pelas águas do rio. Ainda há os resíduos deixados no fundo dos rios pelas empresas pesqueiras, que dificultam a pesca dos ribeirinhos, moradores da ilhas.

Um outro sério problema de contaminação da água citado é o causado pela atividade industrial, uma realidade trazida pela região metropolitana de Salvador, com águas contaminadas inclusive com metal pesado, que estão sendo usadas para atividades de AUP.

Em relação aos outros insumos, há um desafio que abrange o **acesso a sementes e mudas**. Geralmente, projetos financiados pelo poder público prevêm a distribuição de sementes convencionais. É patente a insatisfação dos grupos beneficiados, devido à inflexibilidade da disponibilidade desses insumos, que integram “pacotes” adquiridos com recursos dos projetos que desconsideram especificidades dos grupos de produtores e produtoras e a realidade de cada localidade, não valorizam a produção, o resgate e a troca de sementes e mudas locais, prática essa que, se fossem incentivada, reforçaria a autonomia dos grupos produtores.

A disponibilização e o acesso aos espaços urbanos com potencial produtivo para a AUP são desafios que necessitam enfrentar questões chaves do modelo de desenvolvimento brasileiro, primeiro, pautado na propriedade dos recursos naturais por poucos, e a propriedade da terra é o forte exemplo de apropriação desses recursos, e, em segundo, pautado pela urbanização para subsidiar a industrialização da economia que gera pressões sobre as estruturas urbanas, como especulação imobiliária, crescimento desordenado e necessidade de infra-estrutura, afetando diretamente o planejamento do espaço urbano que geralmente não considera as potencialidades das atividades de AUP. Fazer a **identificação de espaços e caracteriza-los no plano diretor** do município é o desafio que, se enfrentado pode viabilizar uma tipologia nacional para AUP.

Identificar, diferenciar e caracterizar os espaços de produção urbanos, periurbanos e rurais com seus respectivos agricultores e agricultoras se traduz como um grande desafio. A ausência de clareza e de reconhecimento dos agricultores urbanos e periurbanos se expressa na dificuldade dos mesmos para acessar créditos, na negligência em reconhecer e regularizar o direito de comunidades tradicionais ao uso das terras, floresta, dos rios e do mar, e ainda na carência em viabilizar infra-estrutura para produção, como por exemplo garantir vias de qualidade para escoar produção em realidades periurbanas, realidade citada pelos produtores de Brasília e das ilhas, em Belém, que dependem do transporte fluvial geralmente de alto custo. Dar reconhecimento as atividades e os atores da

AUP é encarar o desafio de valorizar o trabalho proporcionado pela agricultura, que historicamente no Brasil é estigmatizado.

Em relação aos espaços urbanos há o desafio de articular políticas ambientais, de promoção da saúde, e políticas urbanas com as atividades de AU para inverter ambientes considerados de risco ou mesmo foco de doenças, em ambientes produtivos e em espaços de convivência social, além de potencializar ações de reciclagem e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, fortalecendo assim o papel da AUP na prestação dos chamados serviços ambientais.

A ausência ou deficiência em prestar **assessoria técnica qualificada** às atividades de AUP é um outro desafio que aparece citado em todas as regiões. Aqui há um consenso sobre o adjetivo, qualificada, que se refere à necessidade de ser uma assessoria pautada nos paradigma agroecológico, ou seja, a produção ecológica, sem uso de agrotóxicos ou insumos exóticos às condições locais, priorizando o uso sustentado dos recursos locais e, considerando e respeitando as vocações locais e regionais. Essa última questão é destacada principalmente pelos agricultores e agricultoras da região metropolitana de Belém. E, também qualificada no sentido de ter um preparo metodológico para trabalhar com grupos e comunidades, pois os **conflitos nas relações de grupos e de trabalhos coletivos** são apontados também como desafios também da AUP, dessa forma a assessoria deve ser capacitada a apoiar e fortalecer o diálogo e a troca de experiências entre os agricultores e agricultoras e os diversos grupos produtivos.

Um dos limites apontados também em relação à assessoria técnica é a **falta de recurso humano** que inviabiliza um acompanhamento mais sistemático aos grupos e aos processos da cadeia produtiva, com o desafio de um processo de formação que leve à independência dos agricultores no contexto técnico e de gestão das iniciativas/empreendimentos.

Para tanto, faz-se **necessário apoio e acompanhamento a processos de médio e longo prazo**, considerando cadeias produtivas locais e regionais, sendo esse também um grande desafio das iniciativas do poder público que pretendem apoiar atividades de AUP, já que, por exemplo, os editais para AUP que financiam projetos são em torno de um ano, tempo esse considerado muito curto para promover o fortalecimento de cadeias produtivas e a autonomia dos grupos produtivos.

A carência de programas mais estruturados ou mesmo de políticas para a AUP, tem dificultado muito a continuidade de projetos. Temos citações, como Belém e Porto Alegre, em que as atividades de AUP são interrompidas com a mudança de governos locais, ou de grupos de interesse. Outra situação em destaque nesse contexto é a dificuldade na gestão de processos por parte dos governos municipais, acarretando em atrasos na execução de projetos que, por sua vez, geram insatisfação e desconfiança por parte dos agricultores e agricultoras urbanas. Dessa forma, articular a **transparência e a gestão participativa dos projetos** em processos de diálogo e a ação conjunta entre a sociedade civil e o setor público é um desafio que tem como resultado a implementação de ações no longo prazo.

Promover a **interlocução entre as instancias Federal, Estadual e Municipal** se torna um desafio que não pode ser desconsiderado pois esse dialogo pode favorecer muito a transparência, a integração e a gestão de projetos, programas e políticas que fomentem a AUP. Esse dialogo tem de avançar em relação ao que existe atualmente, onde ocorre, na maioria das vezes, apenas o repasse de recursos não se viabilizando uma interlocução no sentido de integrar objetivos e potencializar ações.

Por fim, a construção de conhecimentos relacionados à AUP, com **pesquisas** voltadas para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para produção, adequação na (re) utilização de recursos naturais, e aproveitamento de materiais reciclados entre outros, é um dos desafios apontados. Associado a esta busca de informação está a necessidade de se articular com as realidades locais e intensificar a divulgação da AUP juntamente com campanhas de educação alimentar para a população em geral.

Das iniciativas identificadas no contexto das regiões metropolitanas estudadas não foi citado a utilização de recursos internacionais no fomento AUP. Aqui fica claro o desafio dos atores envolvidos com a temática de **captação de recursos das agências internacionais**, já que as práticas da AUP têm o potencial de contribuir diretamente para a concretização dos objetivos traçados para o milênio.

Potenciais para promover a AUP

Explorando os potenciais da AUP temos como parâmetro a base conceitual elaborada para a pesquisa, mas, a partir dos resultados da mesma, podemos destacar realidades que vão de encontro com o conceito elaborado e demonstram a vivência da AUP nas regiões estudadas.

Como ponto de partida, citamos Curitiba e Porto Alegre, ambas com experiências de mais de 20 anos, que demonstram a capacidade de articulação dos diferentes atores para viabilizar estratégias de **sobrevivência**, mas também de **trabalho e renda** fazendo com que as **práticas da AUP se fortalecem e se perpetuam**.

Em Curitiba, temos um programa municipal estruturado a partir da Secretaria Municipal de Abastecimento, que consegue dar apoio e articular produtores urbanos e periurbanos, prestando assessoria da produção à comercialização e, ainda, ampliando para atividades relacionadas ao meio ambiente, como a troca do lixo por alimento, e saúde, com ações direcionadas à educação alimentar. Essas atividades, articuladas ainda com a sociedade civil, representada, por exemplo, pelas atividades da Ação Social Diocesana, integram ações de SAN e aglutinam diversos atores da sociedade civil.

Foto 12

Laboratório de Agricultura urbana em Fortaleza (CE)



O Laboratório de Agricultura Urbana e uma experiência de economia solidária promovida pelo Banco Palmas.

Banco Palmas

Em Porto Alegre, temos as feiras agroecológicas que há mais de 15 anos trabalham com produtos também provenientes AUP. O único apoio do governo local é a liberação das áreas para a feira e sua fiscalização. Em Brasília ocorre uma situação similar, com os agricultores periurbanos desenvolvendo suas atividades sem nenhum apoio do poder público local. Com isso, não se quer dizer que a AUP não necessita do apoio do poder público, mas sim que a intervenção do poder público pode e muito potencializar a promoção da AUP.

À constatação acima, soma-se outras potencialidades citadas para as regiões estudadas. A primeira é o **mercado potencial para a AUP** que, além da proximidade com o consumidor possibilitar a oferta de produtos frescos e com frequência, tem ainda grande aceitação devido à qualidade dos produtos, quando esses são produzidos e processados de forma agroecológica e ou orgânica, o que ocorre na maioria das iniciativas identificadas na pesquisa, principalmente iniciativas da sociedade civil. Na região Centro Oeste constatou-se uma grande maioria de agricultores convencionais, embora a discussão da conversão para sistemas orgânicos esteja presente. Esse interesse das iniciativas de AUP pela produção ecológica reflete a influência do movimento ambientalista e aponta para o potencial de ampliação e estreitamento desse diálogo.

O mercado potencial para AUP tem ainda seus marcos na diversidade de mecanismos de comercialização encontrados nas diferentes regiões. Citamos a venda direta ao consumidor nos espaços de produção, como hortas comunitárias, as feiras orgânicas ou ecológicas, feiras da agricultura familiar, entregas em domicílio, clubes de compra, lojas, como a do MST em São Paulo, além das trocas e doações. Essa diversidade identifica um mercado consumidor potencial que estimula a disseminação **da AUP e a promoção do consumo de produtos agroecológicos e ou orgânicos, além de valorizar o produto de cada localidade.**

A constatação da **existência de espaços ociosos nas cidades**, tanto naquelas de grande como nas de médio e pequeno porte, é um estímulo e indicador do grande potencial para a AUP. No Brasil a disponibilidade de espaços se soma às boas condições ambientais para a produção, geralmente tratando-se de solos com boa fertilidade. Esta situação nos coloca diante da possibilidade de rever alguns parâmetros voltados para a orientação do planejamento urbano. Destacamos os assentamentos realizados em espaços metropolitanos, como experiências na Região Metropolitana de Porto Alegre e Belo Horizonte, os chamados assentamentos rururbanos, e também vilas com dimensões de lotes que possibilitam áreas de produção nos seus quintais. Cada vez mais parece viável e recomendável associar a cidade à produção de alimentos, com base nos princípios da **produção familiar** que dialoga sem dificuldades com essa possibilidade, fazendo a AUP uma estratégia de **geração de trabalho e renda**.

Destaca-se também que a **disponibilidade dos atores sociais para um trabalho mais articulado de AU** é citada para quase todas as regiões estudadas. Para algumas realidades isso já é demonstrado inclusive no interesse de pessoas desempregadas em se envolverem com ações de AUP. Alia-se a isso a disposição de quase todas as iniciativas em engajar-se em um esforço comum, para o compartilhamento de conhecimento e estruturas existentes para um trabalho conjunto de promoção da AU. Como exemplos, têm-se, em Belo Horizonte, a Articulação Metropolitana de AU e em São Paulo, o Fórum Municipal de AU. Apenas o Centro Oeste apresentou um perfil de agricultores convencionais que demonstram sinais de resistência a ter um trabalho mais articulado entre eles, sendo esta também uma característica da agricultura convencional, embora os agricultores orgânicos e agroecológicos dessa região venham trabalhando de forma associada.

Vale destacar que a forte motivação e comprometimento está refletida na grande capacidade dos diferentes atores sociais em **mobilizar recursos próprios** para auto-financiar suas iniciativas. Esses atores podem estar organizados em associações de agricultores ou mesmo em movimentos nacionais, como o MST, o MTD, o Movimento dos catadores de recicláveis, ou ainda articulados aos trabalhos de ONGs. Cada tipo de ator se articula com diferentes setores governamentais de acordo com suas realidades, e isso gera para a AUP um grande potencial de crescimento a partir da **articulação de ações conjuntas dos diferentes setores do governo federal**, já que a base de diálogo com os movimentos já existe, bastando apenas fomentar interlocuções e aproximações.

Uma **diferença no envolvimento de mulheres e homens** nas diferentes iniciativas foi verificada. De maneira geral, destaca-se a maior participação das mulheres pobres nas iniciativas urbanas e naquelas promovidas pelo MDS, e para as iniciativas periurbanas destaca-se a maior participação dos homens, assim como estes também são maioria nas experiências promovidas pelos movimentos sociais como MST, MTD e catadores de reciclados.

Agregada à motivação e comprometimento das pessoas, a possibilidade de envolver diferentes atores sociais com as atividades de AUP é também fortemente lembrada. Isso se dá pelo fato da AUP agregar uma multiplicidade de ações, fazendo com que seja possível **agregar objetivos e interesses de diferentes atores**, potencializando articulações em uma verdadeira rede solidária. Então é notória a diversidade e o crescente interesse sobre a temática da AUP por diferentes grupos sociais. Essa diversidade de atores aponta para uma rica possibilidade de levar a todos a **refletir sobre o espaço urbano**, dando aos moradores condições de acesso à cidade, não só de ocupá-la, mas de pensar sobre ela e sobre o ambiente onde vivem.

É grande o número de iniciativas que promovem o **auto consumo**. Isso é rico, pois, a demanda pelo auto consumo **associa os trabalhos às realidades locais**, e nos remete à uma realidade fortemente destacada que é a grande participação das mulheres nas atividades de AUP, gerando ambientes favoráveis para relações sociais, em especial o contato entre gerações distintas, possibilitando ainda o resgate e valorização de culturas e conhecimentos tradicionais.

A atuação local possibilita ainda **resgatar e ampliar as relações com a terra** e, associada a práticas agroecológicas, oportuniza a **geração de autonomia e sustentabilidade** para as práticas produtivas, possibilitando vitalizar ambientes urbanos abandonados ou em uso inadequado e pouco saudável, como por exemplo os focos de lixo e doenças.

As práticas de AUP têm por vocação **a experimentação e a geração de conhecimentos novos**, pois estamos pensando a produção em espaços não projetos, anteriormente, para este fim. Assim, é inerente também à AUP atividades de troca de experiências, e de diálogo entre gerações, atividades essas que tendem a fortalecer as relações como já citado anteriormente, proporcionando condições especiais para a formação, a capacitação e para a investigação.

Destacamos ainda as ONGs envolvidas na construção de AUP, que possuem experiências e **acúmulo em processos participativos** e práticas agroecológicas, e também as experiências dos **centros de apoio em AU**, um em São Paulo e outro em Belém, que articulam atores da comunidade, universidade e o poder público, numa relação de pesquisa, ensino e extensão, possibilitando um suporte para a formação e multiplicação de agentes em AUP.

Dessa forma a AUP tem o grande potencial de promover a **reflexão sobre o conceito da cidade**, nos fazendo pensar sobre a função social da propriedade, reconhecida e garantida no Estatuto das Cidades, assim como reconhecer e valorizar a diversidade cultural do Brasil, de maneira a ver que é possível a promoção de uma cidade inclusiva e plural, que promova a equidade em todos os sentidos de forma a diminuir ou eliminar as injustiças sócio-ambientais.

Por fim, destacamos um parágrafo do relatório de Belém que diz: A AUP é, sobretudo, a forma de resistência de um povo, em defesa de seu modo de vida, dentro de seu território. No atual contexto, a AUP resgata territórios desrespeitados, reconstrói modos de vida violados, reafirmando o ideal de autonomia da unidade familiar do campesinato. Esse modo de vida está baseado em sistemas de produção que foram sendo elaborados histórica e culturalmente em ecossistemas específicos, por povos específicos. Assim, a AUP demanda uma perspectiva agroecológica própria, emergida da vivência desses povos e apoiada pela sociedade e poder público. Essa visão deve estar refletida no espírito das diretrizes para políticas públicas apresentadas por esta pesquisa.

AUP e a LEI Nacional de Segurança Alimentar Nutricional

Para melhor compreender a relação da AUP com a Lei nº11.346 faz-se importante resgatar o enfoque conceitual no qual nos baseamos para implementar a pesquisa.

Diante da diversidade de possibilidades da AUP e do seu grande potencial para promover a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, e considerando ações que integram o poder público nas suas diferentes escalas e também a sociedade civil, acreditamos que com a AUP podemos colaborar com a geração de **idades produtivas, ecológicas**, que **respeitam a diversidade social e cultural**, sendo uma cidade **inclusiva** e que **promova a segurança alimentar e nutricional**.

Dessa forma, fica claro que a AUP dialoga diretamente com os dois princípios que orientam a Lei de Segurança Alimentar Nutricional, que é o direito humano a alimentação e a soberania alimentar, e possibilita concretizar ações que coloquem em prática as definições vários dos artigos contidos na Lei nº11.346. Entendemos que a AUP está diretamente relacionada com os Art. nº4, em seus incisos I, II, III, IV, V e VI e Art. nº5. Isso porque a possibilidade de articular múltiplos objetivos (oferta de alimentos, saúde, ambiental, econômico e sócio-cultural) viabiliza integrar várias iniciativas e ações estratégicas dos mais diferentes setores do poder público e da sociedade civil, fomentando a construção de sistemas descentralizados de promoção da SAN.

Pensar diretrizes para uma política nacional de AUP é na verdade enfrentar o desafio de propor a integração de sistemas de promoção de SAN com a gestão dos espaços urbanos.

7. DIRETRIZES PARA FORMULAR A POLITICA NACIONAL DE AUP

Buscando articular os desafios e os potenciais visualizados com a pesquisa a partir das realidades encontradas nas onze regiões metropolitanas e, somando a isto, as reflexões feitas durante o primeiro seminário nacional de AUP realizado em Brasília nos dias 31 de maio e 01 de junho, apresentamos a seguir diretrizes que uma política de AUP deve considerar tanto para o âmbito nacional como estadual e municipal, respeitando o poder de intervenção e as escalas dos respectivos atores.

Com a intenção de melhor sistematizar as discussões sobre AUP realizadas durante o processo da pesquisa, apresentamos a riqueza das sugestões colhidas no processo de elaboração participativa em duas etapas, uma relacionando os princípios e outra as diretrizes para uma política nacional.

PRINCIPIOS PARA POLÍTICA NACIONAL DE AUP:

A AUP deve estar orientada para:

1. Promoção da Agroecologia;
2. Consumo de Hábitos Saudáveis;
3. Construção de Conhecimentos Respeitando o Diálogo de Saberes;
4. Respeito a Diversidade Étnica, Racial e Cultural;
5. Promoção da Equidade de Gênero, Justiça Sócio-ambiental e a Solidariedade;
6. Promoção da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar Nutricional;
7. Promoção da Economia Justa, Solidária e Familiar e o Consumo Responsável;
8. Promover a Participação, Empoderamento e Autonomia do/as Agricultores Urbanos e Periurbanos.

DIRETRIZES PARA POLÍTICA NACIONAL DE AUP:

1. Fortalecer a consciência cidadã em torno dos benefícios da AUP para a sociedade civil e poder público

A prática da AUP é uma realidade. Para a maioria das situações essa prática está dentro de um contexto de resistência por parte da população em situação de vulnerabilidade, mas também se encontra como uma prática prazerosa realizada por aquelas pessoas em melhores condições econômicas. Como se trata de um conceito recém elaborado, ele ainda não é completamente compreendido, reconhecido e valorizado pela sociedade.

Uma política em AUP deve fortalecer a temática, buscando ter um conceito unificado para o Brasil e, divulgar este conceito, associado à valorização do/a agricultora, a campanhas de educação alimentar e campanhas gerais que possibilitem divulgar o potencial da AUP para que ela seja reconhecida, valorizada e incorporada nos momentos de proposição de ações estratégicas para o desenvolvimento. Campanhas de promoção da AUP devem focar a sensibilização de políticos, gestores públicos e a população em geral. Dessa forma, o processo de preparação da III Conferência de SAN, assim como da Conferência Nacional das Cidades, da Conferência Nacional de Assistência Social que são espaços privilegiados para promover a AUP.

Da mesma forma, identificar outros espaços para a divulgação e sensibilização da temática AUP, como saúde, meio ambiente e educação, podem ser fundamentais para integrar projetos que tenham capacidade de promover desenvolvimento e não apenas crescimento de setores. Faz importante destacar os diferentes tipos de espaços relacionados aos diferentes tipos de atores, como os espaços de interlocução com a academia, abrangendo o público das universidades, como congressos e seminários das diferentes áreas do conhecimento; os ambientes vinculados aos movimentos sociais, como os fóruns de segurança alimentar nutricional, de economia popular solidária e ainda os eventos relacionados ao movimento da agricultura familiar, dos sem casa, dos sem terra, dos recicladores, da economia popular solidária, entre outros; os espaços relacionados aos gestores públicos tanto direcionado para o executivo como para o legislativo, como reuniões setoriais, audiências públicas, frentes parlamentares, entre outros.

Outro mecanismo é vincular a AUP aos processos de formação em todos os seus níveis (fundamental, médio e superior) tanto nas instituições do ensino público como particular, respeitando suas especificidades. Aqui destacamos ações relacionadas diretamente com a merenda escolar, como campanhas de educação alimentar, que podem ajudar muito no esclarecimento da população a partir do grande poder de multiplicação e de mudanças das crianças e jovens.

2. Desenvolver capacidades técnicas e de gestão do/as agricultores urbanos e periurbanos

Promover a autonomia do/as agricultoras deve ser prioridade de uma política de AUP. Apostar em construção de conhecimentos e na capacitação, política, técnica e de gestão do/os agricultores deve ser uma ação estratégica. Assim, fundamentar-se nas trocas de experiências entre o/as agricultores, na realização de pesquisas pautada nos princípios participativos que incluam a realidade do/as agricultores e das diferentes regiões, e a capacitação de profissionais e lideranças multiplicadores da AUP é de grande importância.

Apostar na troca de experiências, apoiando as organizações do/as agricultores urbanos e periurbanos com suas respectivas experiências é estratégico para uma política nacional de forma a ter um respaldo prático na orientação de ações de apoio as iniciativas de AUP e estimular o acompanhamento e controle social das ações públicas, além de promover uma rede de interlocução e animação de dinâmicas regionais sobre AUP.

Apostar em centros de AUP, como experiências de Belém e São Paulo, pode ser uma estratégia rápida para construção de conhecimento, para promover assessoria técnica e viabilizar a formação de profissionais com a visão da AUP, possibilitando aproximar o poder público, as universidades e o/as agricultores em AUP, além de ter ambientes regionais de articulação.

As ações para garantir a assistência e o acompanhamento técnico aos agricultores é urgente. Essa assessoria deve considerar as especificidades regionais, os processos, abrangendo a diversidade de produção, transformação e comercialização, além de estar disponível para projetos e atividades de curto, médio e longo prazo. A assessoria deve estar pautada nos princípios elencados para nortear a política nacional de AUP.

A pesquisa sobre a AUP se faz de grande importância, pois desenvolver e apropriar tecnologias e viabilizar condições de uso sustentável dos recursos naturais mostra-se aqui também como um grande desafio. Ao mesmo tempo, monitorar e avaliar os impactos das experiências em andamento, ou novas, é muito importante para aprofundar os impactos das ações de AUP. Nesse sentido, as Universidades, com seu perfil para a pesquisa podem contribuir muito, e ter ações que articulem os órgãos fomentadores de pesquisa deve ser uma estratégia da política de AUP.

3. Fortalecer a cadeia produtiva e promover ações específicas de fomento à produção, comercialização e consumo

Para essa diretriz separamos duas frentes de ações uma relacionada a fortalecer a produção e facilitar o acesso aos insumos para a AU (água, espaços, composto, sementes, ferramentas, etc.) e outra relacionada a agregar valor à produção local e melhorar os canais de distribuição e comercialização.

A demanda por água de qualidade para a produção de alimentos deve ser tratada de forma urgente. Fomentar experiências alternativas ao uso de água tratada deve ser uma prioridade, tanto no sentido de difundir e financiar experiências já consolidadas, como investir em desenvolvimento de novas tecnologias. Atuar em conjunto com políticas de saneamento básico, como instalações de fossas sépticas e outros mecanismos de coleta e tratamento de esgoto domiciliar e de fiscalização ambiental também se mostram ações importantes. Dessa forma o uso de fontes alternativas, associado ao uso racional da água, assim como a prática de tarifas adequadas pode ser caminhos para potencializar a AUP no curto e longo prazo.

A elaboração de uma tipologia nacional que possibilite identificar áreas com potencial para serem utilizadas para AUP é importante para ampliar, ou iniciar, o diálogo com outros setores governamentais e também com a iniciativa privada com vistas a viabilizar o uso dos espaços para atividades de AUP. Nesse sentido, apoiar-se nos novos planos diretores elaborados ou atualizados pelos municípios deve ser uma iniciativa prioritária para garantir o uso de espaços urbanos disponíveis, ou não construídos, com atividades de AUP. Para tanto a definição de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS para AUP pode ser uma estratégia importante para garantir a AUP nos planos diretores.

Em relação a outras necessidades de insumos, faz-se necessário reconhecer e apoiar iniciativas identificadas que apontam possíveis alternativas, e aqui destacamos iniciativas como as redes de sementes, a produção de ferramentas com reciclagem de materiais, a produção de composto em pequena e grande escala, entre outras.

Todas essas ações podem configurar-se em iniciativas de sistemas descentralizados de SAN, buscando-se articular ações na área da saúde, meio ambiente e geração de trabalho e renda, e possibilitando consolidar cadeias produtivas locais, inclusive, potencializando ações já incentivadas e financiadas pelo governo federal no âmbito da habitação, reforma agrária, coleta seletiva e reciclagem, tratamento de esgoto, saúde da família, entre outras.

Ações que potencializem interlocução entre processos produtivos locais e regionais devem estar atentas para respeitar e resgatar os cultivos e práticas tradicionais, assim como respeitar e apoiar as diversidades regionais brasileiras. Aqui também vemos a possibilidade da AUP ser integrada a ações já desenvolvidas pelo governo federal, em especial pelo MDS e MDA, como a compra direta, cozinhas comunitárias, restaurantes comunitários, e financiamento para sistemas produtivos, entre outros.

Vale reforçar a necessidade de se ter investimentos na diversidade de atividades de AUP e não somente naquelas de retorno mais rápido como as hortas. Investir em projetos de médio e longo prazo, garantindo acompanhamento e assessoria técnica aos grupos e garantindo formação tanto para os processos produtivos como os de gestão.

Novamente aqui se podem integrar estratégias já realizadas pelo governo como aquelas vinculadas ao programa Fome Zero e à agricultura familiar.

4. Facilitar o financiamento para a AUP

Nessa diretriz, duas linhas de ação são claras, e aparecem em todos os momentos da pesquisa, nos questionários e entrevistas, nos encontros de validação de todas as regiões e também no seminário nacional. Uma delas trata de disponibilizar linhas de crédito específicas para a AUP, a exemplo do Pronaf da agricultura familiar, de forma que tanto agricultores como agricultoras urbanas e periurbanas possam acessá-las de forma simplificada e não burocratizada. Neste sentido, faz-se necessário ampliar a dotação orçamentária para a AUP no Plano Pluri Anual (PPA) de forma progressiva a cada ano.

Outra ação é viabilizar financiamentos para projetos e programas de AUP, que valorizem as iniciativas existentes, que articulem e promovam o diálogo entre a sociedade civil e o poder público. Aqui vale ressaltar a possibilidade de potencializar os recursos do poder público, mas também os do setor privado, como bancos, fundações e empresas, além de recursos de agências internacionais que estão ausentes no fomento de ações de AUP no Brasil.

Destaca-se a importância de se concretizar linhas de financiamento específicas para as mulheres, englobando tanto ações de caráter afirmativo quanto estratégico, já que elas estão presentes em maioria nas atividades de AUP.

A política deve ter como referência a economia popular solidária, promovendo tanto sistemas familiares como coletivos, buscando a igualdade de oportunidades. Integrar os conceitos da AUP ao Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário que está em processo de normatização se torna uma estratégia importante.

5. Promover a intersetorialidade e a gestão descentralizada e participativa

Ressaltamos aqui a multifuncionalidade da AUP como potencial de articular diversos objetivos tendo a possibilidade de promover e concretizar a integração de atividades, orçamentos e serviços entre os diferentes setores do poder público e da sociedade civil em suas diferentes escalas. Assim é viável articular ações das diferentes políticas já em execução, como o Sistema Único de Saúde, saneamento, habitação, assistência social, cultural e meio ambiente, entre outras.

Consórcios intermunicipais podem fortalecer as ações de AUP de iniciativa do poder público, articuladas com a sociedade civil, potencializando atuação no contexto das regiões e territórios. Essa iniciativa dialoga com a promoção de políticas públicas

integradas nos três níveis do Estado, possibilitando que esse diálogo se concretize no nível dos planos de ação, da legislação e dos orçamentos.

Promover a AUP nos vários espaços dos movimentos sociais e do poder público, como Fóruns e Conselhos é de grande importância. E destacamos momentos importantes e estratégicos para promoção do diálogo entre o governo e a sociedade civil. Um deles é o processo de preparação da III Conferência de SAN, outro é a Conferência Nacional das Cidades, e tem ainda o processo da Conferência Nacional de Assistência Social e ainda a Frente Parlamentar. Se os atores que se envolvem nesses processos possuem clareza dos potenciais da AUP, pode-se criar condições para integrar ações, e assim otimizar e potencializar energia e recursos na integração de políticas e na promoção da AUP.

Promover plataformas multi-atorais para concertação, planejamento e implementação de ações é uma forma de articular e comprometer a sociedade civil e o poder público com o fomento da AUP além de estimular a cidadania com a gestão participativa e o controle social das políticas públicas.

Definir papéis dos atores e dos setores governamentais na promoção de políticas voltadas para fomentar a AUP deve ser prioridade, dado o grande potencial da AUP em integrar ações devido aos seus múltiplos objetivos. Assim, o CONSEA, que tem representação de todos os ministérios e da sociedade civil, deve ser a instância prioritária para se viabilizar a institucionalização da AUP, de forma a ter uma interlocução entre diversos ministérios e proporcionar ações integradas.

Para facilitar a interlocução entre os setores, a realização de um diagnóstico que aponte as iniciativas governamentais com potencial de interlocução com as práticas de AUP deve ser o ponto de partida para a elaboração de um plano de ações estratégico para integrar ações governamentais e fomentar a AUP.

Os processos de promoção da intersectorialidade em todas suas instâncias deve considerar a gestão descentralizada, integrada e participativa, articulando órgãos e ferramentas que garantam o controle social aos processos, programas e projetos que promovam a AUP.

6. Fortalecer a institucionalidade e a normatização para o desenvolvimento da AUP

Para fortalecer a institucionalização da AUP uma importante ação é viabilizar uma proposta que estimule os governos locais e estaduais a criarem programas e políticas próprias para fomentar a AUP em diálogo e respeitando as iniciativas locais da sociedade civil. Isso se mostra de grande valor já que geralmente as ações de AUP, para serem executadas, dependem dos atores que se encontram na esfera local.

Fazendo o diálogo com a primeira diretriz, reforçamos a necessidade de processos de capacitação para os gestores públicos de forma a sensibilizá-los sobre o intersectorialidade da AUP e seus múltiplos objetivos. Essa ação deve visar o potencial criativo dos gestores públicos e assim resultar na incorporação das ações de AUP em programas e políticas já em andamento e aqueles que poderão ser desenvolvidos no futuro.

Para fortalecer a institucionalização da AUP, devem ser consideradas ações que incluam tanto um marco regulatório que considere a legislação específica assim como as setoriais e de relevância casual (ver item 4.4 do relatório). Aqui se deve considerar o diálogo com legislações já em vigência nas esferas Federal, Estadual e

Municipal, e chamamos a atenção para a legislação ambiental, da vigilância sanitária e os instrumentos de políticas urbanas.

Faz-se urgente a normatização e implementação de políticas de regularização fundiária, já que o acesso a terra para a produção é um dos limites para potencializar a AUP. Assim, garantir espaços para a AUP deve estar vinculada a discussão das políticas por direito a cidade, com instrumentos definidos no Plano Diretor que assegurem a função social da propriedade e a democratização do espaço público.

Outra regulamentação importante é a relacionada a viabilização de empreendimentos da economia popular solidária tanto de caráter familiar como coletivo. Sendo essa situação urgente para viabilização de pequenos e médios empreendimentos tanto voltados para a transformação como para a comercialização.

8. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NAS PESQUISAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS E NO RELATÓRIO FINAL

- ADITTEP / NOVA. **Liderança Popular: mitos, possibilidades e desafios**, ADITTEP / NOVA – 1.
- ALTIERI, M. **Agroecology: The science of sustainable agriculture**. Westview Press, Boulder. 1996.
- BALITEAU, S. **Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Urbana de Fortaleza**. 2005. 109 f. Relatório de Missão. Agrisud Internacional. 2005.
- Cartilha de Agroecologia** - ONG Giramundo Mutuando. Informações básicas sobre agricultura urbana em:
www.mutuando.org.br/template.php?pagina=download.htm
- CARVALHO, J.L.H. **A verticalização da Agricultura Familiar Urbana, Periurbana e Rural no combate a Pobreza**, 2003. 15 p. (mimeo).
- CARVALHO, Y. M. C.; FRANCA, T. J. F. **A preservação dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo e a multifuncionalidade**, jan. 2005. IEA APTA 16 p. Informe de trabajo Negowat Brazil N° 17. Disponível em: www.negowat.org/Docs4Web/Brazil_pdf/17_Brazil.pdf Acesso em: 14 fev. 2006.
- CARVALHO, Y. M. C.; FRANCA, T. J. F. **Políticas locais para fortalecimento da agricultura na Região Metropolitana** em www.icarrd.org/en/proposals/Multifunc_rural.pdf
- CARVALHO, Y. M. C.; ZUCHIWSCHI, E.; FERREIRA, S. E.; FRABETTI, G. L. **Perspectivas para a Agricultura da Bacia do Alto Tietê**, jan. 2005. IEA, APTA. Informe de trabajo Negowat Brazil N° 15. Brazil. 18 p.
- CARVALHO, Yara Maria Chagas de. **Agricultura em Área de Manancial** em: www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=259
- CARVALHO, Yara Maria Chagas de. **Agricultura Familiar e a Dinâmica Local** em: www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=263
- CENTRO DE VIVÊNCIA AGROECOLÓGICA. **Agricultura Urbana e Meio Ambiente**. Contribuições para o desenvolvimento urbano a partir das recomendações da Agenda 21. Belo Horizonte. 1998.
- COMO ANDAM AS METRÓPOES. **Relatório Final – 21 de Dezembro de 2005**. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br>> Acesso em: 2 mai. 2007.
- CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, CONSEA, 2004.
- CONTAG / TEM. **Programa de Formação de Lideranças em Desenvolvimento Local Sustentável**, Módulo III – CONTAG / MTE, 1999.
- DE ZEEUW, H. ; DUBBELING, M.; VAN VEENHUIZEN, R. e WILBERS, J. **Cursos de acción para las políticas municipales de AU**. En : 16 : 10-19, Revista de Agricultura Urbana, IPES, Lima. 2006.
- FASE/UFPE. **Como Anda a Região Metropolitana do Recife**. Caracterização da Região Metropolitana de Recife. Observatório Pernambuco de políticas Públicas e práticas sócio-ambientais (UFPE/FASE), Recife, 2006.
- FIORENTIN, G. **Alimentação Humana e Educação Ecológica: uma contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional com inclusão social através da Implantação e re-aplicação de tecnologias**

socioambientais em hortas comunitárias orgânicas Urbanas. Projeto de Pesquisa Financiado pela FINEP, UNISINOS

- GRANDO, M. ; MIGUEL, L. Andrade. (Organizadores) **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre: Aspectos históricos e contemporâneos.** Porto Alegre, Série Estudos e Pesquisas – IEPE/FEE, 2002
- IBGE. **Banco de Dados Cidades@.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2 mai. 2007.
- LOVO, I. C.; COSTA, Z. R. P. Making Laws for Urban Agriculture: the experience of Governador Valadares, Brazil. Urban Agriculture Magazine, Número 16, Outubro de 2006. 45-47p. Publicação impressa e digital em inglês, espanhol e digital em português.
- LOVO, I.C.; Urban Agriculture in the city of Governador Valadares-Brasil In: Sustainable Cities Symposium: Building Public Spaces that Work: A Canada-Brasil Dialogue Devoted to Enhancing the Public Realm, 2005, Toronto/Ontario. **Sustainable Cities Symposium: Building Public Spaces that Work: A Canada-Brasil Dialogue Devoted to Enhancing the Public Realm.** 2005.
- MELO, N.J de Albuquerque – **“Não contavam com a minha astúcia” - ensaio sobre uma experiência de cidade.** Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Dissertação de Mestrado.
- MERZTHAL G. **Aproximación al concepto, tipología e intencionalidad de la agricultura urbana.** Texto temático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, RUAFA, Lima. 2006.
- MERZTHAL G. **Los procesos multi-actorales: diseño e implementación de políticas y programas de acción en agricultura urbana.** Texto temático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, RUAFA, Lima. 2006.
- MERZTHAL G. **Marco Normativo y legal para la Agricultura Urbana.** PGU, RUAFA, IPES. Quito. 2004.
- MIGUEL, L. Andrade. **Heterogeneidades do espaço rural da Região Metropolitana de Porto Alegre.** In: VERDUN, Roberto, BASSO, Luis Alberto e SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Rio Grande do Sul. Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre, UFRGS, 2002
- MONTEIRO, A. **Agricultura Urbana e Peri-urbana – Questões E Perspectivas** em: www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=619
- MONTEIRO, A. **Agricultura Urbana E Peri-urbana: Questões E Perspectivas** em: www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=52
- MONTEIRO, D. MENDONÇA, M. **Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro.** Revista Agriculturas, Set 2004. vol 1. n° 0.
- NAUP. **Síntese da mesa sobre a Importância Da Agricultura Urbana e Periurbana (Aup) para a Segurança Alimentar.** Naup- Núcleo de AUP – nov de 2005
- O PROVE: Programa de Verticalização da Produção Familiar** in: www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU5/AU5prove.html
- PGU-IPES. **Lineamientos Políticos para la Formulación de Políticas Municipales para la Agricultura Urbana.** Quito, PGU/ALC – IPES, 2003

- PNUD / ONU. **Urban Agriculture: Food, Jobs, and Sustainable Cities**. PNUD/ONU, 1996.
- Prefeitura do Rio/Obra Social/Escola Carioca de Agricultura Familiar – Apostila **Hortas Comunitárias**. Fazenda Modelo, Rio de Janeiro, 2006. Material pedagógico.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ. **Atividades: Doações 2006**. Gravataí, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Ante-Projeto de Lei Complementar criando o Sistema Municipal de Segurança Alimentar**. Porto Alegre, PMPA, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar Urbana em Porto Alegre**. Fundação de Assistência Social e Cidadania/Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2006.
- PROGRAMA FOME ZERO PORTO ALEGRE. **Relatório do Segundo Seminário do Programa Fome Zero de Porto Alegre**. Porto Alegre, PFZ-PoA, 2006.
- PROVE. **Cartilha Rimada sobre o PROVE** (Programa de Verticalização da Produção Familiar), ASPROVE, apoio: ITER-MG e CNPq.
- Puxando o Fio da Meada** – Viabilidade Econômica de Empreendimentos Associativos, vol I e II. CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa, 1998.
- RAMOS, A. S. **Os impactos Socioambientais da Política de Racionamento de Água em Assentamentos Precários do Recife: O caso de Caranguejo e Campo-Tabaiães**. Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Alagoas; Fundação Universitária Iberoamericana, 2006. Monografia Especialização.
- REDE. **Diagnóstico Participativo** – Uma Visão da Realidade a partir do Ponto de Vista da Comunidade, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Belo Horizonte, 1996.
- REDE. **Sociedade Sustentável**, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 1999.
- REDE/IPES. **Guia Metodológico**. Identificação e Caracterização das Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte. 2006.
- RIGHES, A. **Tecnologias para a sustentabilidade da água em zonas rurais e urbanas**, Projeto de Pesquisa Financiando pela FINEP.
- RME. **Princípios da Alfabetização Ecológica**, Elmwood Institute – Publicações RME, 1989.
- RME. **Mudando o Mundo: A Liderança Feminina no Século 21**, SP: Cortez, RME, 2001.
- RUAF. **Texto traduzido do CD-ROM "Urban Agriculture Today"**, editado pelo Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (RUAF - Resource Centre on Urban Agriculture and Forestry)
- SANTANDREU, A. ; CASTRO, C. **Strengthening Urban Producers' Organisations**. In : 1:17, 5-7, Urban Agriculture Magazine, RUAF, The Netherlands. 2007.
- SANTANDREU, A. ; M. DUBBELING. **Diagnósticos participativos de Agricultura Urbana: lineamientos metodológicos y conceptuales**. Con. Cuaderno

de Trabajo N° 86. PGU-ALC, IDRC, IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible y CLAES, Quito, Ecuador. 2001.

SANTANDREU, A. ; M. DUBBELING. **El proceso participativo y constructivo de diagnóstico para Agricultura Urbana**. En: Metodologías y presupuestos participativos, 153 – 166, IEPALA Editorial, CIMAS, Madrid, España. 2002.

SANTANDREU, A. **Enfoques para la formulación participativa de políticas públicas en agricultura urbana**. Texto temático del Curso-Taller: "Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana", IPES, RUAUF, Lima. 2006.

SAULIÉRE, S. **Obtenção de Recursos para a Agricultura Urbana através do Orçamento Participativo Municipal: a Experiência de Porto Alegre**. Revista de Agricultura Urbana, IPES/PGU-ALC.

SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - Casa da Agricultura Ecológica: Lei 13.727 do PROAURP-SP/Decreto 45665/Decreto Casa da Agricultura Ecológica e Nova Portaria do GE PROAURP-São Paulo (anexos).

SILVA, C. **Nosso Trabalho tem valor! Mulher e Agricultura familiar**. Edição 1. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia/Movimento da Mulher Rural do Nordeste, 2005.

SILVA, M. S. Bezerra da. **Da ex-sociedade de Caranguejos e dos seus irmãos de Leite aos "pombos sem asas": Complexidades ambientais em assentamentos urbanos do Recife sob uma perspectiva antropológica**. Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Dissertação de Mestrado.

TERRILE, R. **Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU**. Texto temático del Curso-Taller: "Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana", IPES, RUAUF, Lima. 2006.

VAN VEENHUIZEN, R. Formulando políticas eficaces para la AU. En : 16 : 1-2, Revista de Agricultura Urbana, IPES, Lima. 2006.

Visões de um Mundo Melhor - Mensageiros da Paz da ONU, Universidade Brahma Kumaris. 1993.

Sites

www.ipes.org.pe/au

www.agriculturaurbana.org.br/

www.osasco.sp.gov.br

www.juquitiba.sp.gov.br

www.santoandre.sp.gov.br

www.diadema.sp.gov.br

www.francodarocha.sp.gov.br

www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/homec.jsp

www.saopaulo.sp.gov.br

www.ibge.gov.br

www.muninet.org.br

www.pnud.org.br/atlas

www.ifoam.org/

www.saude.rj.gov.br/gestor/EstadoRJ_foco.shtml#metrol

www.portalbrasil.net/brasil_cidades_riodejaneiro.htm

www.emater.rj.gov.br/producao_culturas_regioes_municipio_2005.php

www.infobrasilia.com.br/historia.htm

www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php_em_09/04/2007

www.rede-mg.gov.br

RELATÓRIOS PARCIAIS DA PESQUISA

Instituto Usina – Tarson Núñez

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Porto Alegre. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Porto Alegre. 2007

Instituto Usina – Daniel Rubens Cenci:

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Curitiba. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Porto Alegre. 2007

Relatório do Encontro Local de Validação. 2007

Instituto kairós – Ana Flávia Borges Badue

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de São Paulo. 2007

Relatório do Encontro Local de Validação. 2007

ASPTA - Marcio Mattos de Mendonça e colaboradores

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2007

REDE – Ângela Cristian Lara

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2007

INSTITUTO DE PERMACULTURA DA BAHIA – Dalvaci Araújo Porto Santiago

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Salvador. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Salvador. 2007

Relatório do Encontro Local de Validação. 2007

BANCO PALMAS – Sandra Magalhães, Eduardo Martins Barbosa

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Fortaleza. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Fortaleza. 2007

Relatório do Seminário de Validação da Pesquisa. 2007

SOS-CORPO - Sheila Bezerra,

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Recife. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Recife. 2007

WORD AGROFLORESTRY CENTRE – Noemy Miyasaka Porro, Vanda Seixas

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belém. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Belém. 2007

APROVE – João Luiz Homem de Carvalho

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Brasília. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana do Distrito Federal - Brasília. 2007

APROVE – João Luiz Homem de Carvalho

Lista de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Goiânia. 2007.

Relatório de Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Goiânia. 2007

IPES – REDE – Ivana Cristina Lovo

Informe de Iniciativas e Parceiras da Região Sul – Sudeste. 2007

Informe de Iniciativas e Parcerias: Região Norte – Nordeste e Centro-Oeste. 2007

Pesquisadores principais

Alain Santandreu (Montevideu, Uruguai) é ambientalista e sociólogo pela Universidade da República Oriental do Uruguai – UdelaR) e desde 2006 é Assessor Regional em Gestão de Conhecimento no Programa Cidades Cultivando para o Futuro (IPES/RUAF) no IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible, Lima (Peru). Sócio do Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo – CIEDUR (Uruguai). Pesquisador em metodologias participativas, agricultura urbana, orçamento participativo e gestão ambiental urbana. Em 2004 foi Assessor Técnico das Mercocidades (Associação de municípios do MERCOSUR), e em 2005 foi Assessor do Ministro de Meio Ambiente (Uruguai). Entre 2001-2003 trabalho como Assessor Regional em Gestão de Conhecimento para o Programa da Gestão Urbana das Nações Unidas, PGU-ALC/UM-HABITAT em Quito (Equador). Colabora com governos nacionais e locais e organizações sociais de diversos países da Região ALC. Há publicado diversos livros e artigos de divulgação em China, Holanda, Espana, Canadá, Equador, Cuba, Peru, Uruguai, Venezuela, Chile y Bolívia. alain@ipes.org, alain_santandreu@yahoo.com

Ivana Cristina Lovo (Belo Horizonte - Brasil) é graduada e licenciada em ciências biológicas pela Universidade Federal de Viçosa (1993) e mestre em botânica pela mesma Universidade (1997). Suas atividades atuais estão relacionadas com assessorias à projetos de Agricultura Urbana, em particular as atividades vinculadas ao Programa Cidade Cultivando para o Futuro, como facilitadora de capacitações regionais para a América Latina e Caribe e como representante do IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible no Brasil. É assessora da Rede de Intercambio do Tecnologia Alternativas, do Instituto Metodista Izabela Hendrix e sócia do Centro Agroecológico Tamanduá. Tem experiência nas áreas de Botânica e Educação, atuando principalmente com a temática da agroecologia, gênero, agricultura urbana e formação de jovens e adultos. iclovo@uai.com.br

Pesquisadores locais

Ângela Christina Ferreira Lara (Belo Horizonte, MG), é bióloga e assessora da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, no âmbito do programa institucional de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. Graduiu-se e desenvolveu seu mestrado em ecologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desde 1998, desenvolve trabalhos de desenvolvimento local em comunidades rurais, e de discussão de políticas de regulamentação do uso de recursos vegetais do cerrado por populações tradicionais. Em 2005 participa da concepção e organização da primeira oficina e seminário político sobre agricultura urbana e política pública e compõe a equipe de elaboração do dossiê de Belo Horizonte, cidade piloto brasileira do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro, sendo membro de sua Equipe Local. tininha.lara@gmail.com

Tarson Núñez (Porto Alegre, RS) formado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é diretor de USINA - Instituto de Políticas Públicas e Gestão Local. Foi coordenador do Gabinete de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre na gestão (1993-1996), onde coordenava o Orçamento Participativo. Foi diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria do Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que tinha a tarefa de articular o OP estadual com o Planejamento Urbano e Regional na gestão (1999-2002). tarson_nunez@hotmail.com

Daniel Rubens Cenci (Curitiba, PR) é graduado em direito na UNIJUI. Mestre em direito pela UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, linha de pesquisa em direitos sociais e políticas públicas. Doutorado em andamento - Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná. Professor da UNIJUI/RS. Assessor técnico do IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – da UNIJUI. Pesquisador do tema orçamento participativo em pequenos municípios, com as universidades de VIC (Girona e Barcelona, Espanha), UNIJUI (Brasil) UNAM (Manágua, Nicarágua). Consultor do Programa Fome Zero e da Concertação Nacional – Governo Federal. Membro da USINA. danielr@unijui.edu.br

Marcio Mattos de Mendonça (Rio de Janeiro, RJ) é Coordenador do Programa de Agricultura Urbana AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. urbana@aspta.org.br,

Ana Flávia Borges Badue (São Paulo, SP) é mestranda pela Faculdade de Saúde Pública da USP na área de Promoção da Saúde tendo como tema de sua dissertação a agricultura orgânica urbana e periurbana. Graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Atua há mais de 10 anos em educação ambiental. Participou da elaboração de diversas publicações destacando-se entre elas o manual pedagógico: "Entender para Intervir: Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo". É diretora do Instituto Kairós, e atua também em projetos e capacitações em educação para o consumo responsável. anaflaviab@terra.com.br

João Luiz Homem de Carvalho (Brasília, DF e Goiânia, GO) é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Lavras (MG) (1969-1972), Doutor pela Université Catholique de Louvain (1975-1978). Foi Diretor Superintendente da Empresa de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (1985–1986), Secretário de Estado de Agricultura do Distrito Federal (1995–1998), Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Agricultura do Brasil (1996-1997), Presidente Fundador da Associação de Apoio a Verticalização da Produção Familiar - APROVE (1999-2002), Secretário Nacional de Erradicação do

Analfabetismo (2003-2004). Publicou trabalhos sobre mandioca na alimentação animal, propriedade intelectual, mini-agroindústrias familiar (PROVE), alfabetização de jovens e adultos. Atualmente é Assessor Parlamentar - Gabinete Senador Cristovam Buarque, Pesquisador da EMBRAPA e Professor da Universidade de Brasília. jluzhc@uol.com.br

Noemi Miyasaka Porro (Belém, PA) é engenheira agrônoma, mestre em Conservação Tropical e Desenvolvimento, doutora em Antropologia Social. Trabalhou como gerente de projetos de desenvolvimento rural por 10 anos em organizações de base em conflitos agrários no Estado Maranhão. Atualmente exerce atividades de pesquisa e desenvolvimento em acordos empresa-comunidade, relações de gênero em comunidades tradicionais, trabalho infantil no agro extrativismo, manejo florestal comunitário e territórios quilombolas. noemip@uol.com.br

Vanda Seixas (Belém, PA) é graduada em ciências contábeis, concluindo especialização em gerenciamento ambiental, tem trabalhado nos últimos 8 anos em pesquisa na Amazônia brasileira em temas voltadas ao produtor rural, como o projeto Economia do Fogo, Pesca Comercial, Manejo de Caça e Gestão de Comunidades dando apoio a implementação de ações demandadas pelos arranjos produtivos locais – APL's e identificação do capital social e humano nos municípios do Estado do Pará. vc.seixas@terra.com.br

Sandra Magalhães (Fortaleza, CE) é graduada em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará, é especialista em Metodologia do Serviço Social e em Gestão Empresarial, ambos pela Universidade Estadual do Ceará. Foi técnica e gerente de Equipe no Projeto PRORENDA, da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Nesta prefeitura, também trabalhou na Assessoria de Planejamento e Coordenação da Fundação Municipal de Profissionalização, Geração de Renda e Difusão Tecnológica. Atualmente é coordenadora de projetos do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. sandramaga@globo.com

Eduardo Martins Barbosa (Fortaleza, CE) é engenheiro agrônomo. edubarbosa13@gmail.com

Dalvaci Araújo Porto Santiago (Salvador, BA) é educadora, com experiência nas redes de ensino pública e privada, desde 1994. Licenciada em história pela Universidade Católica do Salvador e especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal da Bahia. Vem atuando em projetos pedagógicos na área de Educação Ambiental em algumas ongs de Salvador/Ba. Integra a equipe de pesquisadores associados do Instituto de Permacultura da Bahia e da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. permacultura@permacultura-bahia.org.br

Sheila Bezerra (Recife, PE) é cientista social, com mestrado em antropologia e especialização em bioética. Pesquisadora do SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia. sheila@soscorpo.org.br

Parceiros para na elaboração dos quadros

Marlete Aparecida Coelho é integrante do Grupo Comunitário de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar – CAUSA, uma instituição vinculada à Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (MG).

Edson Rivelino Pereira é zootecnista, mestre em Hidráulica e saneamento e gerente dos programas de AUP desenvolvidos pela SMAB - Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Curitiba (PR).

Sérgio Brazão e Silva é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) em Belém do Pará (PA). MSc em Solos Tropicais e Nutrição. Doutorando em Geociências. Ex Pro-Reitor de Extensão da Universidade Federal Rural da Amazônia. Ex Vice Presidente da FUNVERDE (atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém). Autor de trabalhos científicos e livros em Ciências Agrárias e Ambientais. sergio.brazao@ufra.edu.br

Lucila Pizani Gonçalves é conselheira do CDHEP – Campo Limpo –SP (Centro de Direitos Humanos e Educação popular de Campo Limpo). Ex-vereadora/PT, da cidade de São Paulo, onde trabalhou, entre outros temas, o marco legal sobre Agricultura Urbana e Periurbana e a sua articulação junto a outras instituições da sociedade civil organizada. Formação em Filosofia, Teologia e Educação Ambiental. Membro do Fórum Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo.

Flaviane de Carvalho Canavesi é engenheira agrônoma, consultora da AS-PTA na realização da pesquisa nacional de agricultura urbana e periurbana, no Rio de Janeiro.

Denis Monteiro é engenheiro agrônomo, assessor técnico do programa de agricultura urbana da AS-PTA e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Coordenador da pesquisa



A **Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE**, é uma organização não-governamental, comprometida com a melhoria da qualidade de vida das comunidades do campo e da cidade. A sua ação está baseada nos princípios da democracia, da cidadania ativa, da solidariedade, da justiça social, da equidade de gênero e do respeito à diversidade cultural e ambiental. As atividades da REDE estão estruturadas por programas que foram construídos tendo como referência a experiência acumulada pela entidade ao longo de sua história, nos seguintes temas: agroecologia, agricultura familiar, plantas medicinais, gênero, segurança alimentar, biodiversidade e cultura. Especialmente em relação ao tema Agricultura Urbana, a REDE tem desenvolvido vários projetos e parcerias, desde 1995.



IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável é uma organização referência na promoção do desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe para impulsionar a construção de sociedades equitativas, solidárias e sustentáveis implementando processos participativos com equidade de gênero, fortalecendo capacidades e gestando conhecimentos em Gestão ambiental, Agricultura Urbana e Desenvolvimento Econômico Local.

www.ipes.org/au



A **Fundação RUAF** é uma organização de caráter global que tem como missão contribuir para a redução da pobreza, a geração de emprego, a melhoria da segurança alimentar e do ambiente e o estímulo a governabilidade participativa, através da criação de condições favoráveis para o empoderamento dos agricultores urbanos e periurbanos; facilitando a integração da agricultura urbana nas políticas e programas de ação dos governos locais, das organizações da sociedade civil e do setor privado. www.ruaf.org

Parceiros locais



Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS)

A **USINA - Instituto de Políticas Públicas e Gestão Local** é uma organização não-governamental surgida em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, articulando profissionais de distintas áreas de formação mas que têm em comum a experiência e o compromisso com a construção social do conhecimento através de práticas de investigação e de gestão participativas. Estas práticas tem como base os princípios da democracia, da diversidade, da pluralidade e dos Direitos Humanos. Nossas áreas de atuação prioritária se estruturam em torno de 3 eixos: Direitos Humanos e luta contra a violência; democracia participativa e gestão pública; Meio Ambiente e sustentabilidade. Está previsto o início de trabalhos na área da Cultura. Nosso público alvo são os movimentos sociais e entidades da sociedade civil, assim como governos locais comprometidos com a ampliação da participação dos seus cidadãos na gestão das políticas públicas.

Rio de Janeiro (RJ)



A **Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA** é uma ONG que tem como centro focal de sua atuação a promoção do desenvolvimento sustentável e da agroecologia e o fortalecimento da agricultura familiar. A entidade, fundada em 1983, é reconhecida como filantrópica e de utilidade pública federal. A AS-PTA estrutura suas ações através de dois programas de desenvolvimento local e dois projetos temáticos, de caráter demonstrativo experimental, e dois programas transversais. A entidade participa ativamente em redes e em fóruns nacionais e internacionais de articulação, debate e de formulação sobre temas relacionados aos seus objetivos. Os programas de desenvolvimento local da AS-PTA situam-se em diferentes contextos sócio-ambientais: a região Centro-Sul do estado do Paraná, no sul do País e a região do Brejo e Agreste

da Paraíba, no nordeste. Os projetos de caráter temático, Plantas Nativas e Agricultura Urbana, são desenvolvidos, respectivamente, na região nordeste (principalmente estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia) e no município do Rio de Janeiro (RJ). Em seu conjunto, esses programas e projetos atingem diretamente cerca de 10.000 famílias e são executados em estreita cooperação com parceiros locais: aproximadamente 30 sindicatos de trabalhadores rurais, 300 associações de pequenos agricultores e de moradores, movimentos de mulheres e jovens e inúmeros grupos comunitários informalmente organizados. Em todas essas áreas de atuação, a AS-PTA estabelece também parcerias com outros agentes sócio-econômicos e políticos locais, particularmente igrejas e pastorais, conselhos municipais de desenvolvimento e organismos estatais e de governo.



São Paulo (SP)

O **Instituto Kairós** foi fundado em outubro de 2000. Tem como objetivo promover a reflexão sobre a complexidade das relações entre indivíduo, ambiente, cultura e contemporaneidade, e de contribuir para a promoção do Consumo Responsável, do Comércio Justo e Solidário e da Economia Solidária, buscando e legitimando relações comerciais mais humanas, assim como a aproximação entre produtor e consumidor. Em 2005 o Instituto editou, em parceria com a Artisans du Monde, o manual pedagógico: "Entender para Intervir: Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo". Realizou, sob a coordenação da REDE e do IPES-RUAF, a Identificação e Caracterização de Iniciativas focadas de Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de São Paulo, promovida pelo MDS.



Brasília (DF) e Goiânia (GO)

A **Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar - APROVE**, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada. A finalidade básica da APROVE é estudar e apoiar à agregação de valor, por intermédio da verticalização da produção, em agroindústrias familiares, objetivando o desenvolvimento socioeconômico dessas unidades, de forma sustentável e em respeito aos seus aspectos agroecológicos, além de prestar assessoria às pequenas propriedades familiares, sindicatos, associações e cooperativas, federações e confederações de trabalhadores urbanos periurbanos e rurais, por intermédio de consultorias técnicas, estudos, projetos e pesquisa. A implementação do APROVE, por meio de convênios com as prefeituras de Campina Grande- Paraíba, de Franca e Jacareibe em São Paulo, de Goiânia em Goiás, de Ariquemes em Rondônia, com os governos Estaduais do Mato Grosso do Sul e do Estado de Minas Gerais, com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, do governo federal; com as ONG, ISPN e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.



Belém (PA)

O **CIAT- Centro Internacional de Agricultura Tropical**, ligado ao CGIAR- Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola, através da Iniciativa Amazônica: Consórcio do qual faz parte a Embrapa Amazônia Oriental. O Consórcio Iniciativa Amazônica para Conservação e Uso Sustentável de Recursos Naturais foi criado em outubro de 2004 para elaborar e implementar programas colaborativos nos países amazônicos. A missão da Iniciativa Amazônica é identificar e promover sistemas sustentáveis de uso da terra para prevenir e reverter processos de degradação ambiental e seus impactos, melhorando as condições de vida de populações amazônicas vulneráveis. Especificamente, a Iniciativa está investindo em pesquisas sobre sistemas agroflorestais. Seu interesse em agricultura urbana está vinculado a pesquisas sobre quintais agroflorestais.



Fortaleza (CE)

O **Instituto Palmas de Socioeconomia Solidária** é uma OSCIP, com sede em Fortaleza-Ce e atuação em todo território nacional. Foi uma das entidades Âncoras para o tema da Pobreza Urbana, do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe das Nações Unidas – PGU/ALC/Habitat (2001-2004) e deu segmento a esta atividade no programa URBAL -10 da União Européia. Nesta função já realizou projetos, estudos e pesquisas sobre estratégias de combate a pobreza em territórios de Baixa Renda e Agricultura Urbana e tem apoiado projetos de inclusão social em municípios e bairros populares de todo o Brasil. O Instituto Palmas, atualmente, está organizando a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Todas as ações do Instituto Palmas estão voltadas para Inclusão Social, dentro de uma perspectiva de criação de redes solidárias entre os mais pobres. Os principais parceiros do Instituto são: a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, a Interamerican Foundation-IAF, a ASHOKA e o Banco Popular do Brasil.



Salvador (BA)

O **Instituto de Permacultura da Bahia** é uma associação civil, entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos e tem como finalidades e objetivos principais: estudar e divulgar a permacultura; pesquisar, criar, disseminar soluções sustentáveis no meio urbano e rural, proporcionando qualidade de vida e convívio harmônico com a natureza; defender e proteger o meio ambiente e recursos naturais, preservando áreas ecologicamente importantes e conservando a biodiversidade; estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania por meio da educação e da educação ambiental, para melhorar a qualidade de vida da população. O Instituto desenvolve ações de assessoria técnica nos campos ambiental, educacional e sócio-cultural. Visam também contribuir para a promoção de trabalho e geração de renda, por meio do ensino de práticas produtivas cooperativistas e associativistas de valor cultural e/ou econômico e, promover o intercâmbio com entidades e redes ambientais, culturais, científicas, de ensino e de desenvolvimento social, bem como o desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias alternativas, a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos e; contribuir para o debate e a construção de políticas públicas pertinentes ao seu âmbito de atuação.



Recife (PE)

O **SOS CORPO** – Instituto Feminista para Democracia é uma organização que reafirma seu compromisso com feminismo após 25 anos depois de sua fundação, bem como sua missão de contribuir para a construção da democracia no país, defendendo a igualdade de gênero com justiça social. Sediado em Pernambuco, no Nordeste brasileiro, o SOS CORPO atua na defesa dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, que ampliam a cidadania das mulheres e fazem avançar a transformação social. Participando intensamente dos movimentos nacionais e internacionais pela superação de todas as formas de injustiça, discriminação e exploração social que historicamente têm marcado a vida das mulheres, integra-se aos movimentos de resistência e de lutas que se opõem às forças políticas, ideológicas e intelectuais que promovem a mercantilização da vida, dos bens culturais, naturais e sustentam os sistemas econômico e social, produtores de desigualdades. Os campos de trabalho do SOS CORPO, têm sido desde sua origem, a saúde da mulher, direitos sexuais, direitos reprodutivos, mulheres e trabalho reprodutivo, mulheres e política, mas também temáticas incorporadas ao longo dos anos, a exemplo do meio ambiente, agroecologia, violência e questão urbana, que são resultados da ampliação da ação dos movimentos feministas em contextos onde a ação de diferentes sujeitos tem provocado ações e reflexões conjuntas, agregando sentida a sua relação com o feminismo.